

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Zâmbia Osório dos Santos

**QUANDO O TEXTO FALA: NARRATIVAS DE LENIRA MARIA
DE CARVALHO, UMA MULHER NEGRA, TRABALHADORA
DOMÉSTICA**

Florianópolis
2018

Zâmbia Osório dos Santos

**QUANDO O TEXTO FALA: NARRATIVAS DE LENIRA MARIA
DE CARVALHO, UMA MULHER NEGRA, TRABALHADORA
DOMÉSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Eliane Santana Dias Debus

Coorientadora: Professora Doutora Joana Célia dos Passos

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Zâmbia Osório dos

Quando o texto fala : narrativas de lenira maria de carvalho, uma mulher negra, trabalhadora doméstica / Zâmbia Osório dos Santos ; orientadora, Professora Doutora Eliane Santana Dias Debus, coorientadora, Professora Doutora Joana Célia dos Passos, 2018.

131 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Educação. 3. Letramento político. 4. Mulheres negras. 5. Escrita de si. I. Debus, Professora Doutora Eliane Santana Dias . II. Passos, Professora Doutora Joana Célia dos . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“QUANDO O TEXTO FALA: NARRATIVAS DE LENIRA MARIA DE CARVALHO, UMA
MULHER NEGRA, TRABALHADORA DOMÉSTICA”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso
de Pós-Graduação em Educação do Centro de
Ciências da Educação em cumprimento parcial
para a obtenção do título de Mestre em Educa-
ção.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 02/08/2018

Drª Eliane Santana Dias Debus (MEN/CED/UFSC - Orientadora)

Drª Joana Célia dos Passos (EED/CED/UFSC - Co-Orientadora)

Drª Maristela Campos (CA/UFSC - Examinadora)

Dra Georgina Helena Lima Nunes (UFPEL - Examinadora)

Drª Jilvania Lima dos Santos Bazzo (MEN/CED - Examinadora)

Drª Algemira de Macedo Mendes (UESPI – Suplente)

PROF. ELSON ANTONIO RAIM
Coordenador do PPGE/CED/UFSC
Portaria nº 1934

ZÂMBIA OSÓRIO DOS SANTOS
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/AGOSTO/2018

Prof. Elson Antonio Raim
Coordenador do PPGE/CED/UFSC
Portaria nº 1934

GRATIDÃO

A elaboração do trabalho intelectual nunca é uma obra solitária, desconectada de pessoas ou do mundo. Tampouco se limita no espaço e no tempo às instituições que nos dão apoio. Ao longo do tempo, acumulei partilhas e contribuições de pessoas que têm passado por minha vida. A elas todas somente posso retribuir com minha gratidão, e peço desculpas a quem porventura ficar omitida.

À minha companheira de vida, paixões e também profissão, Francine Costa, por permanecer e seguirmos juntas por tantos caminhos, nem sempre fáceis, pelos cafés e chás, pelo cuidado atento, por me permitir te amar e me amar também.

À Consola, minha primeira referência de mulher negra como forma de potência, e transformações, também minha mãe e possibilitadora de ter comigo, de formas distintas e muito particulares, meus irmãos, Azânia, Zimbabwe e Zaire, que me animaram e motivaram em muitos momentos, confiando mais em mim do que eu mesma.

Aos companheiros de moradas que, ao longo desses dois anos, proporcionaram momentos de insanidade extremamente necessários para seguir adiante no ambiente acadêmico, meus agradecimentos e admiração.

Ao *bonde das pretas*, em sua forma coletiva, como lugar de (re)existência, vivências compartilhadas, grupo de estudos e de suporte, onde nos fizemos acolhidas e amparadas, e na forma individual de Jô Capoeira, Camila, Emiko Liz, Ivanilde – cujas experiências busquei absorver ao máximo que pude – e Tatiana – em toda sua generosidade e disposição e amorosidade.

Expresso minha gratidão especial à Eliane Debus, minha orientadora, quem me deu liberdade para trilhar os caminhos dessa pesquisa e que caminhou ao meu lado, de forma generosa e atenta, por toda essa trajetória, me permitindo encontrar nesta caminhada minha coorientadora Joana Célia, a quem também tenho muita gratidão. Ter intelectuais negras, com distintos e tão potentes acúmulos nesse espaço da Pós-graduação, é uma realidade impar e que tem sentidos mais profundos e pessoais do que posso expressar aqui.

À banca de qualificação e posterior banca de defesa, professoras Maristela Campos, Georgina Helena Lima Nunes, Algemira de Macedo Mendes e Jilvania Lima dos Santos Bazzo. Agradeço a disponibilidade, as contribuições e o aceite do convite para examinar essa dissertação.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiadora dessa pesquisa, e a todas e todos do

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Por fim, sou grata de forma integral a todas as muitas mulheres presentes nessa minha caminhada. *Nossos passos vêm de longe.*

*Que destino é esse
que PALAVRA é essa*

*que destino tem Maria que
trabalha
trabalha
trabalha*

*e não tem destino certo
se tem pão na mesa, ou não
se morre amanhã, com bala perdida
se morre com cova certa
ou indigente*

*se morre na fila de hospital
PÚBLICO*

sem convênio privado

*se o traste que mora em casa lhe dá um tapa
um soco*

*um murro na cara
pra onde vai*

PRA ONDE VAI

pra onde vamos

uma casa de passagem?

uma tia, uma vizinha?

ou não!

fica aguentando

aguentando

até vir outro murro

que destino que tem a minha gente?

cadê claudia

cadê jacira

C-A-D-Ê

e essas Marias que cá estão

pobres

aborteiras

e putas

destino de Maria é ser

Maria de luta!

Dandara Manoela

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar, dentro de uma leitura possível da escrita de si, qual tipo de participação/interação promoveu a conscientização (FREIRE, 1980) de Lenira Maria de Carvalho, mulher negra, trabalhadora doméstica, tornando possível a sua percepção das contradições da sociedade, na forma de seu letramento político (COSSON, 2011), a partir das obras *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* (1982) e *A luta que me fez crescer* (2000). Para isso, dialoga com os conceitos de letramentos, com os estudos sobre mulheres negras e as interações entre gênero, raça e classe. Como aporte teórico para a análise, no que diz respeito à percepção do letramento político, apoia-se em Tfouni (1995) e Cosson (2001, 2008). Em diálogo com o conceito de conscientização, utiliza Ramos (1958) e Freire (1969, 1980, 1982, 1988, 2005). Na discussão do gênero de escrita e conceituação da escrita de si, recorre a Lobo (1993), Penteadó (2016) e Lacerda (2010). Para as discussões sobre ser mulher negra em condição de trabalhadora doméstica, nas pesquisas de Bairros (1991, 1995), Nascimento (1976), Gonzalez (1984), Davis (2012, 2013), hooks (2004, 2013) e Collins (2013, 2016). O estudo se divide em três etapas: 1) reconhecimento do tipo de escrita produzida por Lenira Maria de Carvalho; 2) constituição dos elementos necessários para realizar a leitura dessa escrita; e 3) análise dos textos, em suas feitura e percepções do letramento político de Lenira Maria de Carvalho, por meio dos espaços e práticas de letramento. A conclusão é de que a atuação em espaços de coletividade, assim como a condição de trabalhadora doméstica, somaram-se para promover o letramento político da escritora, e outros possíveis letramentos, por meio das práticas de luta pela valorização do trabalho e do sujeito e da luta por moradia.

Palavras-chave: Educação. Letramento político. Mulheres negras. Escrita de si.

ABSTRACT

This paper aims to identify what type of participation/actions promoted Lenira Maria de Carvalho's awareness (FREIRE, 1980), a black woman, domestic worker, making her understanding of the society contradictions possible, in accordance with her political literacy (COSSON, 2011), within a testimony of self writing, based on works, using as examples *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* [Only the people who live know: testimony of a domestic] (1982) and *A luta que me fez crescer* [The Struggle that Made Me Stronger] (2000). In this regard, it dialogues with the concepts of literacy, with researches concerning black women as well as the interactions on gender, race and social class. As a theoretical contribution to the analysis, with respect to the perception of political literacy, it is based on Tfouni (1995) and Cosson (2001, 2008). In order to engage in with the concept of awareness, Ramos (1958) and Freire (1969, 1980, 1982, 1988, 2005) are in use. In discussions on the writing genres and the conception of self writing, it relies on Lobo (1993), Penteado (2016) and Lacerda (2010). As for the issues on being a black woman in a position of a domestic worker, as a result of research of Bairros (1991, 1995), Nascimento (1976), Gonzalez (1984), Davis (2012, 2013), Hooks (2004, 2013) and Collins (2013, 2016). The study is divided into three stages: 1) recognition of the type of writing produced by Lenira Maria de Carvalho; 2) constitution of the necessary elements to carry out the reading of this writing; and 3) analysis of the texts, in its productions and perceptions of Lenira Maria de Carvalho's political literacy, by means of the spaces and literacy practices. The conclusion is that the actions in collective spaces, as well as the condition of a domestic worker, contributed jointly toward the aim of promoting the writer's political literacy, and other possible literacies, through means of fighting for work valuation and the subject as well as the fight for housing.

Keywords: Education. Political literacy. Black women. Self writing.

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Quantidade de trabalhos selecionados CAPES e BDTD	34
Quadro II – Quantidade de trabalhos selecionados (1).....	34
Quadro III – Quantidade de trabalhos selecionados (2).....	34
Quadro IV – Quantidade de artigos selecionados - SciELO	39
Quadro V - Trabalhos selecionados da ANPEd, organizados cronologicamente	44

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Lenira Maria de Carvalho no Seminário “Paz é Segurança Humana e Justiça”, realizado no dia 15 de outubro de 2009, em Recife (PE)	46
Imagem 2 - Capa do livro Cadernos de Educação Popular 4	75
Imagem 3 - <i>Capa do livro</i> A luta que me fez crescer.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DED	Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Popular
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JOC	Juventude Operária Católica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SC	Santa Catarina
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SILEL	Simpósio Internacional de Letras e Linguística
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA	29
2.1 MAPEAMENTO OU POR ONDE ANDAM/CAMINHAM AS PESQUISAS SOBRE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	30
2.2 DOS PERCURSOS DE LENIRA MARIA DE CARVALHO	46
2.3 CARACTERIZANDO UM GÊNERO FRONTEIRIÇO: AUTOBIOGRAFIA, LITERATURA MEMORIALISTA E ESCRITA DE SI.....	53
2.3.1 Autobiografia ou narrativa memorialística	54
2.3.2 Escrita de si	56
3. LENDO ESCRITAS DE MULHERES TRABALHADORAS	59
3.1 OUTRAS LENTES PARA LER E OUVIR.....	60
3.1.1 Letramentos e letramento político	61
3.1.1.1 Práticas, eventos e espaços de letramento	64
3.1.2 Conscientização, experiência e pedagogias da libertação	65
3.1.3 Lentes para ler e ouvir Lenira Maria de Carvalho	67
4. DA FEITURA DO LIVRO À FEITURA DO TEXTO	71
4.1 DA FEITURA DO LIVRO: ANALISANDO O PRIMEIRO NÍVEL	71
4.1.1 O livro na estante: as capas e contracapas	80
4.1.1.1 A autoria.....	82
4.1.2 Apresentação e prefácio.....	83
4.2 DA FEITURA DO TEXTO: ANALISANDO O TERCEIRO NÍVEL	84
4.2.1 Os espaços de letramento político	91
4.2.1.1 A atuação profissional como espaço de letramento.....	97
4.2.1.2 Associação e sindicato como espaços de letramento.....	99
4.2.1.3 A juventude operária católica como espaço de letramento	100
4.2.1.4 A organização não governamental SOS corpo - instituto feminista para a democracia como espaço de letramento	101
4.3 O LETRAMENTO POLÍTICO EM DIVERSOS ESPAÇOS: AS HIPÓTESES QUE SE SOMAM.....	102

4.3.1 Práticas de letramento político	103
4.3.1.1 A luta pela valorização.....	104
4.3.1.2 A luta por moradia	105
4.3.2 O letramento político de Lenira Maria de Carvalho: discutindo alguns resultados.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	119

1. INTRODUÇÃO

Durante minha formação na graduação em História, de 2010 a 2014, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), muitos temas foram foco de leituras e pesquisas mais aprofundadas, mas os relacionados à história da constituição do Brasil e sua sociedade sempre foram os que mais me cativaram. A literatura, que recebeu, ao longo da historiografia, diferentes olhares, entendida ora como retrato da realidade, ora como produção meramente abstrata e imaginativa, sempre me animou, impulsionando minha entrada no Núcleo de Estudos História, Literatura e Sociedade, do curso de História da UFSC.

A arte da palavra literária se apresentava como um catalisador, materializando as contradições da sociedade em que era e é produzida, e esse fascínio por essa complexidade de composições levou à escolha de Graciliano Ramos e do Romance de 1930 como objeto de estudo para o trabalho final, requisito de obtenção do título de bacharel em História (SANTOS, 2014). Findada a pesquisa, as discussões realizadas junto ao Núcleo de Estudos História, Literatura e Sociedade do curso de História persistiram. Buscávamos pensar, motivados pelos estudos de Edward Palmer Thompson, uma literatura operária, mas uma literatura operária que fosse produzida por esses operários. Buscas que me levaram a pensar as mulheres, suas atuações no mundo do trabalho e a possível existência de escritoras deste universo, retomando assim a leitura de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2014), escrito por Carolina Maria de Jesus. Na busca por outras autoras, tomei conhecimento da produção de Lenira Maria de Carvalho, Francisca de Souza Silva, Cícera Fernandes de Oliveira e outras mulheres que publicaram livros, de diferentes gêneros, contando suas trajetórias.

Ao me conectar com os conceitos que circundam esse universo, as literaturas não canônicas, o relato memorialístico, a história de vida ou escrita de si, percebi que esse não era um lugar estranho ou novo para mim. Meu livro favorito, desde que pude me aventurar pela estante da biblioteca escolar – naquela estante resguardada sempre como possibilidade futura, pois não era dada a leitores de minha idade – foi *Queda Para o Alto* (1982), escrito por Anderson Herzer, homem transexual, que na narrativa inicial se entendia como Sandra Maria. A autobiografia narra a trajetória de descoberta da sexualidade, identidade de gênero e a convivência dentro da antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM).

Saber da vida de mulheres, ouvir as histórias das mulheres, sempre foi algo que me interessou. Cresci nas rodas de conversa da Pastoral

Operária de Joinville (SC), nos encontros iniciais do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Centro dos Direitos Humanos da mesma cidade, espaços onde a presença feminina era constante. Ouvir-las era mergulhar em um universo de saberes e realidades que me fascinavam. Ao fim, digo que ouvir histórias, ler histórias, buscar histórias, dessas e de tantas outras mulheres, mulheres negras e trabalhadoras, do Brasil ou da América, que refletem sobre suas vidas, transformam-se e transgridem, por meio do fazer de suas escritas, tem florescido em mim. Ao saber dessas mulheres diversas, percebo-me mais, e isto vai motivando o que venho fazendo e o que venho sendo.¹

Iniciamos o diálogo refletindo sobre a opção do título desta pesquisa: “Quando o texto fala: narrativas de Lenira Maria de Carvalho, uma mulher negra, trabalhadora doméstica”. Ao anunciar que o texto “fala”, estamos deslocando o foco do suporte onde estão as narrativas, os livros, para os sujeitos que as produzem, nesse caso, para a mulher que escreve e se inscreve nas narrativas analisadas, Lenira Maria de Carvalho, autora de *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*, publicado no livro *Cadernos de educação popular 4* (1982) e de *A luta que me fez crescer* (2000). São textos produzidos a partir das vivências de trabalhadora doméstica, mulher negra, sindicalizada, companheira de luta de muitas outras mulheres negras que por vezes não têm suas vozes ecoadas. Ouvir o que o texto “fala” é uma intenção muito forte em nossa escrita, busca marcar que não estamos tratando de objetos, mas de sujeitos. Por isso, insistimos no que seria considerado essa “licença poética”, de ouvir o que está escrito.

Lenira de Carvalho nasceu no interior de Alagoas, em uma região de engenho de cana de açúcar, onde, segundo depoimento em seus textos, ainda se mantinham relações de trabalho análogas à escravidão. Trabalhadora doméstica desde os 14 anos, na cidade de Recife, estado de Pernambuco, sua trajetória envolveu participação na militância política, tendo feito parte da Juventude Operária Católica (JOC), integrou a diretoria da Associação de Domésticas do Recife, durante as décadas de

¹ Nota a quem lê: de agora em diante, este texto se construirá na primeira pessoa do plural, não por convenção acadêmica, mas por acreditarmos que o que produzimos, o que estamos constituindo, é, de fato, produção coletiva, fruto de discussões, orientações, correções de textos, conversas e trocas na sala, no espaço do café, no caminho do bloco A para o bloco B, e vice-versa. Trabalhamos trançando leituras, vivências, saberes e questionamentos, e aqui, agora, nos inscrevemos.

1970 e 1980, e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Cidade do Recife, desde sua criação.

Mas como essa mulher, negra e trabalhadora doméstica, traz à cena a sua escrita? O primeiro texto, *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*, foi resultado de seus depoimentos recolhidos em fita para posterior publicação em uma coleção sobre educação popular. Temos mais conhecimento desse processo em seu livro *A luta que me fez crescer* (2000), na apresentação de Henrique Cossart², que nos fornece elementos dessa história:

(...) há alguns anos, um grupo do Rio de Janeiro, que estava editando vários testemunhos de trabalhadores, procurou Lenira, a entrevistou e publicou a gravação. Mas, agora, foi Lenira quem tomou a iniciativa. Foi ela quem quis um livro” (COSSART, 2000, p. 17).

Se na primeira escrita, publicada em 1982, Lenira Maria de Carvalho, mulher negra, trabalhadora doméstica, é narrada por si na forma de depoimento colhido em fitas, no livro *A luta que me fez crescer* (2000), a escrita e narrativa são conduzidas pelo seu desejo e intenções próprias de divulgar amplamente as lutas das trabalhadoras domésticas.

Lenira Maria de Carvalho narra sua trajetória para dividir com outras mulheres e leitoras suas lutas e experiências, compartilhar com aquelas que não as vivenciaram, tornar de conhecimento geral essas lutas, bem como, buscar a possível consolidação de memórias sobre esses momentos históricos. Assim como *Se me deixam Falar*, de Domitila Chungara, publicado pela primeira vez em 1976, e *Meu nome é Rigoberta MenchúI*, de Elisabeth Burgos, com edição de 1984, as narrativas autobiográficas de mulheres latino-americanas se inserem na luta discursiva política e ideológica encampada pelas camadas populares oprimidas e, tantas vezes, silenciadas, contra as forças repressoras e os grupos hegemônicos. Essa disputa no espaço da escrita e publicação tem sementes brotando há algum tempo na América Latina. O livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, com primeira edição em 1960, é um exemplo.

A problemática sobre os espaços de promoção de conscientização e letramento político guiou as análises das publicações, que se orientam por duas hipóteses iniciais: a condição de trabalhadora doméstica permite

² Metalúrgico da cidade de Recife (PE), ex-padre e companheiro de lutas de Lenira Maria de Carvalho.

uma inserção em dois “mundos/realidades”, complexificando o olhar e a munindo de elementos para leitura e compreensão da realidade social que narra?; ou os espaços de sociabilidade, como a Juventude Operária Católica, o convívio com outras empregadas, a atuação no sindicato, a interação e parcerias com organizações não governamentais (ONGs) feministas instrumentalizam as leituras de Lenira Maria de Carvalho sobre a realidade? Como não analisamos nossas fontes sem critério ou responsabilidade, as perguntas que surgiram e as respostas que fomos trançando são fundadas nas leituras e releituras de uma escuta que se pretendeu aberta para “ouvir” o que as narrativas diziam.

O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória de letramento político na vida de Lenira Maria de Carvalho, uma mulher negra, trabalhadora doméstica, para perceber como realiza leituras da realidade que a cerca, no texto que ela produz, demonstrando assim seu letramento político por meio de movimentos de experienciar teorizações sem jamais conhecer os termos em que se baseiam as teorizações. Este exercício visibiliza outros olhares epistemológicos necessários para o momento que vivenciamos, em nossos programas de Pós-Graduação e em outros espaços de produção e divulgação de conhecimentos, em um cenário político atual de golpe parlamentar, que pôs fim aos canais de diálogo entre o governo e os movimentos sociais, sejam eles os movimentos feministas, o movimento negro e os muitos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores organizados. Um diálogo que vinha se compondo e se consolidando, em diferentes graus de efetividade, desde os anos 1980 (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016).

Quais os caminhos a seguir, ao ler e analisar essas publicações? Para nos auxiliar nesse andar, apoiamo-nos no referencial teórico de Rildo Cosson (2008, 2011) sobre o letramento político, Paulo Freire (1969, 1982, 1988, 2005), na compreensão de sua escrita como resultante dos processos de conscientização que compõem sua trajetória de educação, e Lilian Maria de Lacerda (2000), para subsidiar a metodologia, com base em suas pesquisas sobre escritas de mulheres, por meio de uma leitura vertical dos níveis de análise dos textos. Todo nosso repertório teórico é intencional – de fato, todo repertório o é –, fazemos nossas escolhas de forma consciente, nossas aproximações e diálogos buscam firmar um lugar de produção de conhecimento em que é constante a atuação na realidade de sujeitos mulheres, sujeitos negros e intelectuais do Sul global.

No contato com narrativas de sujeitos de camadas populares, ou de outros espaços marginalizados pela sociedade, há uma “forte tendência a romantizar essas vozes” (COSTA, 1993) que escrevem. Tendo consciência dessa armadilha de interpretação, nossa leitura busca não

reproduzir essencialismos sobre a condição social de Lenira Maria de Carvalho. Nossa intenção, ao ter sua obra escrita como fonte, é analisá-la dentro de um contexto de estudos educacionais, identificar, sempre que possível, qual tipo de participação/interação promoveu a conscientização (FREIRE, 1980) de Lenira Maria de Carvalho, tornando possível a sua percepção das contradições da sociedade, na forma de seu letramento político (COSSON, 2011), expostas na sua produção escrita.

Escrever sobre pessoas que, diante de condições adversas, buscam acesso e domínio da leitura e escrita - ao ponto de exercer letramento, entendido como uma prática social de leitura e de escrita mais avançada e complexa (SOARES, 2004, p. 6), por compreender a apropriação e internalização dos códigos de escrita - é uma necessidade, principalmente para pensar como ocorre esse letramento, não só no sentido de complexificação do processo de alfabetização, mas também de letramento social, e do próprio letramento político.

Um dos intentos da pesquisa era a realização de entrevista com Lenira Maria de Carvalho, o que não foi possível, devido à situação de saúde em que se encontra. Foram realizadas apenas conversas por telefone, possibilitadas graças ao envolvimento de uma rede de mulheres dispostas a somar conosco. Entre elas, a professora Vânia Beatriz Monteiro da Silva, que mobilizou pessoas e informações e garantiu os primeiros contatos. Com o número de telefone de Lenira Maria de Carvalho em mãos, houve um momento de impasse, pois em ambas as produções Lenira faz crítica aos “intelectuais” e escreve sobre suas perguntas não mudarem nenhuma realidade, além de não terem retorno. Repetir essa história criticada por Lenira não era nosso objetivo, causando hesitações com relação ao contato. Quando, enfim, as ligações foram realizadas, a recepção solícita de Lenira dissipou muito das hesitações. Entre informar sobre a pesquisa e o uso de suas escritas houve a pergunta sobre sua autodeclaração racial, informação muito necessária para nós, pois a pesquisa é constituída compreendendo-a como mulher negra, confirmação que obtivemos.

Nossa escuta se faz então por meio dos textos produzidos por Lenira Maria de Carvalho. O texto desta pesquisa se apresenta da seguinte forma: em *Caminhos da pesquisa*, dialogamos com produções que se voltaram para os olhares que propomos; apresentamos uma narrativa de trajetória de Lenira Maria de Carvalho; determinamos qual o gênero das narrativas produzidas por Lenira Maria de Carvalho. *Lendo escritas de mulheres trabalhadoras* ocupou-se de pensar diálogos e aproximações teóricas para analisar as narrativas. *Da feitura do livro à feitura do texto* buscou contemplar a análise dos suportes das narrativas, os livros; o

processo de feitura dos textos; e a compreensão do letramento político nas narrativas de Lenira Maria de Carvalho.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa e a produção da literatura de mulheres negras, como as que são apresentadas nesta pesquisa, enquanto agentes produtoras de escrita, são marcadas por experiências militantes nos movimentos negros, diálogos entre mulheres, em suas lutas, e provavelmente muito influenciadas por Carolina Maria de Jesus. Negra, mulher, migrante saída de Sacramento, no Triângulo Mineiro, em 1947, Carolina era mãe solteira, moradora da primeira grande favela da cidade de São Paulo – Canindé. Famosa com o livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960, pela primeira vez, Carolina foi esquecida pela crítica literária ainda em vida, mesmo que continuasse a ter outros escritos publicados³.

Falar de escrita da população negra, mais especificamente de uma mulher negra, trabalhadora doméstica, significa colocar em centro, nas discussões acadêmicas, a representação de tudo o que alguns setores conservadores da sociedade insistem em invisibilizar. Lenira Maria de Carvalho é parte de grupos que, mesmo colocados à margem, seguem legitimando suas lutas, experiências e vivências.

Olhamos e compreendemos a escrita de Lenira Maria de Carvalho para além de quadros fixos de um estilo literário, mas como uma forma de diálogo e de apropriação da palavra, de tal modo que concordamos com Homi Bhabha, quando escreve que:

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende [tão somente] da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência que

³ Em ordem cronológica, as produções de Carolina Maria de Jesus são: *Quarto de despejo* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de fome* (1963), *Provérbios* (1963), e as publicações póstumas *Diário de Bitita* (1982), *Meu estranho diário* (1996), *Antologia pessoal* (1996) e o recente *Onde estaes Felicidade?* (2014).

presidem as vidas dos que estão na minoria (BHABHA, 1998, p. 20).

Esse lugar da periferia do poder e do privilégio fornece terreno para a elaboração de estratégias de reconhecimento, de colaboração e contestação da sociedade. O direito à fala e à escrita, com o domínio de seus códigos e formas específicas, não é entendido então como um embate de traços culturais ou tradições, e sim como forma de visibilizar realidades, agregar olhares distintos às narrativas que construímos todos os dias.

As minorias sobre as quais Bhabha (1998) escreve são entendidas, por ele, como minorias no sentido de representação política. São grupos sociais desprivilegiados, como a população negra, a população pobre, assim como as mulheres, mas que em número populacional se convertem na maioria, na sociedade brasileira. Este termo, minorias, foi utilizado por muito tempo para designar os sujeitos e sujeitas submetidos a formas de opressão. Tensionamos este conceito e não o adotamos em nosso olhar para esses indivíduos, pois as minorias não estão dadas. São constituídas como tais pelo contexto e situação relacional onde se constroem identidades.

Nossa pesquisa não é a primeira a olhar para as produções desses sujeitos “periferia do poder e do privilégio” (BHABHA, 1998). Esse reconhecimento é necessário para compreender os caminhos por onde já se andou, encontrar elementos para somarem conosco, em nossa caminhada, e pensar possíveis trajetos que não tenham sido explorados. Um mapeamento, quase como uma cartografia das pesquisas no tema, é este movimento que fazemos a seguir.

2.1 MAPEAMENTO OU POR ONDE ANDAM/CAMINHAM AS PESQUISAS SOBRE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

A leitura de *Quarto de despejo* sensibilizou o olhar de pesquisas para a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil republicano e democrático e a busca individual, de personagens dos setores marginais, pela aquisição da cidadania e as relações de trabalho, entrelaçadas com diversos marcadores sociais, no caso: cor, gênero e classe. Este é o caso de trabalhos como *Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras* (2003), de Alecsandro Ratts, apresentado no XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), ou *Para não ser trapo no mundo: as*

mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea (2014), escrito por Regina Dalcastagnè, publicado na Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea.

Alguns estudos que olham para essas escritas de camadas populares e que contribuíram para pensarmos outra epistemologia se encontram aqui, no levantamento que realizamos da produção acadêmica nas áreas de Letras e Educação. São os pressupostos teórico-metodológicos que dialogam com os elementos que se constituem no foco desta pesquisa. O mapeamento de trabalhos na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi combinado com o mapeamento na base Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e também com base de trabalhos das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), para um levantamento que compreendesse um tempo cronológico mais abrangente. Isto, somado ao fato de que a segunda base, BDTD, disponibiliza *links* diretos para todas as dissertações e teses encontradas na busca. Como critério de exclusão inicial, todas as pesquisas realizadas com base em escritos ou literatura não produzida por mulheres foram desconsideradas, incluindo os livros com personagens femininas consagradas, pois o foco é a produção escrita por mulheres.

O levantamento se constituiu em dois blocos. Um, de pesquisa abrangente sobre o campo de trabalho acerca das mulheres. Outro, com recorte específico sobre mulheres negras. No primeiro bloco, são fixados os descritores “mulher” e “literatura”, que foram combinados com os conceitos considerados pertinentes à pesquisa, a partir do referencial bibliográfico, sendo eles “autobiografia”, “memorialística” e “escrita de si”. No segundo bloco, repete-se a combinação, sendo agora “mulher negra” o primeiro descritor.

Ao utilizar os descritores “mulher”, “literatura” e “autobiografia”, encontramos 24 trabalhos, utilizando o critério de exclusão inicial. São 14 trabalhos sobre o tema, nove dissertações e cinco teses. Mantendo os dois primeiros descritores e utilizando “memorialística”, encontramos três trabalhos, uma dissertação e duas teses. O descritor combinado “escrita de si” resultou em quatro trabalhos, todos em nível de mestrado.

O segundo bloco de pesquisa, com o descritor “mulher negra” combinado com “autobiografia”, após a exclusão inicial, resultou em dois trabalhos, uma dissertação e uma tese. A dissertação, de Amanda Crispim Ferreira, defendida em 2013 no programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é *Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni*

Guimarães, orientada pelo professor doutor Marcos Antonio Alexandre. Também foi resultado da abrangente busca do primeiro bloco. O mote da pesquisa é o conceito de escritivências, disseminado pela pesquisadora e escritora Conceição Evaristo, uma compreensão de que o que motiva e impulsiona a escrita de mulheres negras são suas vivências e memórias, e que estas se conectam à história e à memória social afro-brasileira.

A tese de Marcela Ernesto Santos, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), orientada pela professora doutora Cleide Antonia Rapucci, intitulada *Resistindo à tempestade: a interseccionalidade de opressões nas obras de Carolina Maria e Maya Angelou*, faz uma discussão da escrita autobiográfica como uma forma de expressão das mulheres negras. Tem seu foco na ideia de que a “opressão tripla”, e combinada, entre raça, gênero e classe social molda a condição existencial das duas autoras escolhidas. A escrita é então colocada nesta pesquisa como a forma de “resgatar as identidades traumatizadas” pelas opressões, embora não exista concordância, de nossa parte, com o conceito de “resgatar”, pois compreendemos que promovemos processos de construções narrativas, não sendo possível o retorno ao passado para adquirir algo na forma de resgate. A reconstrução dessas identidades é algo que corroboramos.

“Mulher negra” e “literatura”, os dois descritores fixos do segundo bloco de pesquisa, quando combinados com “escrita de si”, resultaram em uma dissertação: *Escritivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães*, de Amanda Crispim Ferreira, já comentada. Quando o descritor “memorialística” foi utilizado, nenhum trabalho foi encontrado. Embora esse descritor tenha resultado no menor número de trabalhos na busca geral, essa ausência e os números que o precedem são compreendidos neste levantamento como uma demonstração de que esses temas, ao longo dos anos de pesquisa, caminham para consolidar campos de pesquisa sobre literatura afro-brasileira e sobre literatura de mulheres (GOTLIB, 1990). Contudo, quando se trata da questão da mulher negra e de seus escritos, de forma combinada, chegamos à conclusão, ao realizar o levantamento das pesquisas, de que ainda se tem muito por avançar.

A pesquisa de Ingrid Zacarelli Brito, defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, sob orientação da professora doutora Maria Rosa Martins de Camargo, intitulada *Cadernos íntimos diários publicados: um estudo das práticas da escrita de diários, no âmbito das práticas sociais disseminadas*, é uma dissertação, mas, na busca de palavras-chaves, não apareceu no banco de dados da CAPES nem no banco de dados BDTD. Essa dissertação tem como foco o estudo

de diários publicados e escritos, em sua maioria, por mulheres. Cadernos aparentemente íntimos e secretos, editados e transformados em livros. Coloca a questão do livro diário ou do diário e do livro como diferentes em suas apresentações e interpretações, e problematiza as delimitações entre escrita ordinária⁴ e escrita literária. As obras utilizadas em sua pesquisa são: *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley; *Quarto de Despejo*, de Carolina de Jesus; *Hospício é Deus*, de Maura Lopes Cançado; *Diários das Máscaras* e *Em Psicanálise*, de Ruth Bueno; e *Diarinhos e as agendas de Tatiana*, os diários de uma universitária, que nunca foram publicados. Embora não trate das obras escolhidas para a nossa pesquisa, traz uma abordagem sobre uma das escritoras referência em literatura marginal, Maria Carolina de Jesus, um acréscimo de bibliografias sobre diários, escrita e memória, e importantes teóricos, como Enric Bou (1996).

Para maior visibilidade das pesquisas aqui relatadas, apresentamos os quadros ilustrativos. Cada tabela corresponde a uma combinação específica de descritores:

⁴ Segundo Thies e Peres, “As escritas ordinárias são assim caracterizadas: servem para contar o dia de um modo muito particular, criando o seu próprio estilo, e é por isso que aparecem também em diferentes suportes” (THIES; PERES, 2009, p. 219).

Quadro I – Quantidade de trabalhos selecionados CAPES e BDTD

Ano de Publicação	Tipo de pesquisa	"mulher negra" "literatura" "escrita de si"	Autoria	Instituição	Área de concentração
2013	Dissertação	Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães	Amanda Crispim Ferreira	UFMG	Letras

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos trabalhos apresentados na ANPEd entre os anos de 2003 e 2016.

Quadro II – Quantidade de trabalhos selecionados (1)

Ano	Tipo de pesquisa	"mulher negra" "literatura" "autobiografia"	Autoria	Instituição	Área de concentração
2013	Dissertação	Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães	Amanda Crispim Ferreira	UFMG	Letras
2014	Tese	Resistindo à tempestade: a interseccionalidade de opressões nas obras de Carolina Maria e Maya Angelou	Marcela Ernesto Santos	UNESP	Letras

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos trabalhos apresentados na ANPEd entre os anos de 2003 e 2016.

Quadro III – Quantidade de trabalhos selecionados (2)

Ano	Tipo de pesquisa	"mulher negra" "literatura" "memorialística"	Autoria	Instituição	Área de concentração
		Nenhum registro			

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos trabalhos apresentados na ANPEd entre os anos de 2003 e 2016.

O pequeno número de trabalhos encontrados, numa busca específica, deve ser entendido dentro do processo de formação do campo de estudos da mulher negra, que tem mantido uma relação de aproximações e distanciamentos com os campos de estudos afro-americanos e sobre a mulher (CALDWELL, 2010), por estar na intersecção deles. Campos de estudos que estão constantemente em disputa, mas que se constituíram há muito tempo, tendo o sobre mulheres negras surgido na América, durante os anos 1970 e 1980 (Idem).

Assim como o processo ocorrido nos Estados Unidos da América, ao longo dos anos 1980 – momento em que as mulheres negras desenvolviam críticas à “segunda onda” do movimento feminista, que ocorreu entre 1960 e 1970 –, são os estudos feitos por mulheres negras, no Brasil, sobre a relação entre gênero, raça e outras formas de opressão, que vêm deslocando o campo de análises sobre a mulher e demandam o aprofundamento de “suas teorias e modos de pensamento em relação à questão de gênero, assim como a incorporar raça e outros modos de diferença em sua produção intelectual e em sua pedagogia” (Ibidem). Uma produção de mulheres negras que nem sempre se colocaram no espaço acadêmico já constitui uma tradição intelectual, composta por textos de Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (1976, 1985⁵), Sueli Carneiro (1985) Thereza Santos (1985), Luiza Bairros (1991, 1995) e outras.

Na base de dados do programa *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), uma plataforma de acesso aberto e comunicação científica, o recorte temporal do mapeamento compreende o período de 2003 a 2016. A data-marco tem a intenção de perceber as discussões suscitadas após a aprovação da lei 10.639⁶, pois os objetos da pesquisa de mestrado a que serve o levantamento são os livros de trabalhadoras, mulheres negras, contempladas como parte da história e cultura afro-brasileiras a que serve a lei em questão.

O SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Utilizando os descritores “mulheres”, “escrita”, “literatura feminina”, “literatura de mulheres”;

⁵ O ano de 1985 é a data de primeira publicação do artigo “A mulher negra no mercado de trabalho”, num jornal local da cidade do Rio de Janeiro, retomado e referenciado nesta pesquisa a partir do livro organizado por Alex Ratts (2007), onde constam todos os textos publicado por Beatriz Nascimento.

⁶ Lei de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

“escrita de si” e “mulheres negras”, combinando-os entre si, realizamos o refinamento da seleção de trabalhos. Obtivemos quatro artigos como resultados.

O artigo *Criadas no more: notas sobre testemunhos de empregadas domésticas* (2011), de Sonia Roncador, publicado na *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, tem como foco o estudo de algumas escritoras, trabalhadoras domésticas, e narradoras. Examina as características ou “marcas” (nos termos de uma das narradoras) dessa realidade (ao mesmo tempo tão íntima e distante das classes média e alta no país), a partir dos seguintes relatos: o depoimento oral da doméstica e militante Lenira Maria de Carvalho, *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* (1982); o testemunho *Ai de vós! Diário de uma doméstica* (1983), de Francisca Souza da Silva; e, finalmente, o documentário de ficção *Domésticas, o filme* (2001), dirigido por Fernando Meirelles e Nando Olival. A pesquisa consiste em analisar a situação atual da doméstica no país; o significado de ser trabalhadora doméstica; e desconstruir a imagem limitada da produção contemporânea de testemunhos tratando sempre de relatos da miséria e violência produzidos, quase que totalmente, por homens. Diferente da abordagem de Roncador (2011), pretendemos nos voltar para a própria escrita de Lenira Maria de Carvalho, identificando, em suas narrativas, interações e participações que promovem o processo de conscientização e resultam em seu letramento político, efetivado na forma de processos de leitura de mundo e de ações.

Em *Escritoras de avental: notas sobre o testemunho de uma doméstica* (2004) também escrito por Roncador, publicado na *Revista de Letras*, a autora realiza um exercício de uma “crítica testemunhal”, a partir da obra *A luta que me fez crescer*, de Lenira Maria de Carvalho. O artigo defende a ideia de que dentro da literatura marginal há vários gêneros, e coloca algumas das diferenças entre autobiografia e literatura de testemunho, tendo este último gênero desafios teóricos a serem enfrentados, ao se colocar na disputa pelo poder interpretativo. Aborda a falta de uma tradição de estudos sobre o testemunho no Brasil, área de estudo há muito trabalhada na América Latina e nos Estados Unidos. Trata dos aspectos dos textos que o inserem numa escrita testemunhal: relatos orais; implica que o sujeito do discurso seja, necessariamente, “testemunha e participante dos eventos públicos”; é, dialogicamente, “pessoal”, porém “coletivo”, popular, mas sem prescindir do agenciamento de um “membro da *intelligentsia*” (RONCADOR, 2004, p. 167). Esse gênero não se limita a formas ou temas específicos, permitindo

assim que as narrativas de Lenira Maria de Carvalho possam ser inseridas dentro dele.

A *árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe*, de Gilmar Penteadó (2016), artigo publicado na revista *Estudos Literários Brasileiros*, discute a literatura produzida por empregadas domésticas, catadores de lixo, prostitutas, meninos de rua, usuários de droga, internos de instituições para menores, detentos, quase todos trazendo a herança da dificuldade de acesso à educação formal. Tem como fio condutor a ideia do italiano Franco Moretti – apresentada principalmente no livro *A literatura vista de longe* – de que há padrões gerais numa sucessão de obras, dentro de um entendimento da literatura como sistema coletivo. Propõe construir uma árvore, com muitos galhos, de Maria Carolina de Jesus, com seu livro *Quarto de despejo* (1960), até Ferréz, com o livro *Capão pecado* (2000), numa pesquisa qualitativa que pretende demonstrar a consolidação dessa literatura, produzida por autores periféricos, que “rejeita o mediador letrado e passa a falar por si mesmo”.

O artigo de Elzira Divina Perpétua, *Literatura brasileira confessional: uma leitura de memórias marginais* (2011), foi publicado nos anais do Simpósio Internacional de Letras e Linguística (SILEL), de 2011. O conceito de “literatura menor”, cunhado por Deleuze e Guattari, é utilizado por Perpétua para discutir que se, por um lado, as obras de cunho autobiográfico são consideradas por parte da crítica como periféricas, em relação ao cânone literário, por outro, sabe-se que o pertencimento da escrita pessoal ao campo do literário passa mais pelo reconhecimento prévio do nome do autor do que pelo estatuto do gênero.

A autora reflete sobre a chamada literatura das minorias, tomando como base três narrativas de cunho memorialístico: *Ai de Vós! Diário de uma doméstica*, de Francisca Souza da Silva; *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus; e *Cícera, um destino de mulher: autobiografia duma imigrante nordestina*, escrito por Cícera Fernandes de Oliveira e Danda Prado. O objetivo foi estudar o sujeito da narrativa, em detrimento da valorização das autoras como representantes de uma classe social, e analisar de que forma essas três obras subvertem as noções instituídas do gênero memorialístico. O texto apresenta um relato sobre a narrativa memorialística das camadas baixas no Brasil e sobre a escrita autobiográfica produzida por mulheres, também no âmbito brasileiro.

A tabela apresentada a seguir está organizada de forma temporal, para perceber como vão acontecendo as produções sobre o tema em questão, onde têm circulado, identificarmos quem são os pesquisadores e em qual área do conhecimento têm se inserido. Isso porque um dos elementos que diferencia esta pesquisa das que vêm sendo divulgadas é a

sua inserção na área da Educação, e não nas de Letras ou Literatura, tendo assim outro olhar sobre essa escrita, pensando elementos do campo onde nos encontramos.

Quadro IV – Quantidade de artigos selecionados - SciELO

Ano de Publicação	Tipo de publicação	“mulheres”, “escrita”, “literatura feminina”, “literatura de mulheres”; “escrita de si” e “mulheres negras”	Autoria	Suporte	Qualis
2004	Artigo	“Escritoras de avental: notas sobre o testemunho de uma doméstica”	Sonia Roncador	<i>Revista de Letras</i>	Linguística e Literatura
2011	Artigo	“Criadas <i>no more</i> : notas sobre testemunhos de empregadas domésticas”	Sonia Roncador	<i>Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea</i>	Linguística e Literatura
2011	Artigo	“Literatura brasileira confessional: uma leitura de memórias marginais”	Elzira Divina Perpétua	<i>Anais do Simpósio Internacional de Letras e Linguística de 2011</i>	Linguística e Literatura
2016	Artigo	“A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe”	Gilmar Penteado	<i>Estudos Literários Brasileiros</i>	Linguística e Literatura

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos trabalhos apresentados na ANPEd entre os anos de 2003 e 2016.

Na etapa seguinte, terceiro momento do levantamento, os trabalhos discutidos foram selecionados na base de trabalhos da ANPED. Há discussões e questionamentos sobre a validade de um levantamento que considere os Grupos de Trabalho (GTs) da ANPED como espaço de busca. Alguns elementos para questionar essa escolha cabem em discussão, como o fato de os trabalhos disponíveis na base serem selecionados, não formando um panorama geral das produções acadêmicas ou limitando-se ao conhecimento produzido recém-iniciado e/ou em andamento, e a percepção sobre os centros de produção e discussão dos temas que se deseja.

A ANPED está organizada em 24 grupos de trabalho cujo histórico de surgimento e manutenção está entrelaçado com as discussões políticas e educacionais que ocorrem no Brasil e os GTs escolhidos se relacionam com o tema da pesquisa. São eles: GT3 - Movimentos sociais, Sujeitos e Processos Educativos; GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita; GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais; GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação.

O GT3 tem sua origem em 1981. Com a criação do GT Educação para o Meio Rural, em 1993, o GT passou a se denominar Movimentos Sociais e Educação. Ao tratar dos sujeitos e dos processos educativos presentes nas ações coletivas e movimentos sociais diversos, tornou-se uma escolha necessária para a pesquisa de dados, já que, como trabalhadoras, as personagens da pesquisa se inserem no quadro de trabalhos. Alfabetização, Leitura e Escrita (GT10) teve início em 1986. Desde 1991 tem se ocupado dos aspectos teórico-metodológicos e reflexões sobre resultados de pesquisas. Em 2001, foi criado oficialmente o GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais), embora pesquisadores deste tema já fizessem parte da ANPED, inseridos em outros GTs. Por fim, o GT23 (Gênero, Sexualidade e Educação) surgiu no ano de 2003, através de um grupo de pesquisadores(as) que já mantinham contatos anteriores. Estes GTs foram escolhidos pensando uma abordagem interseccional entre gênero, raça e classe, para compreender os escritos *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* (1982) e *A luta que me fez crescer* (2000), produzidos por Lenira Maria de Carvalho.

A pesquisa nesta base de dados também se fez com os descritores “mulheres”, “escrita”, “literatura feminina”, “literatura de mulheres”, “escrita de si” e “mulheres negras”, Esses descritores foram combinados para realizar o refinamento da escolha. Ao final, foram selecionados cinco trabalhos, dos GTs 3 e 10. No primeiro, encontramos um trabalho, e no GT10, quatro trabalhos: *Trajatórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra*

e pela leitura da palavra, de Evely Cristine Pereira de Aquino, José Eustáquio de Brito e Vânia Aparecida Costa, em 2015; *O autor-criador e o(s) outro(s): a estética da vida na escrita de diários de irmãos agricultores*, por Vania Grim Thies, em 2013; *Escrita, escritura e sociedade escriturária no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais de um assentamento de Reforma Agrária*, por Inez Helena Muniz, em 2012; *Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor - uma prática de escrita “masculina”*, escrito por Vania Grim Thies e Eliane Teresinha Peres, em 2008; e *Relações entre o analfabeto e o alfabetizado: reflexões sobre a leitura e a escrita como atividades socialmente situadas*, por Iara Silva Lucio e Francisca Izabel Pereira Maciel, em 2008.

O trabalho de Evely Cristine Pereira de Aquino, José Eustáquio de Brito e Vânia Aparecida Costa, *Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra* (2015) tem como foco a trajetória de escolarização na Educação de Jovens e Adultos, discutindo a presença das mulheres nesse espaço de educação, realizando o questionamento dos papéis atribuídos a elas historicamente e as resistências às condições opressoras através da leitura e da escrita. Provocadas pelos estudos de Michelle Perrot acerca das perspectivas de representação das mulheres, o estudo é norteado pelos questionamentos sobre como essas mulheres se veem e constroem representações de si, no seu espaço de vivência e suas trajetórias de escolarização. O texto vai se construindo pela compreensão da condição da mulher, explicitando como as relações de gênero atuaram nas possibilidades de trabalho, relacionamentos e formação dessas mulheres.

A inscrição da vida no ato da escrita de diários é o tema do trabalho de Vania Grim Thies, *O autor-criador e o(s) outro(s): a estética da vida na escrita de diários de irmãos agricultores*. Além da escrita de si, a escolha teórico-metodológica de Thies dialoga com o que se propõe nesta pesquisa. A autora faz sua análise por meio do Círculo de Bakhtin, o que possibilita a interpretação da escrita como ato ético e responsável de interação entre o mundo da vida e mundo da teoria. Ao analisar diários de três agricultores diferentes, fica colocada a singularidade da escrita. O conceito “autor-criador” utilizado por Thies, como afirma a autora, é uma conciliação de significados. Autor é “autorizar-se” a dizer e produzir enunciados com sentido. Thies cria e usa o conceito agricultores-autores, por entender que eles inscrevem a sua vida esteticamente, retirando as palavras “impregnadas de julgamentos de valor” do cotidiano da vida. O que, em se tratando dos textos *Só a gente que vive é que sabe: depoimento*

de uma doméstica (1982) e *A luta que me fez crescer* (2000), de Lenira Maria de Carvalho, leva a considerar que caberia pensá-la como trabalhadora-autora, expressando o seu mundo.

Inez Helena Muniz Garcia, em seu trabalho *Escrita, escritura e sociedade escriturária no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais de um assentamento de Reforma Agrária*, busca responder como pessoas selecionadas para a pesquisa interagem com a escrita. A discussão dessa questão é organizada com base em teorias da linguagem filiadas a Bakhtin. Há a preocupação, tal qual na pesquisa *Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra*, de que a escrita possibilite “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (FIORI, 1987, p. 10).

O letramento não escolar aparece como possibilitado por meio da escrita de diários, no trabalho de Vania Grim Thies e Eliane Peres, *Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor - uma prática de escrita “masculina”*, compreendendo o letramento como apropriação da escrita. É o letramento compreendido como um fenômeno social, onde a vida é ressignificada pelas práticas de ler e escrever. O diário de um agricultor é analisado à luz do letramento e das significações da escrita no ambiente do campo, percebendo seus sentidos (da escrita). As conclusões a que chegam postulam que a escrita, no contexto escolar, deve levar em conta os usos e as práticas que os indivíduos utilizam cotidianamente.

Relações entre o analfabeto e o alfabetizado: reflexões sobre a leitura e a escrita como atividades socialmente situadas, de LUCIO e MACIEL (2008), aborda o processo de alfabetização e seu papel no letramento enquanto ação social, possibilitando a participação nos diferentes eventos e práticas de letramento que ocorrem por meio de relações mediadas. Ao apreender os efeitos e significado da alfabetização na vida de sujeitos adultos, dialoga com a proposta de que práticas de leitura e escrita atuam sobre nós e nós atuamos sobre elas.

Ao final da pesquisa na base de dados da ANPEd, concluímos que há uma aparente ausência de trabalhos sobre letramentos nos espaços urbanos. Mas, ao realizar uma leitura atenta, percebemos se tratar de uma escolha política, pois se pretende demonstrar que a escrita não é apenas “urbana”. Escrever sobre letramentos no espaço rural é então um ato de visibilizar as práticas presentes no campo. Trata-se de um processo diferente do espaço urbano. A alfabetização nem sempre é contínua. Ocorre em salas multisseriadas. Em muitos espaços, é por meio do EJA.

São estudos ainda em pequeno volume, quando comparados aos temas “tradicionais” da alfabetização e escolarização. Perceber essa alteração de correlações é um movimento muito interessante a ser acompanhado.

Há também, na forma como se organizam os trabalhos encontrados nessa base de dados, uma nucleação de temas, nas escolhas entre trabalhos que abordam o tema da escrita de si, trabalhos acerca do letramento e trabalhos que usam um embasamento teórico que dialoga com as escolhas para a pesquisa de mestrado. A questão de gênero está presente, também. Mesmo quando não é o recorte das pesquisadoras e pesquisadores, ela está ali, latente, para os olhos que buscam problematizar o acesso à alfabetização, tardia ou não, a ação e utilizações da escrita. Muitos homens com maior possibilidade de frequentar a escola durante a infância, enquanto suas irmãs permaneciam em casa, desenvolvendo outras atividades⁷, ou nas situações de só poder frequentar a EJA caso todas as tarefas a elas designadas estivessem completas, quadro aqui levantado, através desta investigação na ANPED.

⁷ Relatos de Maria de Lourdes e Geralda, em *Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra*.

Quadro V - Trabalhos selecionados da ANPED, organizados cronologicamente

Ano	GT	Título do trabalho	Autor	Instituição	Região
2008	10	Relações entre o analfabeto e o alfabetizado: reflexões sobre a leitura e a escrita como atividades socialmente situadas	Iara Silva Lucio; Francisca Izabel Pereira Maciel	UFMG	Sudeste
2008	10	Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor - uma prática de escrita “masculina”	Vania Grim Thies; Eliane Teresinha Peres	UFPel	Sul
2012	10	Escrita, escritura e sociedade escriturária no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais de um assentamento de Reforma Agrária	Inez Helena Muniz	UFF	Sudeste
2013	10	O autor-criador e o(s) outro(s): a estética da vida na escrita de diários de irmãos agricultores	Vania Grim Thies	UFPel	Sul
2015	3	Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra	Evely Cristine Pereira de Aquino; José Eustáquio de Brito; Vânia Aparecida Costa	UEMG	Sudeste

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos trabalhos apresentados na ANPED entre os anos de 2003 e 2016.

O levantamento dessas pesquisas permitiu perceber que, embora haja trabalhos sobre os letramentos, trabalhos sobre os processos de educação por meio da escrita de si e do cotidiano, e pesquisas sobre títulos semelhantes ou, por vezes, com os mesmos textos escolhidos para esta pesquisa que desenvolvemos, não há pesquisas no cruzamento entre esses dois lugares, quando se trata destes livros: a escrita de si como expressão de letramentos políticos, em uma perspectiva dentro do campo da Educação, o que torna relevante nos voltarmos para as narrativas *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* e *A luta que me fez crescer*, de Lenira Maria de Carvalho, com a ótica que aqui se propõe.

É importante destacar também algumas produções em livros. A *escrita autobiográfica*, capítulo final do livro *Para que serve a escrita?* (1997), escrito por Elzira Divina Perpétua, com intenções provocativas no trato das obras produzidas por mulheres trabalhadoras, questiona o significado de seus letramentos, as possibilidades de publicização de suas escritas e a importância do reconhecimento de suas narrativas como literárias, e não somente como instrumentos de denúncia social ou escrita testemunhal. O que, no campo da análise, teria limitado as interpretações de suas escritas.

O contato com a produção acadêmica de Ângela Davis, e principalmente com a obra *Mulher, raça e classe* (2013), publicado pela primeira vez nos Estados Unidos da América em 1981, criou a necessidade de se inserir nas discussões de um pensamento social negro, que vem constantemente sendo (re)elaborado, que dê conta de questões intrinsecamente relacionadas às vivências físicas, mas também culturais, do racismo e da vivência negra atual, por uma parcela considerável da população do Brasil.

A intersecção se coloca então como forma de análise categórica e histórica, para uma compreensão espectral das relações que se forjam no espaço do trabalho doméstico das mulheres negras escolhidas como fonte.

É preciso pensar a autora Lenira Maria de Carvalho inserida num contexto como mulher, sujeita às relações de gênero e opressões do machismo e patriarcado; como negra ou não branca, em interação relacional com as construções sobre negros e brancos na sociedade brasileira; e proletária, dentro da disposição de classes.

Essas categorias nos informam, constantemente, que todo sujeito só age na interação social com outros sujeitos, pois a produção de discursos se dá constantemente em razão das relações dialógicas com os outros sujeitos, e nos trazem a necessidade de conhecer aqueles sobre quem escrevemos.

Desse modo, buscamos seguir alguns dos passos da caminhada de Lenira Maria de Carvalho. Quem é esta mulher e por onde caminha, quais entrecruzamentos se passam pelo percurso na escrita dos textos *Só a gente que vive é que sabe: Depoimento de uma doméstica* e *A luta que me fez crescer*.

2.2 DOS PERCURSOS DE LENIRA MARIA DE CARVALHO

As informações sobre a trajetória de vida de Lenira Maria de Carvalho foram recolhidas das narrativas utilizadas para esta pesquisa, dados encontrados nos anais dos eventos dos quais ela participou, registros documentais e livros onde é citada. Compreender os percursos de Lenira Maria de Carvalho é um movimento importante para fomentar debates essenciais sobre a estrutura social e a ação individual.

Imagem 1 - Lenira Maria de Carvalho no Seminário “Paz é Segurança Humana e Justiça”, realizado no dia 15 de outubro de 2009, em Recife (PE)



Fonte: https://www.flickr.com/photos/circe_portifolio/4707659646, 2009.

Lenira Maria de Carvalho nasceu em um engenho do estado de Alagoas, em 1932, data que só veio a conhecer muito tempo depois, pela necessidade de tirar documentos para votar no candidato político apoiado pelo seu patrão. Filha de uma mulher negra, Maria de Carvalho, com um pai que por muito tempo desconheceu, Lenira teve cinco irmãos, sendo ela a filha mais nova. Eram eles: José, Celina, Lúcia, Antônio e Jaidete. Seu irmão mais velho, José, era filho do dono do engenho onde trabalhava

a mãe de Lenira, o que possibilitou a ele um tratamento diferenciado, sendo alfabetizado, nunca trabalhando nos canaviais. Cada irmão tinha um pai diferente. O que fez com que houvesse uma distância de idade entre eles.

Lenira morava com a mãe e a irmã Jaidete na casa dos donos do engenho, onde a mãe trabalhava desde pequena. Quando criança, brincava com as outras crianças dos trabalhadores do engenho e até com as crianças que moravam na casa dos donos. Mas foi percebendo as distâncias entre eles. Até que decidiu passar todo o tempo de seus dias na casa de seu irmão mais velho, José, que já era casado e tinha morada nos terrenos do engenho, retornando para o quarto onde morava com a mãe e a irmã apenas para adormecer.

Encontramos essas informações sobre a infância da menina Lenira no livro *A luta que me fez crescer*. Pouco recolhemos sobre sua infância antes de ir trabalhar em Recife, como babá de seu padrinho. O texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* é conduzido de tal forma que nos leva a afirmar estar voltado para sua atuação como trabalhadora doméstica.

Quando Lenira foi convidada para trabalhar na casa de seu padrinho, em Recife, aos 14 anos, aceitou a proposta. Era uma possibilidade de sair da zona rural e de “tratar dos dentes”, o que não era possível aos que viviam nas regiões dos engenhos, afastadas dos centros. O padrinho prometera estudo, mas, mesmo sendo professor, nunca a matriculou em uma escola ou fez qualquer movimento para garantir o seu acesso à escolaridade.

Já sabia ler alguma coisa, pois tivera aulas com uma parenta da casa-grande do engenho, que ensinava os meninos filhos do patrão. Com esses rudimentos, punha-se a ler todos os folhetos de cordel que havia na casa de seu irmão mais velho, José. Mas tinha a vontade e a necessidade de saber mais, de conseguir escrever por conta própria tudo o que quisesse. Quem possibilitou que Lenira fosse à escola foi Maria do Carmo, que trabalhava na casa de seu padrinho como cozinheira. Logo que soube da vontade dela de estudar, procurou um curso, o Primário da época, matriculou-a no colégio de freiras salesianas, costurou seu uniforme à mão e tomava suas lições.

A vida de Lenira Maria de Carvalho tem a presença de mulheres fortalecendo-a, ao longo de toda sua trajetória. Maria do Carmo é uma delas, assim como a madrinha que escolheu para si, por renegar o padrinho

rico⁸, filho do abusador de sua mãe. Da madrinha que escolhera, sua madrinha de fogueira, como era tradição no interior de Alagoas, não temos o nome, mas a escolha fica declarada: “Escolhi uma mulher bem negra para isso” (CARVALHO, 2000, p. 32). Uma mulher negra, de pele retinta, pela sua descrição, e que, antes de ir trabalhar no engenho, fora empregada doméstica. Poderia ser o destino, mas lemos essa trajetória como o lugar comum da maioria das mulheres negras que, na sociedade racializada e patriarcal, ao sair do interior, têm seu espaço de atuação limitado aos trabalhos domésticos.

Trabalhando e morando na casa de seu patrão, Lenira Maria de Carvalho passou a conviver com muitos outros trabalhadores daquela casa, cozinheira, lavadeira, motorista, o responsável pelos serviços gerais. Todos dormiam nos fundos da casa, numa construção anexa, como um alojamento com beliches e que servia também como quarto de despejo da casa. O tempo e espaço de sociabilidade das empregadas e do empregado eram limitados ao fim de noite, antes das luzes apagarem, e no fim de tarde de domingo.

A vida de Lenira Maria de Carvalho foi acontecendo. Enamorou-se de um moço no interior, com o qual se correspondia por cartas, e o anúncio de seu noivado a fez perceber que seu padrinho, que era seu patrão, assim como toda a sua família, importavam-se realmente com sua presença apenas como força de trabalho, pois ficaram bravos por ela decidir casar e comemoraram o fim de seus noivado. Conforme o tempo passou, Lenira Maria de Carvalho assumiu mais funções na casa, mais responsabilidades e mais trabalho.

A vida de trabalhadora doméstica não era fácil, e Lenira Maria de Carvalho carregava consigo uma angústia a mais:

Embora as outras empregadas não gostassem daquela vida, não tinham a revolta que eu tinha. Era uma revolta de adoecer, de não dormir. Talvez, eu tivesse mais marcas do que as outras. Talvez, por causa da minha infância. E também, pelo que eu sabia da história da minha mãe. Tinha muita raiva dos ricos (...) (CARVALHO, 2000, p. 47).

⁸ Escolher pessoas em boa posição social para apadrinhamento é uma prática que se baseia em garantir benefícios aos apadrinhados, benefícios que são o que consideramos, hoje, os direitos básicos de cidadania, mas que em muitos momentos da história do Brasil, e em alguns lugares até os tempos de hoje, convertem-se em moeda de troca de influência política e ligações políticas e sociais.

Essa revolta era percebida pelos patrões e foi assim que ela chegou a Juventude Operária Católica (JOC). Sua patroa, que participava de ações na Igreja católica, decidiu levá-la a esse espaço da igreja, julgando que apacaria sua revolta, ao torná-la mais passiva.

Nessa época, pelos cálculos com base nas informações dos textos, Lenira Maria de Carvalho tinha trinta anos, e entrou para JOC em setembro de 1963. Na JOC, havia trabalhadores de diferentes setores. O contato com essas outras realidades de trabalhadores forneceu elementos novos para as leituras sociais em seu repertório, como greve, data-base, ajuste salarial.

Pela sua atuação destacada junto ao grupo de trabalhadoras domésticas, ela foi convidada a participar da JOC como liberada, para poder realizar as viagens, organizar os encontros e reuniões. Essa liberação integral para o exercício das atividades da JOC significou o afastamento das funções domésticas e a possibilidade de estar em contato com outras realidades, e ter tempo para vivências e socializações que antes não eram possíveis no seu cotidiano.

Foi neste período, como liberada, morando numa casa da paróquia, a “casa das permanentes”, que Lenira Maria de Carvalho e suas companheiras viram o golpe civil-militar acontecer. Embora tenham ido às ruas ver as passeatas da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e ali, olhando as pessoas que se manifestavam, tivessem consciência de que eram seus patrões e patroas, uma classe mais favorecida, não tinham ainda maior compreensão do que se passava.

Não demorou para que ela e suas companheiras soubessem que muito havia mudado. No mesmo mês do golpe, abril de 1964, a casa da JOC, onde morava, foi invadida, documentos foram apreendidos e algumas pessoas foram presas. Entre elas, Lenira Maria de Carvalho. Devido aos trabalhos realizados pelas Comissões da Verdade nos estados brasileiros, e aos relatórios produzidos, temos acesso a documentos de detenção. Entre eles, as páginas sobre a prisão de Lenira Maria de Carvalho.

No Arquivo Público de Pernambuco, no fundo *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*, encontra-se a subsérie *Processos da Comissão Especial de Ex-presos Políticos*, entre eles o de Lenira Maria de Carvalho. O governador de Pernambuco na época, Miguel Arraes, teve seu governo deposto ainda no dia 1º de abril, e a “casa das permanentes” passou a ser observada por agentes da polícia.

A situação no estado de Pernambuco era de muita agitação, e nos nove primeiros dias do golpe houve muitos acontecimentos, como consta no processo de Lenira Maria de Carvalho,

[...] onde se vivia num clima de pavor, com cerca de duas mil pessoas recolhidas nas delegacias de polícia, dos comissariados, nos quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pessoas de todas condições sociais, residências invadidas e saqueadas, sem mandado judicial, sem ordem formalizada, nada era respeitado, para a repressão tudo era possível e se justificava na caça aos comunistas (DOCUMENTO DO FUNDO, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara).

E foi nesse clima de pavor que, no dia 25 de abril, a “casa das permanentes” foi invadida, “os policiais jogaram nossas roupas, objetos e livros no chão, enquanto diziam que a gente tinha armas” (CARVALHO, 2000, p. 68). Lenira Maria de Carvalho foi surrada, levada para a Delegacia Auxiliar, nas dependências da Secretaria da Segurança Pública do estado de Pernambuco, onde foi torturada e passou por sessões de interrogatórios. Como ficou a noite toda na delegacia, foi emitido o registro de preso.

Na sua ficha, ficamos sabendo que o teor central do interrogatório era sobre sua ligação com o governador deposto, Miguel Arraes, o Congresso Regional de Empregadas Domésticas que haviam realizado e possíveis ações subversivas realizadas pela JOC. Quando foi solta, na manhã do dia seguinte, retornou ao emprego que possuía antes de ser liberada pela JOC, mas “já não era a mesma” (CARVALHO, 2000, p. 69).

Participava semanalmente de reuniões com outras trabalhadoras domésticas, frequentava congressos das associações de trabalhadoras domésticas de outros estados, e havia decidido que não moraria mais na casa de patrões. Quando sua mãe ficou doente, Lenira Maria de Carvalho precisou encontrar uma casa para morar com ela. Foi então dividir casa com Henrique Cossart, padre e metalúrgico, já que o salário de trabalhadora doméstica não permitia manter um aluguel sozinha.

Quando Henrique Cossart casou-se, mudou da casa e novamente Lenira Maria de Carvalho pode contar com o suporte e ser suporte de outras mulheres. Nila, uma de suas companheiras, trabalhadora doméstica, e Yolanda, uma enfermeira francesa, passaram a dividir a casa e as despesas com ela.

Houve mais uma prisão durante a ditadura, em 1970. Já consolidada, a ditadura civil-militar estava agora sob o regime do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que, entre suas determinações, considerava ilegais as reuniões políticas não autorizadas pela polícia. Houve também

diversos toques de recolher em todo o país e suspensão do *habeas corpus* por crimes de motivação política. Nesta segunda prisão de Lenira Maria de Carvalho, sua casa foi invadida e ela foi levada de forma violenta para a Delegacia Auxiliar, onde permaneceu de 11 de outubro até 14 de outubro, quando prestou declaração, através do Auto de Qualificação e Interrogatório.

Esses anos de repressão também foram de muitas lutas, organizadas de forma mais efetiva para que os patrões assinassem a carteira de trabalho das domésticas e pagassem uma parte da previdência, pelo antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), como ocorria com os outros trabalhadores de carteira assinada. Participaram de congressos e começaram a se organizar para fundar uma associação de trabalhadoras em Recife. Em julho de 1979, Lenira Maria de Carvalho fundou, junto com suas companheiras de categoria, a Associação de Empregadas Domésticas da Área Metropolitana de Recife.

Sempre trabalhando como doméstica, e participando dos espaços de luta com suas companheiras, discutiram propostas para a Constituinte que ocorreu entre 1987 e 1988. No mesmo ano da nova Constituição Brasileira, fundaram, em novembro de 1988, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, com cem domésticas no seu início. A luta política, aliada à permanência na categoria, foi sempre um ponto importante nas reflexões de Lenira Maria de Carvalho, por acreditar que só se pode falar do que se vive, e lutar pelo que se sabe.

Sua luta constante é reconhecida em diferentes momentos da história política do Brasil, sendo homenageada em diferentes espaços. Os que recolhemos falam do seu lugar de trabalhadora doméstica, de mulher em luta e de mulher negra. Demarcar esse lugar de mulher negra, para nós, nesta pesquisa, é importante, por entendermos o lugar estrutural que a raça ocupa em nossa sociedade. Tão central que atravessa a vida de Lenira Maria de Carvalho, na forma da ideologia da mestiçagem. O que se materializa quando, em suas narrativas, compreende-se como uma mulher negra. No seu registro de presa, está identificada em todos os momentos como “parda”, mas, no *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, publicado em 2000, em seu verbete, é apresentada como de etnia branca.

Lenira Maria de Carvalho participou do Primeiro Congresso de Trabalhadoras Domésticas, em 1968, na cidade de São Paulo, e dos que se seguiram: em 1974, no Rio de Janeiro; em 1978, em Belo Horizonte; em 1981, em Porto Alegre, e, em 1985, em Olinda. Foi uma das primeiras brasileiras a ter registro em carteira da profissão de doméstica, em 1972. Nesse período, participou da preparação para a Assembleia Nacional

Constituinte de 1988, que resultou na histórica conquista para a categoria: salário mínimo, direito a férias, 13º salário, aviso prévio, repouso semanal e 120 dias de licença maternidade.

Sua participação na Constituinte, de forma mais efetiva, aconteceu através da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, em 1987. A participação popular na Assembleia Constituinte era garantida por meio das chamadas audiências públicas, previstas regimentalmente. Tais audiências, todavia, ocorreram durante um rápido período, no âmbito das subcomissões temáticas, e visavam gerar a parte inicial do que seria o texto da futura Constituição (SILVA, 2011).

Na I Conferência Nacional de Políticas Para as Mulheres, organizada e realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2004, Lenira Maria de Carvalho foi uma das homenageadas. Neste evento, mais de 2,2 mil brasileiras debateram e entregaram ao governo federal suas propostas para a consolidação de uma política nacional para as mulheres de diferentes trajetórias, negras, brancas, indígenas, quilombolas, lésbicas e heterossexuais, jovens e idosas.

Em 2005, foi uma das 52 indicadas brasileiras, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para a iniciativa “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz”. Neste mesmo ano, foi convidada do Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde houve o lançamento do Plano Trabalho Doméstico Cidadão, uma política dirigida especificamente à categoria das trabalhadoras domésticas.

Participou do Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular, em 2008, onde, junto com uma comissão de trabalhadoras domésticas, entregou nas mãos de Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, as propostas produzidas pelos encontros e reuniões da categoria, para comporem as discussões da Constituinte.

Quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2014, entregou o prêmio Rose Marie Muraro: Mulheres Feministas Históricas, Lenira Maria de Carvalho foi uma das escolhidas. Essa premiação foi, na época, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Recebeu, em 2015, da Câmara Municipal do Recife, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha, o troféu Dona Santa, entregue a onze mulheres negras. O troféu faz referência à Maria Júlia do Nascimento, filha e neta de

africanos, conhecida como Dona Santa, rainha dos maracatus recifenses que viveu entre 1877 e 1962.

Seu nome está catalogado no *WikiPeaceWomen*, um dos projetos de *PeaceWomen Across the Globe* (PWAG), que visa aumentar a visibilidade do trabalho para além das esferas de influência e atuação destas mulheres, documentando as histórias de “mulheres pela paz”. Integra também o *Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje*, realizado pela Universidade Federal de Alagoas. É presidente de honra do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas

O reconhecimento de seu trabalho e atuação, não acidentalmente, foi reconhecido ao longo do governo de um operário, ex-metalúrgico, num mandato do Partido dos Trabalhadores e num governo da primeira mulher presidenta do Brasil, do mesmo partido. Esse momento histórico dos anos 2000, tomando emprestadas as palavras de Lenira Maria de Carvalho, era de “um clima de democracia”, onde, apesar das muitas escolhas políticas de conciliação de classes, houve mudanças estruturais no acesso e manutenção de direitos das camadas populares.

Mulheres como Lenira Maria de Carvalho escrevem de forma autobiográfica na América Latina sobre seus contextos de lutas desde muito tempo. As origens de seus relatos autobiográficos remontam a africanos(as) e afrodescendentes escravizados(as). A narrativa *A História de Mary Prince: uma escrava das Índias Ocidentais*, de Mary Prince, é o primeiro livro que conhecemos que se insere neste quadro, publicado pela primeira vez em terras europeias, em 1831.

Do século XIX até o século XXI, diferentes contextos tornaram possíveis as publicações e circulação dessas formas de escrita, e há buscas constantes para compreender como elas se caracterizam. Seriam essas escritas autobiografias, escritas memorialísticas ou escritas de si? Compreendendo a interação fronteiriça entre esses gêneros, e o constante borrar das suas delimitações, atemo-nos agora a pensar alguns aspectos deles.

2.3 CARACTERIZANDO UM GÊNERO FRONTEIRIÇO: AUTOBIOGRAFIA, LITERATURA MEMORIALISTA E ESCRITA DE SI

Ao longo do levantamento bibliográfico e do diálogo com as leituras, identificamos as diferentes opções ou compreensões de como se enquadram escritas semelhantes ou, em alguns momentos, as mesmas escolhidas para esta pesquisa. Conceituações que muitas vezes se sobrepõem, devido às tênues fronteiras entre as formas de escrita.

Fronteiras aqui não são compreendidas como delimitadoras, mas como móveis, pois fronteiras se movimentam. O seu movimento acontece, pois é nesse lugar, o da fronteira, que ocorrem estratégias de negociação e de reformulação de identidades. Fronteiras são construídas para guiar nossas percepções sobre a realidade. Assim como limitam, separam, diferenciam e apontam sentidos, também promovem encontros, passagens, diálogos e intercâmbios. São lugares de hibridação (PESAVENTO, 1998).

As definições do gênero de escrita resultam em desdobramentos e caminhos diferentes a serem percorridos. Considerando os intercâmbios possíveis, aqui discorreremos acerca disso.

2.3.1 Autobiografia ou narrativa memorialística

A literatura confessional, segundo Remédios (1996, p. 206), “é aquela que mais se aproxima do leitor, porque fala de um eu, de uma pessoa viva que ali se encontra e que diante do leitor desnuda sua vida, estabelecendo-se, uma perfeita união entre autor e leitor”. Embora a ideia de uma união perfeita não caiba em nossas análises e percepções sobre essa união entre o autora e leitora – pois cada sujeito carrega suas experiências quando vai ao encontro de uma leitura e cada leitura é singular e particular – resulta então, dessa união, uma literatura centrada no sujeito que escreve, pois ele é objeto de seu próprio discurso. A autobiografia e a escrita memorialística se inscrevem dentro desse gênero literário.

A relação do escritor com aquilo que foi no passado e a reconstituição da experiência vivida numa construção “para a leitura” são elementos da autobiografia ou da literatura memorialista. Não se trata da descrição de alguma verdade, mas da apresentação de um ponto de vista particular que individualize a existência do eu que se inscreve, independentemente da sua existência extratextual. A interpretação não pode ser tomada como representação fiel da realidade, mas como possibilidade mimética de construção artística (MACIEL, 2004).

A autobiografia é a experiência textual de alguém de vida extratextual comprovada, ou não, que deseja contar sua vida para dizer quem é. Nessa forma de autoconhecimento pela experiência da escrita, o eu autoral é também o objeto da narrativa, e o sujeito da enunciação se inscreve no enunciado, constituindo-se, assim, em narrador e personagem. O eu passado se diferencia do eu atual, já que o narrador não relata apenas o que aconteceu no passado, mas também o processo pelo qual o eu passado se transformou no eu presente (MEDEIROS; MACIEL, 2007)

Na autobiografia é firmado um pacto, o “pacto autobiográfico”, que pressupõe uma identidade entre autor-narrador-personagem. Em uma das suas manifestações, trata-se da declaração do autobiógrafo, que pode estar contida na construção textual (prefácio, nota introdutória, preâmbulo) ou paratextual (título e subtítulo, informações de contracapa e orelhas do livro) do texto como expressão da personalidade daquele que escreve, tendo valor de verdade. Contudo, existem nuances e ambiguidades discutidas na obra fundante, *O pacto autobiográfico* (LEJEUNE, 1998).

Segundo Philippe Lejeune (2008), o pacto é um elemento central para a definição de autobiografia. É um pacto necessário feito entre autor e leitor, para firmar um compromisso sobre a assinatura da obra. O autor se responsabiliza pelo que escreveu, de tal forma que o leitor poderá até duvidar da verossimilhança dos fatos contados na obra, mas não poderá duvidar da identidade do autor. “Para que haja autobiografia, é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem” (LEJEUNE, 2008, p. 15).

O texto de Lejeune apresenta entre as nuances e ambiguidades a questão da narrativa autobiográfica como uma construção baseada em seleção, consciente ou não, interagindo com as peculiaridades de lidar com a memória, com as intenções que levam ao retorno ao passado. Mesmo que o mote do texto, como escreve Bella Josef, esteja em se colocar como “um discurso documental, testemunhal ou ficcional que se funda em convenções à primeira vista opostas: veracidade histórica e ficcionalidade reinterpretativa” (JOSEF, 1998, p. 295).

Já está estabelecido que as fronteiras entre autobiografia e ficção desvaneceram com as discussões e transformações desde os anos 1980 (FIGUEIREDO, 2010). É preciso evidenciar essa postura para compreender que as diferenciações entre autobiografia e memorialismo não ocorreram no campo do conteúdo verdadeiro versus o conteúdo da instável memória. O que se busca diferenciar, aqui, é a forma aplicada ao texto autobiográfico e ao texto memorialístico, no sentido de como essas narrativas se apresentam. Sem, contudo, esquecer-se da premissa necessária de Antonio Candido (2006), de que forma literária é conteúdo histórico condensado.

Ao tratar de narrativa memorialística, é preciso pensar em memórias. O conceito de memórias, numa construção literária, remete à volta do eu ao passado para construir o presente. Esse presente que se constrói e que, logo depois de configurado, se converte em passado, altera as concepções do passado, que certamente será alterado com as vivências desse presente (TEIXEIRA, 2008, p. 37). Ou seja, memória é sempre sobre uma demanda do presente. A cada momento que o passado for

analisado, outros significados serão atribuídos a ele. Há na escrita de memória a ilusão de poder descrever em detalhe tudo o que é considerado importante, armadilha comum ao não considerar que a memória é demanda constante do presente.

Segundo Miranda (2009), pode-se diferenciar o “memorialismo” da “autobiografia”, tendo em vista o fato de que “o tema tratado pelos textos memorialistas não é o da vida individual, o da história de uma personalidade” (MIRANDA, 2009, p. 36). De acordo com esse autor, “nas memórias, a narrativa da vida do autor é contaminada pela dos acontecimentos testemunhados que passam a ser privilegiados”. Na verdade, os textos que se caracterizam enquanto relatos de vida acompanham o movimento de construção do sujeito no tempo. Daí o problema de delimitação das “escritas do eu”, que possibilitam a diferenciação em termos de subgêneros (autobiografia, diários, memorialismo, autorretratos, etc.), comumente constituídos de forma híbrida ou entrecruzada.

2.3.2 Escrita de si

O conceito “escrita de si” ficou conhecido principalmente pelo trabalho de Michel Foucault, na sua obra *Ditos e Escritos* (2004), composta por nove volumes, pensando a cultura greco-romana. Contudo, não se trata, aqui, “da escrita de si” no sentido ascético da cultura proposto por Foucault, pois, no processo de escrever os livros objetos desta pesquisa, já é sabido serem memórias tornadas públicas, e há a intenção da divulgação do que ali estará contido. Esta é, inclusive – a divulgação – um dos motivos geradores da escrita.

Este fato, porém, não torna totalmente descartável o que propõe Foucault. Embora o exercício de autoconhecimento solitário, livre do constrangimento da presença do outro, não ocorra, outros elementos inerentes ao ato de escrever sobre si, descritos pelo autor, dialogam com os textos *Só agente que vive é que sabe* e *A luta que me fez crescer*, de Lenira Maria de Carvalho. Como quando aborda o entendimento da situação real, ou o que denomina a experiência, em suas palavras, “trabalho de pensamento, trabalho pela escrita, trabalho na realidade” (FOUCAULT, 2004, p. 147). Um processo que compreendemos como um ato de educar-se por meio da escrita. Em um paralelo com o que escreveu Paulo Freire (2005) sobre a possibilidade de autoeducar-se pela leitura, propomos, nesta pesquisa, compreender esse processo como ocorrendo por meio da escrita também.

O direito à escrita, entendido por nós como um horizonte possibilitado pela alfabetização, combinado ao poder da escrita, é uma forma de resistência social e cultural. É desse lugar de direito e poder que vamos compreender a *escrita de si* e, tomando as palavras de Luiza Lobo (1993, p. 328): “Uma das marcas da literatura afro atual é justamente a forma confessional, a escrita de perfil existencial, reconstruindo uma história própria, sentida por um povo vencido e até aqui massacrado”. Escrever, na condição de negras e negros, significa então um movimento de autonomia, movimento de resiliência combinado com autorreflexão.

O objeto da autobiografia é o próprio eu autoral, enquanto o objeto das memórias é a focalização que este eu autoral faz das suas vivências. A escrita de si é entendida nesta pesquisa como o atravessamento de ambos os elementos, o “eu” e suas “vivências”, o movimento dialógico entre autobiografia e memórias. É preciso entender a memória e o ato de lembrar como elementos presentes na história e ação das mulheres, como bem disse Michelle Perrot (1989, p. 18): “Forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”. Embora nestes textos não haja o medo de revelar a intimidade, como nas memórias femininas pesquisadas por Perrot, *Só a gente que vive é que sabe* e *A luta que me fez crescer* revelam-se, falam de sexualidade, do corpo, do espaço íntimo doméstico e de questões não autorizadas socialmente.

Há um contexto da *escrita de si*, nos anos de recuperação democrática nos países do Cone Sul que sofreram as ditaduras militares dos anos de 1970 e 1980. Aparecem inúmeros relatos memorialistas das experiências dos jovens políticos ou dos exilados, romances de depoimento, testemunhos autobiográficos que, de alguma maneira, podem ser considerados testemunhos de uma geração (PENTEADO, 2016).

Conforme a avaliação de Silvano Santiago (1989, p. 31), “o crítico falseia a intenção da obra a ser avaliada se não levar em conta também o caráter de depoimento. Se não observar a garantia da experiência do corpo-vivo que está por detrás da escrita”. O elemento autobiográfico nesses textos deste período são respostas aos problemas sociais e políticos. Esses testemunhos autobiográficos se pretendem como relatos de um momento histórico (KLINGER; JUNIOR; CHIARA; PEREIRA; RESENDE, 2006). Seu objetivo maior não é o valor literário. Trata-se do relato, já que a “informação veiculada pelos relatos importa mais do que o cuidado com as formas de veiculação” (MIRANDA, 2009, p. 19).

Com base nas discussões apresentadas, e reconhecendo esses conceitos como fronteiriços, consideramos os textos escolhidos como escrita de si, devido ao seu caráter multidimensional memorialístico e

autorreflexivo, de uma trajetória de vida. Falamos em trajetória de vida, pois nosso recorte olha para esses textos como fonte da interação entre o contexto social e os significados subjetivos de quem produz a narrativa. Tendo identificado a escrita com a qual trabalhamos, é preciso apresentar como faremos essa leitura, o que apresentamos no capítulo a seguir.

3. LENDO ESCRITAS DE MULHERES TRABALHADORAS

Nesta pesquisa, buscamos compreender qual contexto fez emergir os textos de Lenira Maria de Carvalho, mulher negra, trabalhadora doméstica, possibilitando sua intenção de retornar a ser ouvida por meio das letras, num livro próprio. Sua voz já se fizera presente na Constituinte, em diferentes momentos na Assembleia Legislativa e regionalmente, nas lutas sindicais, nos encontros sindicais e em outros espaços em nível local. Sua narrativa, enquanto militante e trabalhadora, foi publicada pela primeira vez por uma editora voltada para a literatura nordestina, sua narrativa de vida e lutas, através de uma política de educação popular do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que recolheu depoimentos de trabalhadores de diferentes setores da educação.

Metodologicamente realizaremos uma leitura vertical dos textos escolhidos, *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica e A luta que me fez crescer*, entendendo-os como singulares e buscando interpretá-los historicamente. É preciso também pensar os suportes das narrativas. Neste caso, da produção de Lenira Maria de Carvalho, as narrativas foram realizadas já intencionando a publicação. Ao longo dos tempos, o hiato entre a escritura da memória feminina e a sua publicação foi diminuindo cada vez mais, principalmente a partir da década de 1970 (LACERDA, 2000), o que configura o caso dos textos escolhidos.

Lilian Maria de Lacerda (2000) conceitua a estrutura de três níveis de profundidade de leitura vertical dos textos confessionais produzidos por mulheres. O primeiro nível diz respeito ao trabalho de composição; o segundo nível de uma análise verticalizada é estabelecer os traços do pacto autobiográfico e os traços que desvelam espaços e temporalidades privilegiadas na memória que caracterizam o texto como literatura; e o terceiro nível é a identificação dos depoimentos femininos como fonte de pesquisa no tema que se tenha em questão, neste caso, nos processos de conscientização que promoveram o letramento de Lenira Maria de Carvalho. Nesta pesquisa, utilizamos dois destes níveis, o primeiro e o terceiro, pois não nos interessa discutir o caráter literário dos textos. De forma alguma estamos desconsiderando a importância deste nível. O que fazemos é entender que essa demanda caberia caso essa pesquisa tivesse foco literário e integrasse o campo das Letras. Diferimos do que tem sido produzido sobre os textos de Lenira Maria de Carvalho pelo campo sobre o qual escrevemos e que analisamos, a Educação, considerando a compreensão deste gênero como escrita de si.

No primeiro nível, segundo a fórmula de análise vertical de Lacerda (2000), consideramos os motivos para a escritura feminina

confessional, entendida por nós como escrita de si: o período de sua produção, a intenção prévia da edição, os temas centrais tomados pela memória e a composição do suporte - no caso dos livros, trata-se da capa, editora, ano e local de publicação, prefácio, ilustração, organização dos capítulos, citações e epígrafes. São os dispositivos que criam um protocolo de leitura, tendo influenciado a fabricação do manuscrito e sua conversão em livro. É preciso historicizar o período da produção dos textos, o que permite ampliar o conhecimento dos motivos para essa escrita, considerando a composição do suporte das narrativas escolhidas.

No terceiro nível de análise proposto por Lacerda, constituímos lentes para poder identificar a narrativa de Lenira Maria de Carvalho como parte de processos de conscientização e consequente letramento político e escritas de mundo. São elas a soma e diálogo de pesquisadoras e pesquisadores do Letramento, do processo de educar-se e das condições de ser mulher negra, trabalhadora.

3.1 OUTRAS LENTES PARA LER E OUVIR

Para análise do terceiro nível de leitura, que consiste em olhar para os depoimentos femininos como fonte de pesquisa do tema em estudo, neste caso, sobre processos de conscientização e letramento, cremos ser necessário compreender o que é o letramento político no qual esta mulher está inserida, e que vai reverberar no seu processo de escrita. Com o apoio de outros referenciais, compomos aqui o quadro do nosso lugar social e teórico de escrita e análise.

Somos conscientes de que as metáforas referentes à visão compõem uma tradição cultural de ciência objetiva, na busca constante por realizar medições e constatações acuradas, almejando a verdade sobre o mundo. Entendemos a armadilha possível em crer que há uma possibilidade de revelar como é de fato a realidade, de representá-la de forma correta (VEIGA-NETO, 2002). Longe dessa aspiração positivista, nossa metáfora faz referência a um trecho de Lenira Maria de Carvalho, onde ela escreve "uma coisa que não dava para perceber no começo, mas que depois, agora, eu vejo" (CARVALHO, 1982, p. 10). Como não vivemos sua realidade, não partilhados a totalidade de suas vivências, para "ver" o que ela nos conta. Vamos então "apurar" nossa visão.

A escolha por realizar as análises no lugar teórico do letramento é fundamentada na compreensão de que, na história do Brasil, assim como no campo do conhecimento, nos estudos de linguagem, até a década de 1980, aproximadamente, havia uma "grande divisão", cujo entendimento polarizava a oralidade e a escrita em eixos de ensino separados. No plano

individual, essa polarização colocava de um lado os letrados e de outro os iletrados. Aqueles eram vistos como pessoas dotadas de raciocínio, capacidades cognitivas, facilidades com lógica, abstração e operações mentais superiores. Os iletrados, por outro lado, eram considerados como incapazes de pensar mais abstratamente, mais passivos, menos críticos, menos capazes de refletir sobre a natureza da língua que usam ou sobre as fontes de sua opressão política (STREET, 2014).

Em resposta e como outra possibilidade diante dessa concepção de leitura e escrita centrada do indivíduo, como um código a ser adquirido solitariamente, surge a proposta do letramento, cuja palavra é uma tradução da palavra inglesa *literacy* e significa a condição de “ser letrado”. No Brasil, a palavra letramento surgiu no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas, na década de 1980, no discurso de estudiosos dessas áreas. Uma das primeiras ocorrências está no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de Mary Kato, publicado em 1986 pela editora Ática. Depois, Leda Verdiani Tfouni, no livro *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, publicado em 1988 pela editora Pontes, dialoga com uma epistemologia que reconhece outras formas e espaços de conhecimentos.

3.1.1 Letramentos e letramento político

Pensamos em letramento político reconhecendo a pluralidade dos letramentos, abrangendo os usos que as pessoas fazem da escrita, da prática social de escrita da qual se apropriaram, pois

Os estudos mais atuais sobre letramento [...] começam a utilizar esse termo no plural, explicitando a consciência dos pesquisadores acerca da complexidade de processos sociais e discursivos envolvidos nas ações de ler e escrever, antes quase só avaliadas em abordagens quantitativas para orientar políticas públicas de leitura (PAULINO, 2004, p. 68).

Assim, na atuação social desenvolvem-se diferentes tipos de letramento, e para cada um deles há práticas e leituras diferenciadas. Podendo-se falar, por exemplo, de letramento político, e compreendendo-se que não há correspondência direta ou causal entre o tempo de escolaridade e os níveis ou formas de letramento adquiridas (SOARES, 2003).

É preciso também que façamos a distinção entre letrado e alfabetizado, dois processos interdependentes, indissociáveis e que podem ser simultâneos (SOARES, 2004, p. 15). Alfabetizado é aquele que “sabe ler e escrever”. Letramento vai além disso. O letrado faz uso da língua, internaliza os códigos, e as práticas de leitura e escrita transformam sua forma de pensar (SOARES, 1999, 2004). Identificamos três possíveis entradas de abordagem para o letramento, que não se excluem, podendo ser entrelaçadas ou recombinadas. Os conceitos centrais foram desenvolvidos, principalmente, por Angela B. Kleiman (1995), Leda Verdiani Tfouni (1995) e Magda Soares (1999 e 2004).

O entendimento de que há letramento independente da escolarização, ou da alfabetização, é desenvolvido inicialmente por Tfouni (1995). A vivência em espaços ou comunidades letradas age sobre os sujeitos, nas suas interações com a moeda corrente, com os meios de locomoção, os espaços de circulação e as normas de sociabilidade. Não há, então, nas sociedades modernas, um grau zero de letramento, mas “graus de letramento”, compreendendo-se a não existência de indivíduos iletrados, dentro desta perspectiva.

Segundo Kleiman (1995), no momento de sua escrita, havia duas perspectivas possíveis para os estudos do letramento. Uma primeira perspectiva, que tinha como prioridade o espaço da escola – compreendendo o letramento não como prática social em sua pluralidade, mas apenas composto por uma prática de letramento, a alfabetização, entendida como o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico). A segunda perspectiva vai além do mundo da escrita como domínio de códigos. Considera que outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes. Assim, a autora define o letramento como um conjunto de práticas sociais que usa a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Em *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*, Soares (2004) historiciza as duas possíveis perspectivas elencadas por Kleiman (1995), a partir de contextos distintos que “são essencialmente diferentes em países em desenvolvimento, como o Brasil, e em países desenvolvidos, como a França, os Estados Unidos, a Inglaterra” (SOARES, 2004, p. 6). A autora pauta a distinção entre alfabetização e letramento por uma preocupação com os aspectos pedagógicos destes conceitos e suas implicações nas práticas educacionais, e utiliza os elementos de indissociabilidade e interdependência para a compreensão da alfabetização e do letramento.

A compreensão de letramento utilizada nesta pesquisa dialoga com Kleiman (1995), Tfouni (1995) e Soares (1999 e 2004), pensando-o fora do espaço da escola, enquanto instituição. Lenira Maria de Carvalho transita em espaços letrados, domina os códigos da escrita e o sistema simbólico desses códigos, o que pode fundamentar a necessidade de produzir textos sobre sua vida, como trabalhadora-autora, expressão do seu mundo e de suas práticas de escrita, que interagem e transformam sua forma de pensar, existir.

Brian Vincent Street, em seu livro *Letramentos sociais* (2014, p. 126) reafirma, assim como Tfouni (1995), a existência de outros letramentos, diferentes das versões apenas do espaço escolar. Esses letramentos estão associados a crenças e significados culturais profundos e diversos, representados pelos indivíduos de forma pessoal e nos grupos aos quais pertencem. Nesse sentido, entendemos que o letramento nem sempre está atrelado à escolarização, mas vinculado a habilidades adquiridas pela pessoa ao interagir socialmente em grupos de semelhantes.

Compreendendo a ideia da existência de várias formas de letramento, e entendendo que o letramento pode estar em contextos sociais diversos, como família, igreja, trabalho, mídias e outros, denominamos, em nossa pesquisa, as leituras que Lenira Maria de Carvalho realiza do seu contexto, e escreve em seus textos, como resultado de seu letramento político. Segundo Rildo Cosson, letramento político define-se como o processo de apropriação de conhecimentos, práticas e valores para a manutenção e o aprimoramento da democracia (COSSON, 2011, p. 51), diferenciando-se de uma educação política por haver, no letramento político, o processo de apropriação, ao lado da incorporação de elementos mais operacionais para a manutenção da cidadania (COSSON, 2008 e 2011).

Cosson (2008), ao historicizar a origem anglófona do termo, faz referências à expressão *political literacy*, utilizada na língua inglesa, que “trata da competência de compreender e participar conscientemente da vida política” (COSSON apud DUDLEY e GITELSON 2008, p. 193), e da definição proposta por Crick, que trata de “aprendizagem sobre e como nos fazer atuantes na vida pública por meio de conhecimento, habilidades e valores” (COSSON apud CRICK, 2008, p. 193). Dessa forma, não basta o conhecimento sobre as informações pertinentes ao tema da vida política, é preciso haver a reflexão e o debate, numa atuação dialógica, diretamente ligada ao processo educacional de conscientização. A vida pública, no que tange ao letramento político, contempla as diferentes dimensões da política presente na vida das pessoas, pois parte do entendimento de que

“a política é parte da experiência humana de viver em sociedade” (COSSON, 2008).

Concordamos que os elementos que compõem esta prática de letramento, o letramento político, são conhecimentos acerca de direitos humanos, instituições políticas, e democracia; práticas de participação política e diálogo; e valores de equidade e liberdade. Contudo, entendemos não se tratar da manutenção e aprimoramento da cidadania, e sim da busca por esta. O historiador José Murilo de Carvalho (2012) conceitua cidadania como a garantia de três grupos de direitos: os direitos civis, que são os fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; os direitos políticos, que se referem à participação do cidadão no governo; os direitos sociais, que garantem participação na riqueza coletiva (CARVALHO, 2012). Elementos que não estão disponíveis a todos os participantes da sociedade brasileira. Por isso, a busca, e não a manutenção da cidadania.

Através do seu letramento político, alargado aqui para a compreensão das contradições do sistema do “patriarcado imperialista capitalista supremacista-branco” (HOOKS, 2013), letramento político que ocorreu por meio do processo de conscientização (FREIRE, 1980), as narrativas de Lenira Maria de Carvalho apresentam suas leituras e interpretações da sociedade. O que se pretende então é identificar quais espaços contribuem para esse letramento político.

3.1.1.1 Práticas, eventos e espaços de letramento

Nossa compreensão do letramento como prática social leva-nos à concepção de que ele se materializa nas práticas, eventos e espaços de letramentos. Os eventos de letramento são os vários momentos da nossa vida diária em que a escrita desempenha um papel. Conforme Kleiman (2007),

não se diferencia de outras atividades da vida social: é uma atividade coletiva e cooperativa, porque envolve vários participantes, com diferentes saberes, que são mobilizados segundo interesses, intenções e objetivos individuais e metas comuns.

Ou seja, o evento é o momento de uso da escrita em qualquer papel assumido pelos sujeitos.

Como diferentes são os contextos e usos do letramento, as pessoas, em suas vidas diárias, podem se envolver em uma larga série de eventos de letramento. Sousa (2006, p. 36) associa os eventos de letramento às

atividades com uma função, seja cognitiva ou social, em que as pessoas usam textos: “São episódios que surgem das práticas de letramento e são moldadas por elas. A noção de eventos marca a natureza da situação de letramento, que sempre ocorre em um contexto situacional”.

O uso do conhecimento cultural em uma determinada atividade é entendido como práticas de letramento (OLIVEIRA; KLEIMAN, 2008). Os eventos são entendidos como as atividades particulares, nas quais o letramento desempenha um papel; podem ser atividades regulares repetidas. Essas práticas são as formas culturais gerais de utilização do letramento, com as quais as pessoas se conduzem em um evento de letramento (Idem). Para Moura (2015), as práticas de letramento constituem um conjunto de convenções culturais em que se dão os eventos de letramento. Sousa (2006, p. 36) percebe as práticas de letramento moldadas pelas normas sociais que regulam o uso e a distribuição de textos, prescrevendo quem produz e quem tem acesso aos mesmos. Para nossa pesquisa, as práticas são mais úteis quando entendidas como existentes nas relações entre as pessoas, em um grupo ou em uma comunidade, constituindo então espaços onde se possibilita o letramento. Entendendo que os eventos são os movimentos da vida cotidiana e as práticas são as formas culturais, e estamos falando de lugares, espaços como o ambiente de trabalho, o sindicato ou a assembleia de categoria, os grupos de discussão, lugares por onde se transita, reconheceremos estes como espaços de letramento (KLEIMAN, 1995).

3.1.2 Conscientização, experiência e pedagogias da libertação

O letramento político, ou a educação para a cidadania, só é possível, em nossa compreensão, por haver o processo de conscientização, um movimento dialógico entre prática e teoria divulgado a partir da obra de Paulo Freire, mas creditado por ele a professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na década de 1960. Entre eles, o filósofo Álvaro Pinto e o professor e sociólogo Guerreiro Ramos.

O processo de conscientização não é entendido como um movimento natural. Depende da atuação dos indivíduos, que se encontram na condição de oprimidos. Essa condição de opressão é mantida pela alienação acerca de si e de elementos do mundo. Em *Pedagogia do oprimido* (1988), Paulo Freire apresenta a situação de oprimido como construída pelos opressores:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como

peessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos* (FREIRE, 1988, p. 16).

Ao colocar a situação de oprimido como uma ação, não um estado de natureza, em diálogo profundo com o que escreveu Frantz Fanon, no livro *Os Condenados da Terra* (2005), abre-se a possibilidade de repensar este lugar. Quando realizamos o procedimento de desnaturalizar o lugar que ocupa o oprimido, torna-se possível vislumbrar as suas potencialidades, compreendendo que sua atuação é protagonista em suas trajetórias e que a condição de oprimidos não traduz suas existências. Existem muitos matizes de experiências e vivências em cada uma das pessoas transformadas em oprimidas. As experiências são as situações que atravessam os sujeitos, alteram seu ser e estar no mundo. Lenira Maria de Carvalho existe em diferentes espectros. Para além, ou também atravessado, do lugar que ocupa como trabalhadora doméstica.

Por não ser um estado de natureza, há possibilidade de mudança, de alteração. O “estágio inicial da transformação - aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas” (HOOKS, 2013, p. 67) é o que Paulo Freire conceituou como conscientização, em seu livro *Conscientização: teoria e prática da libertação* (1980).

A conscientização se trata de ir além da observação da realidade. É um movimento em que se assume uma postura epistemológica com relação a ela. A conscientização é, então, um teste de realidade. Quanto mais conscientização adquire, mais o sujeito se aprofunda na realidade, ou, na analogia do *Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, mais fundo vamos para, assim, analisar a realidade em que vivemos. Por esta mesma razão, a conscientização não se dá apenas por perceber a realidade. Assim como, para ir ao fundo do mar, é preciso nadar, a conscientização exige ação, o “ato ação-reflexão” (FREIRE, 1980).

Esse conceito está em diálogo com os conceitos de existência bruta e consciência crítica, de Guerreiro Ramos (1965), que propôs que a existência bruta é aquela que está articulada diretamente com as coisas, sem subjetividade, sendo oposta a uma consciência crítica, que observa, experimenta, problematiza e critica os fatos. Em nível de sociedade, alguns fatos que possibilitam a formação de consciência crítica, no caso brasileiro, de acordo com Guerreiro Ramos (1965), são os processos de

industrialização, urbanização e as alterações do consumo popular, processos que podem ser observados também na trajetória individual de Lenira Maria de Carvalho, nas suas experiências, em diferentes formas de interação, assim como outros contextos específicos de sua trajetória.

Essa experiência é aqui concebida como um processo dinâmico de construção de fronteiras, que surgem da interação semiótica com o “mundo externo”, e do contínuo compromisso pessoal, subjetivo, nas práticas, discursos e instituições que dão significado (valor, significado e emoção) aos acontecimentos da realidade social, sendo aberta a mudanças pela prática política, teórica e autoanálise. A consciência também funciona como um espaço para agência individual e (re)elaboração de formas históricas de consciência, a partir do exame crítico de sua própria posição em cada contexto. É importante pontuar que essa interação não envolve uma separação entre o momento de “fazer” e o de “pensar”, porque precisamente esse hiato significaria reconhecer a existência de uma diferença ontológica entre história, como estrutura, e a agência, pensada como um processo pelo qual o sujeito se distanciaria de sua experiência de vida para então examiná-lo racionalmente - estamos falando de práxis.

Práxis, pois a formação da conscientização não é um fim em si mesmo. Leva à práxis significativa, faz com que se assuma o papel de sujeito que faz e refaz o mundo. No caso de Lenira Maria de Carvalho, através da transformação das condições de trabalho, suas e de suas companheiras de categoria, e todas suas lutas diárias. Entendemos essas práxis como o letramento político de Lenira Maria de Carvalho.

3.1.3 Lentes para ler e ouvir Lenira Maria de Carvalho

O letramento político de Lenira Maria de Carvalho resulta em textos que “falam”. Colocamo-nos então diante da pergunta dorsal de Gayatri Chakravorty Spivak (2010): “pode o subalterno falar?”. Para contribuir com as reflexões acerca desta questão, recorremos a Lélia Gonzalez. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, ela escreve:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 1984, p. 255).

Neste caso, o lixo ao qual Gonzalez se refere escreveu e escreve. Escreve, mas apenas nos últimos tempos. Já vinha escrevendo, mas sem o poder da escrita reconhecida. Por isso, escritoras como Maria Firmina dos Reis ficaram por muito tempo à margem, não constavam nos livros didáticos ou na maioria dos manuais de literatura.

Como escreveu Spivak, “o subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida”. Não pode ser ouvida, não se trata de não saber falar, de não estar falando, de ser mudo, mas de não estarmos ouvindo. E este movimento também pode ser replicado ao tratar desses textos, se cometermos o erro simplório de acreditar que essas narrativas tratam apenas de mulheres trabalhadoras economicamente exploradas; vivendo subordinadamente, como estranhas num ambiente que não lhes pertence. Na contramão deste equívoco tentador, propomos uma leitura guiada pela proposição de Luiza Bairros, no texto *Nossos Feminismos Revisitados* (1995), ao escrever sobre as trabalhadoras domésticas: “No limite essa marginalidade peculiar e que estimula um ponto de vista especial da mulher negra (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante” (BAIRROS, 1995, p. 463). Ou, como escreveu James Baldwin, em seu livro inacabado *Eu não sou seu negro* (2016), “você nunca tiveram que olhar para mim, eu tinha que olhar para você. Eu sei mais sobre você do que você sabem sobre mim”. Precisamos aprender a ler esses textos, produzir lentes para essas escritas.

Nos textos, as mulheres negras domésticas são oprimidas pela raça – raça aqui entendida como construção social – aliada à condição social e às construções de gênero. Mas as narrativas também representam a resiliência – capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças – das mulheres negras.

Percebam que nossa narrativa está construída pensando mulheres. Essa marcação é de fundamental importância, pois é comum o erro epistemológico da “narrativa do negro”, em nosso caso, “negra única”. A narrativa do negro único – racista, é preciso dizer – é aquela na qual a branquitude, enquanto forma de ver e estar no mundo como branco, com privilégios simbólicos reproduzidos na sociedade que concedem poder aos brancos e não são sentidos nem pensados como uma questão racial – funciona de forma que mulheres brancas têm direito à diversidade e, principalmente, à singularidade de narrativas. As mulheres negras passam a figurar na disputa por um único espaço de representação da “mulher negra”, no singular, uma simplificação das subjetividades e questões específicas que compõem cada uma das pessoas deste grupo social.

De bell hooks⁹ trazemos para o nosso diálogo a ideia de “experiência vivida da teorização” (hooks, 2013, p. 86). Teorização que nem sempre é consciente, já que “A posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo” (hooks, 2013, p. 86). Entendemos então a trajetória de Lenira Maria de Carvalho como processo de teorização da conscientização do letramento político e de um possível diálogo com o feminismo negro.

Lenira Maria de Carvalho, a mulher negra cujas narrativas estamos analisando nesta pesquisa, teve uma vida e experiências distintas, singulares. Não escreve pelas mulheres, pelas negras ou por todas as trabalhadoras do setor doméstico. Diz de si, por considerar importante que se saiba o que têm a escrever de si. Não são diários pessoais. Ao riscar o papel, já tinha, em diferentes níveis de materialidade prática, a ideia de circular suas experiências, por meio da publicação de seus manuscritos.

Ao escrever sobre si, capta suas realidades, refletindo sobre sua vida e suas relações/interações, teoriza, inscreve-se no mundo e educa-se a partir da escrita. Educa-se, pois os saberes profundos fazem parte de nossa vivência, são os saberes dos quais nos apropriamos, fazendo-os nossos, recriando-os e convertendo-os em reais.

Como já escreveu Hill Collins, no prefácio da segunda edição de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment* (2000), a consciência de uma mulher negra com respeito a sua própria vida realiza transformações que fortalecem as lutas e vivências das mesmas. Ao ler os textos de Lenira Maria de Carvalho, passamos a ter uma percepção sobre o ponto de vista de uma mulher negra, sobre como as formas de opressão atuam nos seu cotidiano e em seu corpo. Deixamos de trabalhar então com uma percepção homogênea para pontos de vista que compõem uma coletividade de experiências.

Compreendido o letramento político, a sua interação com os espaços de letramento, como ocorrem os processos de conscientização e o lugar de Lenira Maria de Carvalho enquanto mulher negra, trabalhadora doméstica, realizamos os níveis de análise aos quais nos propomos.

⁹ Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks – escritora e ativista social. O apelido “bell hooks”, que ela escolheu para assinar suas obras, é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é grafado assim mesmo, em letras minúsculas. A justificativa se acha na frase da própria bell: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu” (HOOKS, 2009). Para ela, nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias. E, por respeito à opção da autora, decidiu-se manter a grafia com que ela se identifica.

4. DA FEITURA DO LIVRO À FEITURA DO TEXTO

Roger Chartier (1996) identificou duas tradições acerca dos estudos dos impressos. A primeira lê os textos ignorando seus suportes. Os textos são então considerados portadores de sentidos que independem da materialidade do objeto manuscrito ou impresso. A outra tradição afirmará que as significações dos textos, que os sentidos desejados pelo autor, inscrevem-se diretamente nas leituras dos leitores do texto em questão. Partilhamos da crítica realizada por Chartier (1996, p. 78) a essas duas tradições. A materialidade do objeto impresso, o livro como suporte e, por consequência, o processo de sua feitura, são conhecimentos necessários a uma análise crítica, e alteram as leituras do texto que se pretende. A intenção do autor não é algo que possamos capturar por meio das leituras de outras pessoas. Cada leitor, ao ter contado com o texto inserido no livro, irá percebê-lo como feito por elementos distintos. A leitura realizada é relacional às lentes de leitura que se constituíram ao longo de seus percursos sem, contudo, desconsiderar a atuação efetiva dos protocolos de leitura criados pelo autor e demais envolvidos no processo de feitura do livro e feitura do texto.

Retomando as discussões do Capítulo 3, nossa análise se atém a dois dos níveis propostos por Lacerda (2000). O primeiro nível analisa o trabalho de composição do suporte, a feitura dos livros onde os textos de Lenira Maria de Carvalho se inserem; e o terceiro nível, a feitura do texto, reconhece o letramento político como elemento que faz parte da narrativa de Lenira Maria de Carvalho, e olha os espaços de letramento político com os quais houve interações.

4.1 DA FEITURA DO LIVRO: ANALISANDO O PRIMEIRO NÍVEL

Essa feitura do livro inclui as formas tipográficas, como disposições e divisões dos textos, capa, ilustrações, procedimentos externos à escrita, que não são realizados pela autora ou autor do livro. E elementos como a folha utilizada para impressão, que pode significar, por exemplo, um preço mais barato para vendas e consequente maior circulação da produção. Abarca, além dos elementos anteriores, a narrativa propriamente dita, ou seja, os paratextos, e o contexto que envolve os textos.

Os elementos paratextuais, de acordo com Gerárd Genett (2009), organizam-se em dois grupos: aqueles de responsabilidade do autor do texto, denominados paratexto autoral; e aqueles determinados por seu editor, intitulado paratexto editorial. Essa distinção, entretanto, não deve

ser tomada de forma arbitrária, já que, em inúmeros casos, autora, editores e outras pessoas envolvidas no processo de feitura dos livros transgridem seus papéis estabelecidos, num jogo de forças e poderes não somente simbólico, mas também material. Os paratextos indicam tanto as posições políticas e ideológicas quanto legitimam os textos como discursos literários ou não.

Nesse grande processo que é a feitura do livro, é preciso considerar também as formas de articulação do texto ao contexto, e dos elementos que compõem a feitura do livro. Iniciamos com o contexto. *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* foi uma entrevista editada pela coleção *Cadernos de educação popular*, iniciada em 1981 como material para os agentes que trabalhavam com educação popular¹⁰. Este trabalho vinha sendo desenvolvido desde a década de 1970 pelo CEDI que, a partir dos anos de 1960, “começou a receber um grupo de intelectuais preocupados com a educação, fazendo da educação popular seu segundo eixo de atividade” (ABREU, 2010, p. 146).

O momento de organização do CEDI, entre o final dos anos de 1960 e início de 1970, embora pareça distante no tempo da publicação do primeiro volume dos cadernos, fornece elementos para compreender a publicação da coleção. Os cadernos começaram a circular em 1981, quando encontramos o primeiro texto de Lenira Maria de Carvalho analisado nesta pesquisa. Sem desconsiderar que propostas de educação popular estão presentes como projetos políticos muito antes de 1960 na história do Brasil. Experiências de educação popular e de educação de adultos têm marcos, no mínimo, nos “anos 30 e 40 do século XX” (PASSOS, 2012).

Na analogia criada por Fernand Braudel, em seu livro sobre o Mediterrâneo nos tempos de Filipe II, as metáforas descrevem toda uma organização geográfica do mar, em analogia às durações do tempo histórico, sendo a organização geográfica do mar composta pela agitação da superfície e as profundezas do mar, e o tempo histórico, dividido em tempo curto, tempo de média duração e tempo de longa duração. Entre a agitação de “superfície” do mar, considerada na analogia, o tempo curto e individual — “ondas que as marés elevam em seu poderoso movimento”

¹⁰ Educação popular, segundo Brandão (2006) é “a educação através da qual ele, o sujeito, não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país”. Não é um método de educação, trata-se de um projeto político.¹¹ Disponível em: <http://trabalho.gov.br/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf>. Acesso em: novembro de 2017.

—, às “profundezas” de um tempo social e lentamente ritmado, onde as profundezas do mar são correspondentes à conjuntura. “Mergulhando mais a fundo”, encontramos a estrutura de uma época ou período histórico. Geralmente, detemos nossas análises na média duração, a conjuntura, o que seria aqui como pensar o final dos anos de 1970, e os anos 1980, para compreender o bojo de produção da coleção. Propomos ir um pouco mais fundo, às “profundezas”, sem a intenção de remeter a essencialismos voltados à busca das “origens”.

O tempo lentamente ritmado, as “profundezas” de Braudel, situava-se antes do golpe civil-militar de abril de 1964. Os anos de 1960 são descritos por Lenira Maria de Carvalho como um tempo onde

a gente vivia um clima de mais liberdade, de luta muito grande pelos direitos dos trabalhadores. Em todos os cantos levantavam-se os problemas do povo. Era um clima de democracia que nem sei se talvez algum historiador possa saber! (CARVALHO, 2000, p. 66).

Esse clima que Lenira Maria de Carvalho descreve era o das lutas camponesas, das greves de operários, dos grupos de discussão de trabalhadores de diferentes setores, promovidos por organizações políticas e por setores da igreja ligados a uma leitura de um Evangelho social, já que os textos seminais da Teologia da Libertação surgiram na década seguinte.

É neste contexto de lutas e partilha de experiências que o então educador Paulo Freire fazia suas primeiras experiências de alfabetização de adultos. Essa experiência se uniu ao programa de Reformas de Base que o governo do presidente da República João Goulart, chegado ao poder em setembro de 1961, buscou implantar. As Reformas de Base eram reformas estruturais que incluíam os setores educacionais, fiscal, político e agrário, tendo como objetivos a diminuição da desigualdade social e o desenvolvimento do país, em diálogo com as lutas de direitos encampadas pelas camadas populares.

As discussões que se iniciaram no final dos anos de 1950, sobre transformações sociais e busca por cidadania, tomaram forma e corpo nos anos 1960, e não foram sufocadas pelo golpe civil-militar de 1964. Numa camada profunda, em analogia ao mar, essas ideias, os projetos de transformação que foram discutidos, assumiram as formas que lhes cabiam no momento político de instabilidade do golpe civil-militar. Quando não em solo brasileiro, as discussões sobre formas de educação popular continuaram, em textos dos intelectuais exilados, e dentro do país,

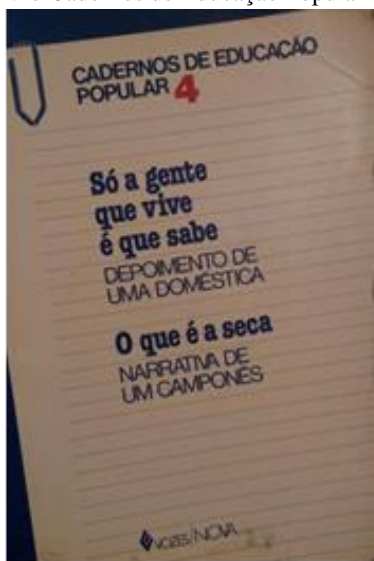
na forma das reuniões de trabalhadoras e trabalhadores, nas conversas entre outras trabalhadoras domésticas sobre as condições do trabalho ou de vida que, mesmo sem conceituarem desta forma, estavam se educando de forma popular e coletiva.

Como escreve Beatriz Costa, no texto inaugural da coleção *Cadernos de educação popular* onde está o texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*,

Se as camadas populares são o sujeito determinante do processo de transformação social, a teoria (ou o conhecimento) determinante nesse processo é a teoria elaborada pelas próprias camadas populares. Para nós – “classe média” ligada ao movimento popular através de um trabalho de EP – trata-se de procurar dar força à teoria das camadas populares, e não de elaborar uma teoria para elas ou no lugar delas. Com educação popular ou sem ela, as camadas populares já resistem e se opõem, desde sempre e de diversas formas, às relações de dominação social. A questão não é que a EP comece ou leve as camadas populares a começarem um movimento de resistência e de luta; e sim que ela se inscreva dentro do movimento já existente como uma prática que se propõe a contribuir para a sua dinamização (COSTA, 1981, p. 22).

Os movimentos de transformação social estavam acontecendo, é o que compreendemos em sua fala. A educação popular busca se somar a eles, e é por isso que os textos escolhidos para compor os cadernos são de trabalhadores, de diferentes setores, narrando suas vidas, cujas lutas estavam iniciadas muito antes da década de 1980. Esse momento da publicação era o emergir, na superfície do que seria o mar, dos movimentos ritmados da profundidade.

Imagem 2 - Capa do livro Cadernos de Educação Popular 4



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2017.

Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica é resultado de um depoimento (pessoal, político) concedido por Lenira de Carvalho a um grupo de pesquisadores ligados à ONG carioca NOVA - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação. Esta ONG estava editando vários testemunhos de trabalhadoras e Lenira Maria de Carvalho foi escolhida, pois era conhecida por seu trabalho na luta por direitos para trabalhadoras domésticas e por ser membro fundadora da, então, Associação dos Empregados Domésticos de Recife (1979). O depoimento de Lenira faz parte do quarto volume dos cadernos, publicado pela Editora Vozes, e organizado pela ONG NOVA, ambas editoras do Rio de Janeiro. A primeira edição do primeiro volume dos cadernos foi publicizada em 1980, com os títulos *Para analisar uma prática de educação popular*, escrito por Beatriz Costa, e *Educação popular: um depoimento de Bernard Von Derwed*. Essa coleção publica artigos e depoimentos de integrantes das camadas populares, com a intenção de dialogar e ser instrumento de uma proposta de educação popular.

Tomamos conhecimento de todas essas informações sobre a intenção da publicação desses textos com a leitura do primeiro livro da coleção, e recolha de informações dispersas no livro de Lenira Maria de Carvalho *A Luta que me fez crescer*. Em nenhum outro livro, ao longo da coleção de mais de vinte títulos, aparecem informações sobre o processo

de constituição da coleção *Cadernos de Educação popular*. A ausência de paratextos editoriais que tragam ao conhecimento dos leitores esse processo de feitura dos livros também nos diz algo. A ausência “fala”, neste caso, sobre uma invisibilização dessas e desses depoentes trabalhadores, num movimento extremamente contraditório onde, ao intencionar promover uma educação popular, a partir das experiências de camadas populares, retira-se a autoria, a individualidade e heterogeneidade dessas pessoas integrantes deste setor, em nome de uma narrativa comum sobre “domésticas”, “camponeses” ou “operários”. O que seria então um currículo transgressor é tomado por velhos hábitos de currículos, onde esses sujeitos não eram pautados.

Olhando para os aspectos de editoração, e os caminhos que fazem com que essa coleção seja possível, precisamos compreender a trajetória da editora Vozes, que editou todas as tiragens e todos os títulos da coleção *Educação Popular*. Vozes foi fundada na região metropolitana do Rio de Janeiro, no início do século XX. Inicialmente imprimia livros didáticos para atender a Escola Gratuita São José, criada por uma ordem franciscana, com o nome de Typographia da Escola Gratuita São José. Em 1907, a Ordem dos Frades Menores lançou a Revista de Cultura Vozes, veículo que rapidamente ganhou notoriedade nos centros acadêmicos e religiosos da época. Em 1911, a revista emprestou seu nome à editora, surgindo assim a Editora Vozes. Durante a ditadura civil-militar de 1964, também manteve publicações que questionavam o regime vigente, tendo então uma tradição de publicações no campo da educação.

Entre os mais de vinte cadernos populares editados, incluindo o volume 4, com o texto de Lenira de Carvalho, chama a atenção o fato de que os nomes das pessoas depoentes não constam, como já comentamos anteriormente, nem nas capas dos livros, nem na apresentação do volume, muito menos na contracapa. Fala-se sempre em “uma doméstica”, na apresentação do volume *Cadernos de Educação Popular 4, que contém o texto Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*, quando lemos: “Contém depoimentos de uma doméstica e de um camponês”. Até quando se aprofunda na narrativa do depoimento de Lenira Maria de Carvalho, “*Só a gente que vive é que sabe* narra – sempre com muita emoção – a luta da doméstica [...]”, tomamos conhecimento do nome de Lenira Maria de Carvalho apenas ao iniciar a leitura de seu depoimento, pelas suas próprias palavras, enquanto, na mesma coleção, quando os textos são de cunho teórico, há a nomeação do autor. Como no primeiro título da coleção, ou, em outros casos, como no volume 12, em *Por Que as Crianças Não Gostam da Escola?*, resultado final da dissertação de Luisa Castiglioni Lara, cujo nome é anunciado na capa.

O livro tem na capa o título Cadernos de Educação Popular, seguido dos nomes dos textos que o compõem: *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* e *O que é a seca: narrativa de um camponês*. A ilustração é a mesma de todos os volumes, uma folha de caderno pautada onde se inscrevem os títulos dos textos de cada volume. A folha pautada serve como uma referência ao caráter educacional dessas publicações.

O texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* é organizado em cinco capítulos: “Um pouco de minha vida”; “Só a gente que vive é que sabe”; “A situação de trabalho influi na vida toda”; “A doméstica e os outros trabalhadores: um mundo só”; e “Mais um pouco de minha história”, ocupando 73 das 100 páginas da edição do caderno 4. O foco da narrativa é a organização das empregadas domésticas em busca de melhores condições de trabalho. Quando acaba o depoimento de Lenira Maria de Carvalho, existem poucos indicativos do início de outra narrativa: uma quebra de página e o fato de o próximo título, *O que é a seca: narrativa de um camponês*, estar em negrito. Não há o nome de quem narra o texto, assim como não havia no texto de Lenira Maria de Carvalho.

É importante observar que, ao longo de toda a narrativa do texto *O que é a seca: narrativa de um camponês*, que fala sobre a seca como uma indústria que beneficia os ricos, não há menção ao seu autor. Como também não há em nenhum dos paratextos, o que pode causar uma falsa ilusão de tratar-se de uma continuação do depoimento de Lenira Maria de Carvalho.

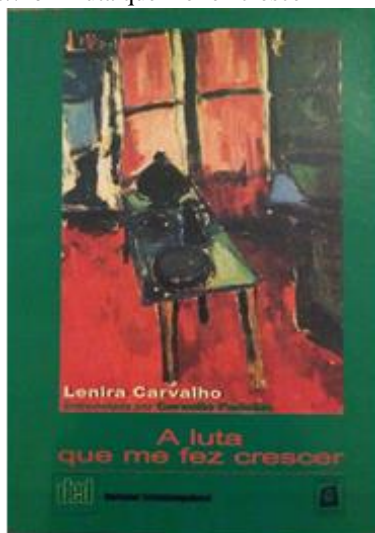
Lemos a narrativa do camponês, que parece ser escrita pelo próprio, já que a escrita corresponde à forma coloquial da língua portuguesa, com erros de grafia que não foram corrigidos, talvez no intento de legitimar a autenticidade da história contada. Pelo texto, identificamos o camponês como sendo do Nordeste, do Ceará, através de fatos que conta ao longo da narrativa. Na última página de sua história, podemos marcar temporalmente seu texto como de “novembro de 1981”, pois essas são as últimas letras ali impressas.

O ano de publicação do livro, 1982, marcou o começo da redemocratização na sociedade brasileira, com a primeira eleição direta depois de 17 anos, a primeira eleição pluripartidária de fato da história do Brasil até então. Em 22 estados brasileiros, houve eleições para governador. A oposição fez governadores em Minas Gerais, com Tancredo Neves, em São Paulo, com Franco Montoro, e no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. Era como se o ritmo de mudanças e transformações que aconteceu nos anos de 1960 estivesse retornando, embora as lutas não

tivessem cessado durante esses vinte anos de intervalo. É nesse estado de espírito, de poder falar sem grandes repressões, que a narrativa impressa de Lenira Maria de Carvalho chega. Demarcamos o caráter impresso porque, durante todo o período dos anos da década de 1970, Lenira Maria de Carvalho esteve falando, em diferentes espaços da vida pública, sobre suas lutas e as de suas companheiras.

Por se tratar de um livro confeccionado a partir de depoimentos gravados em fita, *Só a gente que vive é que sabe* não constitui uma *escrita de si*, mas é uma das motrizes do livro *A Luta que me fez crescer*, realizado a partir dos escritos de Lenira Maria de Carvalho. Para enriquecer as possibilidades de fontes, ambos compõem, aqui, a escrita de si de Lenira Maria de Carvalho.

Imagem 3 - Capa do livro *A luta que me fez crescer*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2017.

A Luta que me fez crescer foi publicado pela *Deutscher Entwicklungsdienst* – traduzido por Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) – em conjunto com a Bagaço Edições. O DED atuou no Brasil entre os anos de 1963 e 2010. Tratava-se de um órgão de cooperação do governo alemão, atuando em projetos nos setores da agricultura, desenvolvimento urbano, saúde e geração de emprego em diferentes países da América Latina. Cornelia Parisus, creditada no livro e que ajudou Lenira Maria de Carvalho com o seu projeto de escrita de *A Luta que me fez crescer*, atuava como técnica do DED. A Editora Bagaço

é uma editora de Pernambuco, com sede na capital, Recife, comprometida com a criação de espaço para a literatura nordestina.

Não existem tantas informações disponíveis sobre a Editora Bagaço quanto sobre a Editora Vozes. Sabemos que publica textos universitários, educacionais, elaboração de material didático local e textos de cantigas de roda, as lendas e as parlendas, como forma de perpetuar parte da cultura oral. Está no mercado editorial desde pelo menos 1998. Tem entre seus títulos temas como educação de jovens e adultos, releituras de Paulo Freire, análises políticas e literaturas nordestinas.

O livro *A Luta que me fez crescer* possui 146 páginas. Na capa, a ilustração é uma pintura de Marucice de Vlaminck, feita em 1904 e intitulada “Interior de cozinha (detalhe)”, o nome de Lenira em branco e abaixo o título, escrito em fonte vermelha. Na contracapa, há trechos do prefácio de Frei Betto, e as orelhas do livro, tanto a primeira quanto a segunda, trazem uma breve historicização do trabalho de empregada doméstica na história do Brasil, e problematizam a herança de séculos de escravidão na sociedade brasileira. Não há assinatura do texto nas orelhas.

Os manuscritos, de ambas as narrativas, assim como todo processo de produção de um livro, são modificados pelos datilógrafos e revisores. Esta revisão é, em verdade, a visão do outro, tecendo outro texto, composto dos muitos olhares que ali estão. Poderíamos pensar que isso modifica a leitura do texto original, da memória reconstituída dessas mulheres. Contudo, neste elemento está o seu mérito, desfaz a ilusão de haver um texto primeiro, original e fiel ao que foi vivenciado pelas personagens.

Por muitos motivos, os livros de uma literatura, dita por muitas pesquisas (FERREIRA, 1981; BOSSI, 2002; ESLAVA, 2004; NASCIMENTO, 2005; FERRÉZ, 2005) como uma literatura marginal, publicados desde os anos 1980, não tiveram o mesmo sucesso de *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960. Por literatura marginal, essas pesquisas compreendem os textos literários produzidos e veiculados à margem do mercado editorial, não pertencentes ou que se opõem aos cânones estabelecidos, podendo, também, tematizar o que é referente aos sujeitos e espaços tidos como “marginais”. Em nossa pesquisa, não temos como foco discutir o conceito de literatura marginal, mas nos utilizamos dos textos literários que são enquadrados dentro desse universo para pensar uma trajetória de publicações acerca do tema no qual se inscrevem os livros de Lenira Maria de Carvalho.

Livros como os de Lenira Maria de Carvalho, tematizando o cotidiano de vida e trabalho das camadas populares, e escritos pelos integrantes das mesmas, surgem no mercado editorial, inicialmente, em

momentos de grandes tensionamentos, como um contexto de ditadura civil-militar, com muita censura das novas manifestações culturais da metade do século XX. Ao mesmo tempo, há o desenvolvimento tecnológico do mercado editorial que, combinado com os esforços dos movimentos feministas, garantiram a ascensão de muitas escritoras no cenário ocidental, anteriormente composto quase exclusivamente por homens. Entre o final de 1970 e o início de 1980, o Brasil viveu um boom editorial de obras de memória, em sua maioria, obras de denúncia e protestos em relação à conjuntura política. Conforme vai se delineando o contexto de abertura política, surgem escritas íntimas de mulheres. É neste bojo que estão livros como *Cícera, um Destino de Mulher* (1981), onde Cícera Fernandes de Oliveira narra sua luta como trabalhadora operária, chefe de família e a disputa judicial para que sua filha tivesse o direito ao aborto garantido, por ter sido estuprada pelo ex-companheiro de Cícera; *Só a gente que vive é que sabe*, livro de Lenira Maria de Carvalho que compõe nossa pesquisa; e *Ai de Vós! Diário de uma doméstica*, de Francisca Sousa da Silva, nascida no interior do Rio de Janeiro, e que se muda para a capital do estado ainda criança, para começar a trabalhar como empregada doméstica, conta sua trajetória desde o nascimento até os casamentos, a luta para criar os filhos e a lida com diferentes tipos de patrões. Textos como estes ficaram desfocados, no momento de suas publicações, por produções que tratavam diretamente do momento político que se encerrava no Brasil, o período de ditadura civil-militar.

4.1.1 O livro na estante: as capas e contracapas

A estante é o lugar onde costuma ocorrer o primeiro contato com o objeto livro. A capa é o que nos convida a abri-lo e faz o primeiro anúncio sobre as intenções do texto. Sem emitir sons, as capas de livros dialogam com os leitores com a organização na estante e com o olhar dos curiosos. Os elementos das capas compõem parte dos paratextos editoriais, realizados por outras pessoas que não a autora.

Capas contêm modos semióticos visuais e verbais – imagens e escrita –, ou seja, suas informações visuais e verbais dialogam com as dimensões sociais do que comunicam, num processo que envolve desde a produção até a recepção dessas informações. Pensa-se então uma análise textual que contemple as imagens presentes nas capas, observando, para analisar essas capas, a tríade composta por significação em si mesma, a representação objetiva e o efeito de interpretação (SANTAELLA, 2002).

A coleção *Cadernos de Educação popular 4* possui uma identidade visual. Todas as capas dos mais de vinte títulos têm na capa uma um fundo

de folha pautada, presa por um clipe. Os elementos verbais presentes nas capas seguem sempre a direção e inclinação das linhas da folha pautada, referenciando uma escrita de caderno. As cores dos títulos são, ao longo de toda a coleção, azuis ou pretas, como se os títulos fossem escritos a caneta.

O título da coleção, *Cadernos de Educação Popular*, está sempre no alto da folha pautada, seguido pelos títulos que compõem o livro, em fonte gráfica diferente. Nos casos onde há autoria declarada, o nome do autor aparece em outra fonte gráfica. Nos casos como o dos *Cadernos*, a fonte gráfica que corresponderia ao título dos autores do texto é utilizada para descrever os subtítulos “Depoimento de uma doméstica” e “Narrativa de um camponês”. Esse artifício indica ao leitor que essa é a identificação desses autores do texto, uma doméstica e um camponês. Na parte baixa da capa, há o símbolo da Editora Vozes e o símbolo da editora NOVA. Na contracapa, os títulos da capa são repetidos e há um breve resumo de cada um dos dois textos. Sem citar os autores, indicam a leitura dos textos para trabalhadores e pessoas que atuam com educação popular.

A representação objetiva da capa de *Cadernos de Educação popular 4* tem um conteúdo relacionado à educação. É de interesse de professores ou de estudantes, de forma mais acessível do que outros livros, pois se intitula “cadernos”, algo mais pessoal, e mais simples do que “livro” ou “manual”.

Olhamos agora para a capa de *A Luta que me fez crescer*. O fundo verde emoldura uma pintura chamada “Interior de cozinha (detalhe)”, com o nome de Lenira Maria de Carvalho escrito em branco, sobre a imagem da pintura. Abaixo, em letras maiores e em cor vermelha, está escrito o título *A luta que me fez crescer*, com os símbolos do DED e da Editora Bagaço. A pintura retrata o interior de uma cozinha, com pratos e panelas sobre uma mesa. Essa cena, em interação com as informações verbais, falam que a luta que fez a autora crescer, e sobre a qual lemos, passa-se, em alguma medida, também no espaço doméstico. O título aqui é maior do que o nome de Lenira Maria de Carvalho, sendo, então, o tema da literatura o elemento de comunicação e atração mais forte.

Não há uma identidade de capa padrão para os livros editados por Bagaço Edições. O layout, com o fundo em cor única e uma imagem ocupando mais de três quartos da capa, é específico para *A Luta que me fez crescer*. Maurice de Vlaminck foi um pintor fauvista francês que não tem relato de passagem pelo Brasil e com o qual, pelos textos lidos, Lenira Maria de Carvalho parece não ter contato. Assim, a escolha dessa imagem compõe parte dos paratextos editoriais. A escolha por essa imagem, a pintura “Interior de cozinha (detalhe)”, de Maurice de Vlaminck, pode ser

lida como uma forma de anunciar o tema ao qual o livro se refere. O quadro não está completo. A escolha para a capa recortou a figura feminina, de cor branca, que compõe a cena, em pé, secando louça com um pano de prato. Compreendemos essa opção como motivada pela indumentária ali posta, que poderia induzir um lugar temporal ao qual o texto do livro não pertence, ou ao fato de a personagem na cena ser uma mulher branca nesse espaço doméstico, destoando da realidade apresentada por Lenira Maria de Carvalho em sua pessoa, e ao tematizar a cor das mulheres que são trabalhadoras domésticas.

Na contracapa, entre as estratégias de validação do projeto enunciativo da autora e do tema, há a presença de trechos do prefácio de Frei Betto, figura pública conhecida na sociedade brasileira. Os trechos explicam quem é Lenira Maria de Carvalho, propõem semelhanças com outros livros conhecidos, como “*Quarto de despejo: diário de uma favelada*”, colocam o texto no status de manifesto de luta e legitimam a veracidade e autenticidade do que Lenira Maria de Carvalho escreveu.

4.1.1.1 A autoria

Segundo Roland Barthes (2004) um texto sem autor seria uma narrativa sem narração. No caso de *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*, a autoria é reinventada e reforçada na figura da doméstica. Há semelhança discursiva com o subtítulo acrescentado depois da primeira publicação de *Quarto de despejo, diário de uma favelada*, em 1960, que marca o lugar social desta escrita. Embora em *Quarto de despejo* não haja a invisibilização dessa mulher favelada. Seu nome, Carolina Maria de Jesus, consta da capa. Há um elemento que é preciso ressaltar nos dois casos, no texto de Lenira Maria de Carvalho e no livro de Carolina Maria de Jesus. Trata-se da condição social e da anunciação do gênero sexual de quem escreve. Está demarcado que são narrativas de mulheres, que essas mulheres pertencem a camadas populares e que esse lugar de pertencimento é tão importante para o que se vai ler quanto o título das narrativas.

Em muitos sentidos *A luta que me fez crescer* distingue-se de *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*. Trata-se de um livro inteiro escrito por Lenira Maria de Carvalho. A intenção da produção parte dela, e na discussão em questão, seu nome consta na capa, está na capa, acima do título do livro, e na lombada sua fonte é maior do que o título do livro. Lenira Maria de Carvalho, enquanto sujeita e protagonista desta narrativa, é o foco, e não seu lugar nas relações de poder da sociedade. Não é uma mulher, no sentido de que pode ser qualquer uma,

mas essa mulher, essa experiência individual que será narrada. Os paratextos editoriais quebram então a ideia de uma narrativa única, sobre mulher ou sobre doméstica, ou até mesmo sobre lutas de mulheres. Depois dessa capa, conheceremos neste livro a narrativa de Lenira Maria de Carvalho.

4.1.2 Apresentação e prefácio

Os livros, em geral, possuem prefácios e apresentações cuja função discursiva é a de legitimar a escrita de outrem. Buscam apresentar os textos, no caso de escritas de si, como textos de valor ou que contêm veracidade. A ideia é a de que a grandeza do tema sobrepõe-se à importância do autor e, no caso de autobiografias, o mérito do autor recai sobre o atributo de sinceridade, por se tratar de um tema verídico. Trata-se de prefácios alográficos. Há, portanto, uma relação hierárquica, onde o prefaciador detém superioridade e concede o aval à leitura do texto que precede (CAMINHA; MOREIRA, 1987).

O texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* não possui prefácio, somente uma apresentação externa aos dois textos que compõem o livro *Cadernos de Educação Popular 4*. A apresentação não tem autoria declarada. Há uma breve apresentação do teor dos dois textos, com enfoque na atuação profissional de ambos, doméstica e camponês, e a informação de como foram recolhidas essas narrativas, o texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*, gravado em fitas e transcrito, e *O que é a seca*, publicado pela primeira vez pela Pastoral da Terra e reproduzido na íntegra. Embora não seja um prefácio, essa apresentação cumpre a função de legitimar o que será lido a seguir. A apresentação sobre como foram obtidas as narrativas serve menos para compreender a metodologia da coleção *Cadernos de Educação Popular* e mais para comprovar a veracidade dos “depoimentos”, encarados como testemunhos.

A luta que me fez crescer possui apresentação e prefácio. Aqui cabe diferenciá-los. Enquanto a apresentação tem a função específica de anunciar o que se lerá, o prefácio contém impressões sobre o texto e pode conter até passagens do texto, criando um diálogo interacional com o leitor. A apresentação é feita por Henrique Cossart, amigo de Lenira Maria de Carvalho, a pedido dela. É então um desses elementos paratextuais que se mesclam entre o editorial e autora. No seu texto, Cossart apresenta a Lenira Maria de Carvalho pessoa, trabalhadora, através de passagens de sua trajetória, e nos conta sobre os percursos até chegar à publicação deste

livro. Legitima a luta de Lenira Maria de Carvalho como algo que precisa ser conhecido, e a integridade de sua pessoa.

O prefácio de *A luta que me fez crescer* é feito por Carlos Alberto Libânio Christo, reconhecido como Frei Betto, frade dominicano e escritor de livros e colunas de jornais e revistas, que conhece Lenira Maria de Carvalho pessoalmente. Seu prefácio apresenta o livro como a “voz da oprimida” dentro de uma conjuntura de América Latina. Cita Paul Gauthier e Bertolt Brecht para falar da condição de oprimida e das lutas travadas em busca de direitos, e coloca *A luta que me fez crescer* como a versão brasileira do cântico de Maria, o Magnificat, assim como Maria nas escrituras cantou, cheia de graça, louvando o seu deus. Neste livro, Lenira Maria de Carvalho, segundo Frei Betto, conta sua caminhada de lutas, glorificando e reconhecendo sua batalha e a de suas companheiras, fortalecendo-se através das lutas que a fizeram crescer. Os comentários de Frei Betto recomendam a leitura e fortalecem a ideia da importância desta escrita, inserindo-se nos protocolos de leitura do texto.

4.2 DA FEITURA DO TEXTO: ANALISANDO O TERCEIRO NÍVEL

Há mais de 30 anos, Lenira Maria de Carvalho tem seu primeiro texto publicado, *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*. Esse aparente distanciamento histórico entre o texto e o momento da pesquisa precisa ser desmontado, ou ressignificado, por meio de uma compreensão da realidade na qual se inseriam as falas de Lenira Maria de Carvalho, sua feitura do texto e a realidade na qual se encontram hoje mulheres que partilham de elementos comuns em suas histórias de vida. Hoje, o trabalho doméstico é realizado por cerca de 5,9 milhões de brasileiras e brasileiros, o equivalente a 14% do total de ocupações previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – 94,8% da população agrupada na atividade de serviços domésticos é de mulheres¹¹. Um número expressivo que justifica pesquisas que possibilitem espaços para ouvi-las.

Essas mulheres, oriundas de camadas sociais desfavorecidas, exercem um trabalho encarado como desqualificado e desvalorizado socialmente¹² e poucas narrativas delas, por elas, são publicizadas,

¹¹ Disponível em: <
http://trabalho.gov.br/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf
 >. Acesso em: novembro de 2017.

¹² Ressalta-se que nos serviços domésticos, agrupamento onde as mulheres representavam 94,2% do contingente, 36,1% delas tinha carteira assinada, ou seja,

principalmente no que se refere à sua vida privada. Entre os motivos dessa ausência de narrativas está a realidade de quem escreve. Quando pensamos em literatura, no caso brasileiro, o autor é em grande maioria homem, “homens brancos, sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos, de classe média” (DALCASTAGNÈ, 2005), para quem o espaço doméstico, quase sempre, e a representação das personagens que o compõem, não constam no horizonte de vivências ou interesses.

No Brasil, o trabalho doméstico foi uma das maiores ocupações femininas na década de 1990, devido ao declínio de oferta de emprego nas fábricas e comércio, com conseqüente aumento dos trabalhos informais de prestação de serviços. Realizando uma compreensão histórica, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2002, o serviço doméstico que, em 1992, ocupava o quinto lugar entre as principais ocupações das mulheres, em 2001 tornou-se o segundo tipo de trabalho por elas exercido, trabalho desvalorizado tanto em nível de reconhecimento como pela questão salarial. O texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* aborda essa questão da desvalorização do trabalho por meio da vivência no espaço doméstico, como empregada, ao falar da comida e da casa,

As pessoas querem dizer que a doméstica tem que ganhar pouco porque tem comida, porque come. Que não vê que a gente trabalha tanto. E o pior é que dizem tanto isso que a doméstica passa a ver que de fato aquela comida é tudo na vida dela. Eu não quero dizer que não deixa de ser tudo. Mas ela aceita quase que ganhar pouco porque tem comida. Certo que a comida faz parte. Mas eu acho que eu tenho que ver também quantas horas eu trabalho dentro de uma casa para ter essa comida. Então pelo que eu trabalho aquela comida está paga! (CARVALHO, 1982, p. 17).

Questões como estas, somadas à desvalorização histórica do trabalho doméstico, alimentada por uma narrativa onde o trabalho realizado no espaço das casas era considerado improdutivo, e agregado ao desconhecimento de muitas trabalhadoras deste setor sobre seus direitos, contribuíram para uma trajetória de desvalorização profissional, que se fortaleceu historicamente, e que persiste nos tempos atuais. As discussões em torno da aposentadoria de donas de casa, criada em 2011, por exemplo,

este foi o grupamento com o menor percentual de mulheres com posse de carteira assinada (IBGE, 2012).

demonstraram que muitos setores da sociedade ainda têm essa interpretação.

Desde 2013, o número de trabalhadoras domésticas registradas tem diminuído. Principalmente após o sucesso dos movimentos de conquistas de direitos trabalhistas, que obtiveram hora-extra e jornada de trabalho de oito horas diárias, somados à ampliação dos direitos ocorrida em 2015, referentes à profissão de empregada doméstica: regulamentação do adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola; seguro contra acidentes de trabalho; e indenização por despedida sem justa causa.

Os dados do IBGE, atualmente, colocam os serviços domésticos como quarta maior ocupação das mulheres no Brasil¹³, sendo, as mulheres a maioria no serviço público, primeiro lugar em ocupação das mesmas, seguido por comércio e outros serviços. Mesmo com essa diminuição, nas atividades onde historicamente há predomínio, seja de homens ou de mulheres, praticamente não ocorreram grandes alterações ao longo das coletas do IBGE.

Quando falamos de trabalhadoras domésticas, é preciso realizar conexões com a realidade do trabalho precarizado no Brasil. Ao observar a distribuição populacional do trabalho precarizado, as mulheres negras estão em maior desvantagem. Mulheres negras são 39% das pessoas que exercem esse tipo de trabalho, seguidas de homens negros (31,6%), mulheres brancas (27%) e homens brancos (20,6%). Isto numa realidade onde 98% das pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado são mulheres, muitas delas inseridas em relações precarizadas de trabalho (PINHEIRO et al., 2016). Quando houve, em 2013, a aprovação da legislação que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas ao de demais trabalhadores no Brasil, apenas 31,8% dessas mulheres possuíam carteira assinada. A formalização cresceu com a legislação, ao mesmo tempo em que houve uma redução do percentual de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas. Mas desde 2016 as tendências parecem ter se invertido, situação agravada pela aprovação, em 2017, de leis que reduzem as garantias para trabalhadoras e trabalhadores.

É um grande número de mulheres, que nas palavras de Lenira Maria de Carvalho, não optaram como primeira escolha pelo trabalho doméstico como carreira, mas que encontram nesta forma de trabalho precarizado a opção possível de entrada no mercado de trabalho,

¹³ IBGE, 2012.

Tem coisa que não é geral para toda doméstica, mas uma coisa que eu posso dizer que é geral a todas as domésticas é que nenhuma vai ser doméstica porque quis e porque escolheu. Isso eu digo e pode pesquisar, ninguém veio porque quis. A gente não teve condição de escolher; a gente vem por uma necessidade (CARVALHO, 1982, p. 12).

A necessidade de ter uma fonte de renda faz com que muitas mulheres assumam uma profissão desvalorizada e precarizada, onde as atividades que fazem parte da ocupação, enquanto empregadas domésticas, são¹⁴: exigência de habilidades de administrar as atividades rotineiras de cuidado da casa, da alimentação e vestuário da família, incluindo mais recentemente, como atribuições declaradas nesta classificação, a administração que envolve todas as pessoas do espaço doméstico: lembrar os compromissos de cada membro da família, controlar datas de pagamentos de contas, realizar pagamentos e fazer levantamento de necessidades de compras, como narra Carvalho,

Olhe, nessa casa que eu trabalhei 16 anos, eu trabalhava como o bicho. Eu não vou dizer que nessa casa fui maltratada. Não era. As crianças me respeitavam muito. Mas ninguém não sabia onde tinha nada. Tudo era eu: tudo era Lenira, tudo era Lenira. E eu que sabia de tudo. E nisso eu era muito escrava (CARVALHO, 1982, p. 22).

Essas atividades exigidas das trabalhadoras domésticas possibilitam dimensionar a complexidade e a intensidade das cobranças sobre o seu desempenho e suas vidas. Notamos que as demandas de serviços prestados são muitas e se somam cada vez mais. Porém, os avanços sociais dessa categoria são lentos, permanecendo ainda como desvalorizada social e economicamente, em comparação com outras categorias profissionais. O que só se pode compreender se consideramos os múltiplos e interseccionais elementos que compõem essa categoria: mulheres, negras e pobres, vindas em grande parte do êxodo rural, como conta Lenira Maria de Carvalho:

O fato é que depois eu pude perceber que a doméstica vem que vem da zona da cana, ela vem já com medo, já sendo mais escrava, porque ela já viu todos aqueles camponeses sendo escravos.

¹⁴ De acordo com a CBO de 2002, sob o código 5121.

Como meu tio, meus irmãos. Em vim em 1944 aqui para o Recife. Quer dizer que há uma diferença para agora. Mas naquele tempo, o camponês ainda apanhava nos escondidos. O senhor de engenho era tudo, era padre, era militar, ele era tudo. Então você já vem submissa, já vem naquela marca (CARVALHO, 1982, p.10).

Historicamente, muitas mulheres negras, com a abolição da escravatura, não tiveram outras possibilidades de inserção que não fossem os campos, nas áreas rurais, ou cozinhar e lavar roupa nas áreas urbanas, já que os serviços em outros setores eram negados a população negra e seu acesso, quando possível, era dificultado, pelas bases racistas da sociedade. Esse ambiente, de saída do espaço rural para dentro das casas de classe média, relatado por Lenira Maria de Carvalho, carrega consigo muitas práticas de submissão e opressões do período escravocrata.

A equação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não é, no entanto, um simples vestígio da escravatura, destinado a desaparecer com a passagem do tempo (DAVIS, 2013). Por quase um século, elas foram impedidas de escapar ao trabalho doméstico em número significativo. Existem outros elementos que precisam ser identificados e apontados, como o impedimento de acessar outros postos de trabalho e a política eugenista adotada pelo governo brasileiro no pós-abolição e independência. A intersecção das categorias gênero e raça se coloca então como forma de análise categórica e histórica para uma compreensão espectral das relações que se forjam no espaço do trabalho doméstico das mulheres negras. Pois assim como há uma divisão sexual do trabalho, há também uma racialização dos setores de trabalhos. E mulheres negras não possuem os mesmos horizontes de expectativas de mulheres brancas, limitadas pelo espaço e condições nas quais estão inseridas, não de forma fatalista, mas estrutural.

Como lembra Ângela Davis (2013), ao construir uma narrativa da história dos Estados Unidos da América, “durante o período da pós-escravatura, a maior parte das mulheres negras trabalhadoras que não trabalhavam na lida dos campos foram forçadas a tornarem-se criadas domésticas” (DAVIS, 2013, p. 68). No Brasil, de acordo com Beatriz Nascimento (1976), houve um maior dinamismo, no que concerne à diversificação das atividades produtivas, decorrente do processo de industrialização, que inicia efetivamente nos anos 1930. Essa expansão industrial e do setor de serviços movimentou a estratificação social, profundamente polarizada nos períodos anteriores, permitindo maior flexibilidade e gradação racial nos setores de trabalho. No entanto, esta

maior flexibilidade manteve muito profundamente as diferenças de papéis atribuídos aos diversos grupos da sociedade. Entre os fatores que atuaram para que se perpetuem estas diferenças, está o fator racial.

A escravidão é um tempo histórico passado, o que não quer dizer que tenha sido superado. Em tempos atuais, as empregadas domésticas ainda estão profundamente imbricadas na organização do doméstico – nas classes superiores, num primeiro momento, mas, depois, com o crescimento das classes médias, aí também foram incorporadas.

Não estamos, de forma alguma, remetendo a existência do emprego doméstico à escravidão. Outras sociedades o tiveram ou o tem, sem ter passado por um regime escravagista. Entretanto, a escravidão deixou suas marcas na organização doméstica e familiar, marcas atualizadas pela presença das empregadas domésticas: a relação entre trabalho manual e escravizados, por exemplo. Se considerarmos que a população negra livre passou a compartilhar com brancos pobres a pertinência às classes subalternas, que fornecem as empregadas domésticas para as famílias das classes superiores, cor e classe asseguraram a desvalorização do trabalho manual. Gênero também, no que tange ao trabalho doméstico, asseguraram não só isso, como também certos hábitos das famílias das classes que puderam e podem ainda ter empregadas domésticas.

Ao analisar os cadernos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao longo dos anos, percebemos que eles desvelam o lugar destinado à mulher negra, a atividade doméstica e o trabalho manual. O racismo limita o acesso e permanência nos espaços de transformação das condições sociais, quadro que vêm se alterando lentamente. Essas categorias, raça, classe e gênero são aqui entendidas como construções sociais. Logo, estão associadas a significados simbólicos e estão operando diretamente na vida social de Lenira Maria de Carvalho, assim como de muitas outras mulheres negras na sociedade brasileira. Pois a divisão sexual do trabalho é diferente entre as mulheres, por ser também, como dito anteriormente, uma divisão racializada.

A relação de proximidade da trabalhadora doméstica com seu local de trabalho e seus empregadores, o seu lar, refaz a abordagem histórica do patriarcado e de lógicas de trabalho e opressão que carregam semelhanças com o trabalho escravo empregado no Brasil colonial, remetendo à relação do senhor e das escravas do século XIX e a alguns de seus reflexos. Por isso, faz parte do imaginário social nacional a personagem da trabalhadora doméstica como uma mulher com pouca educação formal e, portanto, politicamente ignorante. Como mostra sua história política, a categoria está longe de confirmar o estereótipo. Há consciência de suas vivências, como na reflexão que realiza Lenira Maria de Carvalho:

[...] a pessoa que está debaixo de um viaduto é uma pessoa marginalizada, que não tem casa. Agora, a doméstica é um tipo de marginalização diferente. É você viver numa casa que tem tudo, que você arruma a casa, mas você não tem acesso àquela casa. Então, para mim, eu sou marginal naquela casa (CARVALHO, 1982, p. 16).

A casa segmentada em espaços a empregada doméstica onde pode circular e aqueles onde sua presença deve ser quase imperceptível, as regras não ditas, mas que se expressam na vida cotidiana, vão demarcando a hierarquia e exclusão, não só espacial, mas também social. As obras de mulheres negras domésticas trazem marcas da época escravocrata, como a organização semelhante à das casas-grandes, e a dinâmica em que a mulher é oprimida pela raça, condição social e sexualidade, mas também representam a resistência da mulher negra, pois a trajetória de vida é marcada por lutas, por busca de se reconhecer nas outras companheiras de categoria,

Agora, quando eu falo para meu mundo de doméstica, aí eu sempre digo: “O que eu estou falando vai ajudar ou não vai?” Aí de fato eu tenho muito mais respeito de falar para as minhas companheiras do que para o resto dos intelectuais e tudo. Porque é isso: a menina torce, torce para que a gente acerte. Então eu não quero errar que é para não levar uma desilusão às minhas colegas (CARVALHO, 1982, p. 42).

Esse diálogo do qual Lenira Maria de Carvalho fala é o reconhecimento da importância da coletivização das lutas, da organização política e da responsabilidade de falar ou escrever sobre o tema. Utilizar o texto *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* e o livro *A luta que me fez crescer* como objetos de estudo é uma possibilidade de ler, deixar de conjecturar para visualizar o que é escrito por Lenira Maria de Carvalho, mulher negra. Afinal, compreender esses textos, narrativas produzidas por um setor marginal da sociedade, é um movimento de escuta, aqui entendida como um exercício científico, e, para além disso, consideramos também como um exercício empático.

Esse exercício busca a compreensão, verbo e ação complexos, da trajetória de Lenira Maria de Carvalho, como uma forma de reconhecer a alteridade das narrativas de mulheres negras, que em diferentes momentos e campos de estudos são representadas como um bloco monolítico, como uma categoria estanque e com análises reducionistas.

4.2.1 Os espaços de letramento político

A participação política das mulheres é comumente diagnosticada a partir do direito ao voto e do direito a disputar eleições, e com este marco conclui-se que, mesmo com a conquista desses direitos, não houve condições igualitárias de participação (BIROLI, 2018). A proposta de compreensão de política aqui vai além das regras formais, dos direitos estabelecidos, e significa, em se tratando de mulheres, levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida formal e os aparentes obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, compreendendo-os como elementos conjunturais e não limitadores. Pois a potência de atuação e transformação faz com que se construam outros espaços de luta, fraturas na estrutura institucional e nas barreiras nas condições de participação das mulheres mais pobres, e mulheres negras.

Quando se fala em barreiras à participação política das mulheres, em geral, as análises são voltadas para a sua ausência e as restrições à atuação. Por outro lado, cabe ressaltar que a ação organizada de mulheres tem seguido cursos alternativos e que também produzem efeitos em âmbitos como o estatal, por exemplo. Mulheres têm encontrado, em seus movimentos organizados, maneiras de tornar visíveis suas reivindicações e promover suas pautas, atuando em espaços institucionais não restritos às disputas eleitorais. Tomemos como exemplo a carta das trabalhadoras domésticas redigida aos constituintes de 1987, e a participação de Lenira Maria de Carvalho como conselheira na questão de mulheres para a Constituinte brasileira, que não é uma existência isolada na história do Brasil, e sim uma constante histórica. Como traça Jurema Werneck, em *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo* (2008):

[...] a luta das mulheres assumiu outras frentes, voltadas para a garantia de participação de negras e negros na sociedade brasileira em condições de equidade. Um exemplo é a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo na década de 30 do século XX, que teve como principal alicerce a ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira, organização que visava à integração da população negra à sociedade brasileira pós-escravidão, sendo inclusive uma de suas financiadoras e articuladoras (WERNECK, 2008).

É importante frisar que falar de mulheres e política no Brasil não é fazer um retrato de ausências. Mulheres, e mulheres negras têm atuado em partidos políticos, sindicatos e movimentos ao longo da história¹⁵, em diferentes realidades. E essa compreensão torna necessário o conceito de letramento político, porque ele se expande para além dos espaços institucionais. Está nas vivências e experiências da política cotidiana, nas leituras e ações na sociedade. Sem a intenção de afirmar uma continuidade histórica entre as diferentes organizações de mulheres negras que se desenvolvem no Brasil ao longo dos tempos, até o momento atual.

As contradições da sociedade percebidas por Lenira Maria de Carvalho foram percebidas por outras mulheres negras, agentes sociais envoltas em diferentes elementos circulantes, que permitiram variadas singularizações. Quando olhamos para essa agência, suas práticas evidenciam seu letramento político, e é preciso dizer do que tratamos. Sua leitura de mundo diz sobre as tensões existentes nas relações, sobre os movimentos aparentemente opostos, mas complementares, que ocorrem nas interações entre camadas populares e a classe média, entre mulheres de diferentes origens, na sociedade que as cerca. Utilizando as palavras de Lenira Maria de Carvalho para este contexto, “uma coisa que não dava para perceber no começo, mas que depois, agora, eu vejo” (CARVALHO, 1982, p. 10).

Os espaços de letramento político onde ocorrem esses movimentos de “ver” e “perceber” as coisas podem ser entendidos como instituições ou lugares nos quais se promovem e constituem usos e valores não só para a escrita, como também para conhecimentos necessários à participação na vida pública. Entre eles, estão a família, o trabalho, as organizações e associações educativas ou de lutas políticas, por exemplo; espaços nos quais, em muitas culturas, ocorre a socialização das pessoas com múltiplos saberes. A descrição dos espaços de letramento revela que nem

¹⁵ É possível criar um arco de tradição histórica, como vislumbra a passagem de *Nossos Passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo* (2008, p. 80), escrito por Jurema Werneck: “Chamar atenção para *ialodê*, para as divindades aqui assinaladas e para as diferentes associações de mulheres, é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Estes reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo”.

todo espaço onde ocorre o letramento político tem o objetivo de democratizar o acesso a esses conhecimentos. O próprio local de trabalho, no caso de Lenira Maria de Carvalho, a casa dos patrões, é perpassado por conflitos decorrentes das diferenças entre os saberes e posições valorizados pela elite, que paga por empregadas domésticas, e as práticas dessas trabalhadoras domésticas.

Entre as contradições inerentes à configuração atual dessa função na sociedade ocidental está o fato de que o trabalho doméstico remunerado no Brasil reproduz um traço perverso e ambíguo comum a outras experiências nacionais: ao mesmo tempo em que absorve e retém as mulheres, em sua maioria as mais pobres, negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a liberação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho formal. Longe de contrarreações simples, Lenira Maria de Carvalho explica em seu texto:

Muito embora o trabalho da gente na Associação não é contra uma patroa em si como patroa: o problema é a sociedade, a situação que existe, e não uma patroa. Porque se fosse uma patroa, quando tivesse uma dessas patroas boas resolveria o problema. E não é isso, é toda uma situação que existe (CARVALHO, 1982, p. 35).

Há a compreensão de que a situação na qual se encontram trabalhadoras domésticas e patroas não é de um particular, mas trata-se de um todo, cuja transformação independe de ações individuais. Esse é o processo que entendemos como de leitura das contradições, também entendido como conscientização que, segundo Paulo Freire, é

mais que uma simples tomada de consciência. Supõe, por sua vez, o superar a falsa consciência, quer dizer, o estado da consciência semi-intransitivo ou transitivo-ingênuo, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada (FREIRE, 1980, p. 90).

Essa compreensão abarca também o entendimento sobre a necessidade de valorizar o trabalho doméstico, já que a sua desvalorização não beneficia todas as mulheres. Por isso Lenira Maria de Carvalho refaz uma leitura do trabalho realizado pelas trabalhadoras domésticas:

Quando eu cozinho para esses caras que estão discutindo, para esses médicos, para esses engenheiros, para tudo eu estou dando uma contribuição. [...] Então eu acho que a doméstica

faz parte do mundo operário. Quando eu digo mundo operário entra tudo: comércio, tudo... E a gente doméstica também. Mesmo que a doméstica não esteja considerada assim na faixa de produção, como dizem, a gente faz parte de um mundo de trabalho. Só que a gente trabalha em lugares diferentes. E atua diferente (CARVALHO, 1982, p. 43).

A valorização do trabalho realizado pelas domésticas é parte do reconhecimento das contribuições que fazem com que os indivíduos sejam atuantes na sociedade a que pertencem. Para além disso, o resultado indireto é a revisão dos valores de remuneração dessas trabalhadoras, através do qual podem acessar espaços da convivência coletiva, como escreve Lenira em algumas passagens de suas narrativas. Além da comida, a empregada também quer ir ao cinema, fazer uma compra. Esse tipo de demanda diferencia a luta unicamente por melhoria das condições de trabalho da luta por conquista de cidadania, pois o que se pretende está pautado nos direitos sociais e civis, e compreende elementos para além da sobrevivência, elementos do bem viver. A ocupação do tempo livre com atividades gera uma força construtiva fundamental para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. De fato, o tempo livre com possibilidade de convivência coletiva pode corresponder a estudos, esportes, convívio social e familiar, cultura, entretenimento. O reconhecimento dessas necessidades e a luta por elas é um dos indicadores do letramento político de Lenira Maria de Carvalho, essa percepção não simplista das demandas enquanto trabalhadora, mas também na busca por cidadania.

Outro elemento marcante nas narrativas é o da contradição entre a intimidade e afeto entre as crianças da casa onde trabalha a empregada doméstica, e a reprodução e manutenção de patroas adultas com forte sentimento de hierarquia. Ao falar sobre a afetividade, escreveu:

E depois foi que eu vim descobrir, com muito tempo depois, que mesmo esse laço afetivo, ele fica muito mais na gente. As crianças, enquanto criança eles têm; mas depois que eles crescem, que eles estudam, que eles são médicos, tudo isso acaba. São poucos os que ainda têm aquele tratamento (CARVALHO, 1982, p. 22).

Essa mudança, “depois que eles crescem”, acontece porque as crianças aprendem a distância social entre elas e as empregadas domésticas, através de vias demarcadas pelas práticas e discursos no

âmbito da casa. Por exemplo, nos dizeres dos seus pais e na disposição de espaço, criando uma “marginalização”, nas palavras de Lenira Maria de Carvalho, como já referido anteriormente (CARVALHO, 1982, p. 16).

Em relação ao espaço, a localização, o tamanho, as formas de utilização e nomeação demarcam a distância social entre as patroas e as trabalhadoras domésticas, e o quarto de despejo muitas vezes se confunde com o quarto da empregada. Esse lugar vai definindo as relações, ao ponto de ser entendido como uma das medidas necessárias, desocupar esse espaço, constituir outros lugares,

O que eu gostaria era que a gente pudesse não estar dentro de uma casa para se comparar inferior a um cachorro. Eu gostaria que a gente fosse uma profissional dentro de uma casa, que trabalhasse e voltasse para sua casa. Enquanto doméstica for dentro de casa, ela será sempre escrava. Não tem outra saída (CARVALHO, 1982, p. 18).

Sair da casa representa a não só a criação de outra interação dentro do espaço de trabalho, como também espaço para que as trabalhadoras domésticas se percebam como parte da classe operária da qual fala Lenira Maria de Carvalho.

Para mim, tanto faz doméstica, como camponês, como operário, é o mesmo mundo. Só que a gente está atuando em campos diferentes. Mas para mim, a gente somos os que estão aí oprimidos. Então não tem diferença (CARVALHO, 1982, p. 64).

As percepções de Lenira Maria de Carvalho dialogam diretamente, em diferentes momentos, com a ideia de que não ter a posse de um conceito não anula a existência a um processo ou prática. Alguns anos após a publicação de seu livro, em uma conferência, Lenira Maria de Carvalho disse:

Naquele tempo, não se falava em cidadania, nem se falava em ética, mas a descoberta que a gente fazia era de dignidade. E eu descobri que essa dignidade, que seu valor como pessoa está acima do trabalho que você faz. Você é discriminada por ser empregada doméstica, mas eu sou mais do que lavar pratos. Eu sou uma pessoa, eu sou uma mulher. E aí, quando você descobre isso, você tem que lutar, você não pode ficar isolado (CARVALHO, 2005, p. 24).

Essa descoberta faz parte do processo de conscientização, e a necessidade de lutar é o letramento político na forma da práxis. Ao longo dos textos escolhidos, evidenciam-se diferentes formas do que estamos compreendendo como letramento político. As falas recolhidas em anais de eventos e homenagens nas quais Lenira Maria de Carvalho se fez presente também demonstram essa realidade. O que nos motiva a questionar quais interações promovem a conscientização e o letramento político, a condição de trabalhadora doméstica ou os espaços de circulação.

Ao utilizar Paulo Freire (1969, 1982, 1988, 2005) como parte de nosso embasamento teórico, trazemos também sua compreensão de que se aprende comunitariamente. Os saberes são então trocados, e toda a educação deveria estar voltada para a ação conscientizadora. Pensar em ação conscientizadora significa compreender a conscientização como processo, processo que aqui entendemos resultar no letramento político.

Como trabalhadora doméstica, existem situações e relações específicas na trajetória de Lenira Maria de Carvalho, realidades que são possíveis pelo lugar que ocupa, tanto na organização hierárquica da sociedade, quanto nos lugares de trânsito na casa onde trabalha. Essas vivências transformam, são processos de reflexão sobre si, como escreveu em *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*:

Porque em todo meu trabalho, em toda a minha luta, eu sempre tive que voltar a mim mesma para poder entender as minhas companheiras. Eu, Lenira como fui e Lenira como estou sendo hoje, depois de ter passado por um grande processo de aprender com outras pessoas, com as minhas companheiras (CARVALHO, 1982, p. 9).

Esse processo de aprender passa por onde, quais espaços? Passa em grande medida por se deslocar e conhecer outras formas de organização social, já que Lenira Maria de Carvalho defende a ideia de que é necessário transitar por outros espaços, “[...] Uma vez ela vai assim a uma festa na cidade, vai na feira, então ela tem noção de alguma coisa” (CARVALHO, 1982, p. 10). Quando se trata de ser uma trabalhadora doméstica, restringir-se ou ser restringida ao espaço da casa onde se trabalha limita as possibilidades de conscientização.

Esse conhecimento da realidade que a cerca não acontece de forma declarada. Aparece como algo que ocorre quase como de forma orgânica, ao ler que “[...] a gente vai aprendendo... porque tinha que aprender mesmo. A gente amadurece como banana de carbureto, porque ninguém

não ensina, mas a gente aprende tudo” (CARVALHO, 1982, p. 11). O carbureto, elemento químico que permite a maturação, aqui é a experiência de vida que vai se adquirindo.

As ações cotidianas possuem consequências diretas ou indiretas na trajetória de conscientização de Lenira Maria de Carvalho, como o trajeto ao trabalho: “Hoje, como diarista, eu tenho que enfrentar um ônibus cheio. Mas isso me dá uma visão que eu não tinha. Eu me encontro com muita gente da construção civil, eu vejo outras conversas” (CARVALHO, 1982, p. 36). Essa é a educação por meio da interação, quando, à medida que os saberes são trocados com companheiros de outras categorias, se constrói, conjuntamente, um novo saber.

Segundo Paulo Freire (1980), a tomada de consciência é consequência da confrontação com o mundo como algo objetivo, resultado da unidade dialética da subjetividade humana e da objetividade do mundo. No caso da trajetória de Lenira Maria de Carvalho, são suas vivências, sua subjetividade, com a realidade que a envolve, o mundo objetivo. Essa unidade dialética não é automática ou momentânea. Em uma passagem, lemos: “Quer dizer, de fato eu via, mas não enxergava” (CARVALHO, 1982, p. 78). A passagem refere-se à sua compreensão dos fatos, à sua leitura de mundo. Ela atribui o momento em que “passa a enxergar” às pessoas que cruzaram sua trajetória: “Foi trabalhador de outras categorias e foi intelectual também, quer dizer, foi um movimento que tinha padre e tinha leigo trabalhador” (Idem), novamente afirmando a coletividade deste processo.

Os espaços de sociabilidade, como a JOC, convívio com outras empregadas domésticas, a atuação na Associação e no Sindicato, o convívio com ONGs feministas, os congressos e encontros regionais e em outros estados, converteram-se em espaço para o processo de conscientização de Lenira Maria de Carvalho. Sobre a atuação na JOC, lemos: “Naquele tempo a JOC fez eu descobrir muita coisa, e de um certo modo ela me deu um compromisso” (CARVALHO, 1982, p. 72). Isso foi possível muito pelo contato com outras categorias de trabalhadores, já que, inicialmente, as reuniões aconteciam em um grande grupo. Com o tempo, houve as separações por categoria, para que se pudesse discutir as especificidades de cada profissão. Mas ainda frequentavam os congressos abertos.

4.2.1.1 A atuação profissional como espaço de letramento

O lugar que Lenira Maria de Carvalho ocupa na cadeia de produção, como empregada doméstica, possui complexidades como o dos

operários de fábrica, embora perceber-se enquanto categoria seja um processo complexo, diante do aspecto de trabalho solitário, de cada doméstica na casa de seu respectivo empregador, e não no pátio de fábrica, lado a lado. Mesmo com essa especificidade, assim como a fábrica capitalista é lugar de qualificação e de desqualificação, o mesmo ocorre com a casa dos padrões. O indivíduo se educa, e se faz humanidade na produção e nas relações de produção, por meio de um processo contraditório em que estão sempre presentes, e em embates, momentos de educação e de deseducação e, portanto, de humanização (FREIRE, 1969) e de desumanização. A pedagogia desenvolvida pela lógica capitalista, ao mesmo tempo em que compartimentaliza e tecnifica a educação das trabalhadoras, como força de trabalho submetida à dominação exercida pelo capital, educa-as também para enfrentar a dominação. É a dialética das interações em ação constante.

A venda da força de trabalho, ao mesmo tempo em que desapropria as trabalhadoras do conhecimento e da produção, instrumentaliza para a luta, para a transformação da divisão do trabalho e, conseqüentemente, para as transformações da sociedade. Retomamos a proposição de Bairros sobre a questão específica do lugar ocupado pelas empregadas domésticas, “um trabalho que permitiu a mulher negra ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que os homens negros e nem mesmo os próprios brancos tiveram acesso” (BAIRROS, 1995, p. 463), por dentro, vivenciando as contradições dessa relação tão íntima e ao mesmo tempo distante entre trabalhador e patrão.

A atuação profissional se dá então no espaço doméstico, a categoria “doméstico” pensada como lugar estrutural onde se hibridizam relações familiares, íntimas, afetivas e de trabalho, em que interagem classes e grupos desiguais. Não se trata de conceber o doméstico como uma articulação dicotômica de “privado” e “público”, como se estes representassem dimensões nitidamente separadas, embora complementares – mas, sim, vê-lo como lugar de articulação de dois modelos em tensão, que aparecem e operam concomitantemente: organização familiar, relações personalistas e reciprocidade combinados com trabalho assalariado, hierarquia racial e desigualdade de classes. A ênfase recai, de acordo com Suely Kofes,

[...] nos atores concretos e suas interações, nos lugares que esses atores ocupam, e as relações que combinam o que se supõe separado. [...] As relações entre classes e culturas diferentes e desiguais supõem relações políticas, mesmo

quando se dão no que se designa privado (KOFES, 2001, p. 93-94).

O doméstico torna-se assim o espaço onde se produzem atributos e sentidos e onde as mulheres, patroa e empregada, diferenciam-se, como sujeitos desiguais. Pois, em uma sociedade não igualitária, a interação ou inter-relação entre desiguais, numa mesma realidade espacial, não anula a caráter desigual das relações e as oposições estruturalmente desiguais das envolvidas.

4.2.1.2 Associação e sindicato como espaços de letramento

A necessidade de dialogar sobre as demandas específicas da profissão e de se organizar coletivamente em busca dos direitos e reconhecimentos trabalhistas fez com que Lenira Maria de Carvalho participasse da organização da Associação de Empregadas Domésticas da Área Metropolitana de Recife, fundada em 1979. A Associação e o Sindicato, resultado da luta da organizada das trabalhadoras domésticas, são espaços de letramento, por possibilitarem discussões que favorecem leituras coletivas e amplas da situação da categoria e pelo fato de a experiência sindical ampliar a autoconfiança das trabalhadoras e a sua consciência de classe: como “escolas de guerra, os sindicatos não têm competidores”, escreveu Engels, em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra* (1988).

Bairros (2012) demonstra como essa articulação tem impactos profundos nas políticas desenvolvidas no mundo de trabalho das domésticas, ao falar sobre as inclusões realizadas na OIT:

No processo de buscar na OIT a aprovação de uma convenção específica para o trabalho doméstico, o trabalho político foi desenvolvido por mulheres negras, trabalhadoras domésticas. Elas estiveram na linha de frente, embora outras mulheres negras também participassem do debate. A convenção foi finalmente aprovada na Conferência Internacional da OIT que aconteceu em junho desse ano [2011], pelo esforço das próprias trabalhadoras domésticas.

Lutas como essas se somam aos embates travados pelas trabalhadoras domésticas anteriormente à Constituição de 1988, pelo reconhecimento da profissão, com conseqüente possibilidade de contribuição à Previdência Social e carteira assinada, na “tradição de luta do movimento de mulheres” (CARNEIRO, 2003).

O trabalho no Sindicato, criado a partir das necessidades e demandas das próprias trabalhadoras domésticas, inclui atividades cotidianas como as conversas entre as sindicalizadas, contato com as associadas, atendimento jurídico, documentações atualizadas, representar a categoria fora da entidade, participar das negociações e todos os trabalhos de articulações com central sindical e federação. Essas atividades proporcionam letramento político que se soma de forma gradual.

Desde suas origens, ainda como associações, os sindicatos das trabalhadoras domésticas são movimentos sociais de resistência e de re-existência das trabalhadoras. De resistência à exploração econômica e à marginalização social e de re-existência, por ser espaço de organização política e trabalhista que, de forma individual, afirma a existência humana das trabalhadoras domésticas, e, num plano coletivo, integra projetos sociais com princípios de justiça social, respeito e dignidade.

4.2.1.3 A juventude operária católica como espaço de letramento

As origens de alguns sindicatos de trabalhadoras domésticas remontam às atividades da JOC, movimento da Igreja Católica fundado pelo padre Josef-Léon (1882-1967). A JOC surge em diversas dioceses e cidades do Brasil, nas décadas de 1930 e 1940. A organização da Ação Católica Brasileira, da qual a JOC fez parte, dava-se de acordo com o sexo e idades, Juventude Masculina Cristã e Juventude Feminina Cristã, que por sua vez estavam divididos em três seções: Juventude Estudantil Cristã, Juventude Universitária Cristã e a JOC, tendo como ideia central a convicção de que o movimento deveria ser feito “por eles, entre eles, para eles” (SOARES, 2002).

O momento em que Lenira Maria de Carvalho é levada à Igreja pela patroa, em uma busca quase inocente de sua empregadora para que Lenira viesse a ser “menos revoltada”, é aquele em que muitas transformações ocorriam nas reflexões bíblico-teológicas na América Latina. Havia um movimento para promover uma nova linguagem teológica, com um novo método de interpretar as escrituras, compreendendo-as a partir das questões que surgiam no contexto da sociedade do período (ABREU, 2010).

Essa reformulação fez com que, ao chegar ao grupo da Igreja, Lenira fosse convidada a falar sobre sua vida e sobre suas dificuldades diárias, e não apresentada a um livro de orações. “Achei aquela reunião de igreja muito diferente. Nada tinha a ver com aquela igreja que conhecia, onde eu rezava o terço e ia à missa. Na reunião se falava dos

problemas da gente” (CARVALHO, 2000, p. 63). Essa abordagem marcou profundamente Lenira Maria de Carvalho. Os momentos de encontro na Igreja, no que se constituiria como a Juventude Operária, fizeram desse local um espaço de letramento político, onde ocorria a partilha e discussão de experiências, realidades e estratégias cotidianas de trabalhadoras e trabalhadores.

A JOC, uma organização de cunho religioso, teve importante contribuição para a formação política de várias categorias trabalhistas. Especialmente a das trabalhadoras domésticas, gerando condições para que num futuro breve essas trabalhadoras se organizassem em grupos – não mais com orientação religiosa, mas com orientação trabalhista – que posteriormente dariam origem às associações e, após, à conquista do direito à sindicalização, tornando-se sindicatos.

4.2.1.4 A organização não governamental SOS corpo - instituto feminista para a democracia como espaço de letramento

Durante a atuação de Lenira Maria de Carvalho na Associação e no Sindicato, houver diferentes momentos de contato com movimentos feministas, assim como com muitas outras formas de organização de lutas por direitos. A ONG SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, de Recife, foi um desses espaços com os quais houve um maior contato com as discussões do que era nominado feminismo.

A interação e o intercâmbio com o movimento feminista passou a acontecer de maneira mais intensa e constante a partir do 5º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em Recife, em 1985, quando a ONG feminista SOS Corpo passou a prestar assessoria à realização do Congresso e à Associação. Em nível nacional um dos marcos para essa relação que se torna de parceria foi o apoio dado pelas entidades feministas ao projeto de lei das trabalhadoras domésticas, na constituinte de 1987.

Estavam ali, no movimento feminista, nas percepções de Lenira Maria de Carvalho, suas patroas, mulheres que pautavam demandas descoladas da realidade das empregadas domésticas. Esse “lugar de enunciação” (CARDOSO, 2012) das mulheres que participavam dos movimentos autointitulados feministas fez com que, por muito tempo, Lenira e suas companheiras de categoria não se reconhecessem como parte deles.

A ausência do debate sobre classe ou relações raciais nas falas e ações das feministas com as quais Lenira Maria de Carvalho teve o primeiro contato, em Recife, produziu discursos, na sua quase totalidade,

de um lugar não marcado, uma vez que branco é um marcador sem marcas. E o lugar social ao qual pertenciam era por elas entendido como universal, diferentemente das mulheres como Lenira Mara de Carvalho, que assumiam um lugar politicamente marcado da sua condição social.

Estava demarcado para Lenira Maria de Carvalho que havia “contradições existentes entre duas mulheres que estão na mesma casa, ocupando, no entanto, posições diferentes” (CARVALHO, 2000, p. 121). A percepção dessas contradições é elemento para considerarmos a ONG SOS Corpo, movimento de luta feminista, como espaço de letramento político. Na narrativa de Lenira Maria de Carvalho, encontramos momentos como este: “Eu mudei e o movimento feminista também. [...] passaram a ter outra maneira de fazer o trabalho com as domésticas. [...] O movimento feminista nos fez, portanto, ver esse outro lado. Nossa condição de mulher” (CARVALHO, 2000, p. 115). Como movimento constante, resultado das tensões e interações sociais entre as mulheres que circulavam nesse espaço de luta feminista, houve significativas contribuições que dão corpo a muitas discussões e lutas de Lenira Maria de Carvalho e suas companheiras de categoria.

4.3 O LETRAMENTO POLÍTICO EM DIVERSOS ESPAÇOS: AS HIPÓTESES QUE SE SOMAM

Eu tenho sede de conhecimento. A partir dela, poderia, talvez ter circulado entre outros espaços. Tive pouco estudo, mas a minha categoria, o nosso sindicato e todas as organizações e movimentos dos quais participei, fizeram-me crescer e ampliar o conhecimento e a consciência.

Lenira Maria de Carvalho

Iniciamos esta análise dos textos de Lenira Maria de Carvalho buscando identificar quais participações e interações contribuíram para seus processos de conscientização, resultado no letramento político que reconhecemos em sua narrativa. Nosso movimento é então duplo: o de reconhecimento do letramento político e identificação de espaços de letramento; e o pensar e escrever sobre esses espaços, práticas se mostraram comuns a ambos, ao ponto de haver a necessidade de considerar práticas de letramentos políticos, processos de aquisição de códigos e de tomada de posturas, situados em contextos de atribuição de significados. Por prática compreendemos as práticas sociais, que envolvem a política e as concepções sobre ela.

4.3.1 Práticas de letramento político

Os conceitos de eventos de letramento e de práticas de letramento estão estreitamente relacionados. Os eventos costumam ser utilizados no que se refere aos elementos mais observáveis, enquanto o conceito de práticas de letramento distancia-se do contexto imediato em que os eventos ocorrem. Para situá-los e interpretá-los em contextos a partir dos quais os participantes atribuem significados, essas práticas ocorrem nas ações e trocas onde Lenira Maria de Carvalho está inserida. Como escreveu Maria Nobre Damasceno (1993, p. 53), “os grupos humanos, nas suas relações de trabalho, não produzem tão-somente a vida material, mas, ao fazê-lo, elaboram ao mesmo tempo um conjunto de ideias e representações que se vinculam às suas condições de existência”.

O processo de conscientização de si, o letramento político de Lenira Maria de Carvalho, está presente em vários momentos de sua escrita. Como em um momento de embate com seu antigo e primeiro patrão, o homem que era seu padrinho e também a criou. Nesse embate, ao mesmo tempo em que Lenira Maria de Carvalho percebe-se mudada, percebe também seu processo de conscientização. A cena ocorreu quando Lenira fazia uma visita ao seu padrinho e seu patrão durante mais de 15 anos:

Um dia visitei a família. Eu estava tirando alguma coisa do armário, quando, sem querer, esbarrei nele e ele me ofendeu verbalmente. Então eu respondi: “O senhor não é mais do que eu, só porque tem riqueza!” Furioso, ele me botou para fora da casa. Mas, não deixei de voltar lá, de vez em quando (CARVALHO, 2000, p. 75).

Esse momento de embate é uma materialização de um processo de afirmação da existência enquanto trabalhadora e enquanto ser humanizado. Um momento de ressignificação do mundo e da relação com o mundo patronal, a partir da perspectiva das trabalhadoras, é uma das práticas de letramento político.

Essas práticas de letramento político são, então, definidas por nossa pesquisa como as demandas e lutas políticas escolhidas e organizadas por Lenira Maria de Carvalho, percebidas nos textos que publicou. Compreendem não somente o que se fez, mas o que Lenira Maria de Carvalho fez a partir do que sabe e do que ela pensa sobre o que fez.

4.3.1.1 A luta pela valorização

A valorização do trabalho doméstico embute o processo histórico de sua desvalorização, desvalorização deste trabalho realizado por mulheres, seja nos discursos e representações, seja nas estruturas econômicas. Trabalho realizado por mulheres e não feminino, pois a feminilidade não é atributo imputado, historicamente, às mulheres negras, e porque o trabalho doméstico tem tempo, carga horária e exigências que são contraditórios com os atributos de feminilidade da sociedade ocidental capitalista.

A desvalorização do trabalho doméstico nos discursos e representações ocorre por ser uma atividade considerada de pouca importância na maioria das sociedades modernas. Ou seja, é uma atividade subestimada, por não ser reconhecida como um trabalho; isolada, por ser realizada na unidade doméstica. E de certa forma é também “invisível”, por ser consumida na mesma proporção em que é realizada. Em outras palavras, durante todo o dia, a empregada doméstica está realizando tarefas que precisam ser constantemente refeitas, corroborando sua desvalorização.

Não versamos sobre a domesticidade à qual mulheres são associadas, pois essa domesticidade foi sendo construída enquanto tal ao longo da história. Reconhecemos que a divisão entre o espaço público e espaço privado é estruturada pela racialização, onde mulheres negras compunham o espaço público desde o início das interações de trabalho na sociedade brasileira.

A desvalorização do trabalho doméstico está atrelada à desvalorização do sujeito, mulher, que realiza essa atividade. Lenira Maria de Carvalho demonstra essa compreensão em *A luta que me fez crescer*. Por isso, as feministas dizem que o trabalho da mulher é discriminado. Não só o trabalho realizado pela empregada doméstica, mas também o que cada mulher faz em sua própria casa (CARVALHO, 2000, p. 95).

Por outro lado, ao não ser considerada chefe de família, indivíduo autônomo, o valor atribuído ao salário pago às mulheres é menosprezado. Essa consciência da “nossa condição de mulher” (CARVALHO, 2000, p. 115) dá outra dimensão à desvalorização, uma dimensão estrutural.

A luta de Lenira Maria de Carvalho, assim como a de suas companheiras de categoria, inicialmente é pelo reconhecimento enquanto trabalhadora produtiva.

Está certo que a gente, numa casa de família, não produz assim tecido como nas fábricas. A gente não produz coisas que vá dar dinheiro. Mas a gente produz dentro dessa sociedade. E foi isso que na medida que eu descobri, eu não me vejo mais uma doméstica isolada no meio do mundo, só com as minhas companheiras domésticas. Eu me vejo dentro de tudo! Até que me prove o contrário, eu participo com as minhas companheiras dentro dessa sociedade (CARVALHO, 1982, p. 43).

São trabalhadoras produtivas e contribuintes, uma realidade constantemente posta em questão. Principalmente pela forma como ocorre a relação de trabalho, no âmbito da casa, no privado, e como se configura a relação entre patrão e empregada doméstica, com falas que buscam apagar as tensões da relação de exploração inerente, na sociedade capitalista, aos locais de empregador e empregada.

Esse lugar das trabalhadoras domésticas, como intrusa nesse espaço dos patrões, traz consequências:

a patroa [...] ela não vê os direitos que a doméstica tem. Então se apega a certas coisas: a comida, essas coisas. E de outro lado, a doméstica se apega no sabonete que a patroa dá, nos presentes que a patroa dá. E aí você vê como é difícil sair disso, de você crescer como doméstica (CARVALHO, 1982, p. 31).

Reconhecer essa interação, essa sutileza nas formas de subordinação, representa a constituição do letramento político de Lenira Maria de Carvalho. Todos os favores realizados pelos patrões, não são favores, os sabonetes, os presentes, assim como a comida, como escreveu Lenira Maria de Carvalho, “está paga!” (CARVALHO, 1982, p. 17).

Aliado ao reconhecimento enquanto trabalhadoras, e do seu trabalho como um trabalho produtivo, está a valorização salarial e o reconhecimento dos direitos trabalhistas, dos quais por muito tempo foram alijadas, justamente por não considerarem as trabalhadoras domésticas como participando de uma relação de trabalho.

4.3.1.2 A luta por moradia

Morar na casa dos patrões é uma característica peculiar da relação de trabalho da trabalhadora doméstica. Sua jornada de trabalho não tem início e fim estabelecidos, pois determina-se em função dos ritmos da

casa. Horário de almoço, em alguns casos, nem chega a existir. Como já mostramos, na escrita de Lenira Maria de Carvalho, “enquanto doméstica for dentro de casa, ela será sempre escrava. Não tem outra saída” (CARVALHO, 1982, p. 18).

No Brasil, a manutenção desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, de acordo com Jurema Brites (2000), por uma “ambiguidade afetiva” entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extrassalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças, é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e empregada, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aquelas que os ofertam.

Há uma distância social “sutilmente” marcada entre a empregada e os outros membros do espaço doméstico. Sutileza que cai por terra em momentos de tensionamento. Lenira Maria de Carvalho escreve sobre vários desses momentos. Um deles foi quando quis retomar seus estudos para concluir a Educação Básica. Ela nos conta que “a família teve uma reação porque eu fui estudar, eles não gostaram [...] então foi que eu cheguei à conclusão que eles só queriam meu trabalho” (CARVALHO, 1982, p. 14).

O espaço da casa também reforça as desigualdades e a hierarquia na relação entre a trabalhadora doméstica e a família. Para quem trabalha, “quarto de empregada”, “banheiro de empregada”, “dependência de empregada” são espaços de segregação, onde o respeito ensinado às crianças de classe média com as posses alheias desaparece. Os espaços destinados às empregadas na casa das patroas não respeitam a individualidade das trabalhadoras. Logo, podem estar cheios de entulhos, vassouras, baldes e tudo que “não presta mais”, ou que deve permanecer escondido, para não perturbar a beleza e a ordem do lar.

4.3.2 O letramento político de Lenira Maria de Carvalho: discutindo alguns resultados

Alguns pressupostos teóricos sobre o processo de modernização e/ou de emancipação levavam muitos, e ainda levam alguns, a considerar que, quanto maior a presença de mulheres no setor “serviços domésticos”, mais atrasado estaria o desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como, o horizonte político das relações igualitárias. O desenvolvimento

tecnológico e a profissionalização das mulheres podem ser processos simultâneos à manutenção (ou crescimento) da população de mulheres nos serviços domésticos, até mesmo como efeito de sua forma. É preciso desconstruir os preconceitos políticos que supõem que as empregadas domésticas são parte de um enredado e ultrapassado clientelismo, incapazes de injetar vida política em sua prática de trabalho. Há uma mescla constante de submissão e rebeldia nos escritos de Lenira Maria de Carvalho, mesmo anterior à Associação de Trabalhadoras Domésticas ou ao Sindicato.

O lugar e o espaço onde se dão o trabalho doméstico implicam na circulação de pessoas entre mundos sociais e culturais distintos: entre classes; muitas vezes entre grupos racializados; entre rural e urbano; entre bairros urbanos. O circuito e a circulação costumam ser quase sempre de mulheres. Compreendemos então a empregada doméstica no contexto da família brasileira, não como agentes de poluição dentro do lar burguês higienizado (PERROT, 1988; FREIRE COSTA, 1983). Antes, consideramos as trabalhadoras domésticas dentro de certas famílias de classe média como mulheres que significam e ressignificam suas práticas e saberes, sem desconsiderar o elemento da desigualdade presente nessa relação.

Dizer que a desigualdade está inscrita nesta relação não é, entretanto, supor a ausência de embates de categorizações ou de invenção do poder, de investimentos afetivos nem, evidentemente, de lutas e política. Nem ignora o jogo pragmático que a atravessa.

O que devemos explorar são as possibilidades abertas pela discursividade de sujeitos outros, que tem estado encoberta pelas narrativas hegemônicas, de certa forma reinscrevendo na história da humanidade o que foi reprimido ou silenciado pela razão e ciência modernas. Uma das formas de promover essa reinscrição é pensando a partir deste lugar ocupado por sujeitos outros, no caso, mulheres negras.

O conhecimento desenvolvido por Lenira Maria de Carvalho, assim como por suas companheiras de categoria e luta, e pelo próprio movimento das trabalhadoras domésticas e espaços por onde circularam, tem sido um saber voltado não só à resistência contra as opressões e explorações. É, principalmente, o que buscamos demonstrar aqui, um saber voltado, no plano individual, à re-existência, à humanização consciente, de Lenira Maria de Carvalho e das trabalhadoras domésticas, através do combate ao racismo e ao sexismo, do reconhecimento da humanidade dessas mulheres e, de forma coletiva, pensando um projeto de atuação em sociedade. Um saber que se propõe a lutar contra as hierarquias de classe, gênero e raça. Seu letramento político, como

buscamos demonstrar, abarca muitas formas de consciência. Entre elas, a consciência feminista e a consciência racial.

É preciso ressaltar que, assim como bell hooks pontuou, no texto *Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista* (2007), não foi a análise feminista hegemônica no período a motriz e que moldou a consciência feminista – se assim podemos chamar – de Lenira Maria de Carvalho. E isso é verdade para muitas mulheres. Existem, ao longo da história, mulheres brancas que nunca consideraram resistir à dominação masculina, até o conhecimento do “movimento feminista”. Ele criou a consciência de que elas poderiam e deveriam resistir. Pois ser mulher não é suficiente para gerar conhecimento feminista. Dentro da ótica que apresentamos, todas as mulheres têm experiências de mulheres, mas apenas em determinados momentos históricos e situações sociais mulheres produzem conhecimento feminista.

A consciência de luta feminista de mulheres pobres, mulheres pobres negras, foi e é estimulada pelas circunstâncias sociais. Ao experimentar, quando pensamos na trajetória de Lenira Maria de Carvalho, diferentes graus de tirania patriarcal, imposta pelos padrões de sua mãe, Maria de Carvalho, pelo homem que abusou de sua mãe e mais tarde veio a ser seu padrinho e patrão, e essa raiva, como escreve bell hooks, ao falar de sua experiência, questiona as formas de dominação, e também resiste à socialização sexista. Muitas vezes feministas, as mulheres brancas agem como se as mulheres negras não soubessem que a opressão sexista existia até elas darem voz ao sentimento feminista. Como quando “as feministas” vão ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas realizar palestras, acreditando que são elas a apresentar “o programa de libertação” destas mulheres. O que elas não compreendem, ou o que não conseguem perceber, é que as mulheres negras, bem como, outros grupos de mulheres, que vivem todos os dias em situações opressivas, frequentemente se tornam conscientes da política patriarcal baseadas em suas experiências vividas. Nessa realidade, desenvolvem estratégias de resistência – embora nem sempre de forma contínua ou organizada.

O fato é que as pessoas que são verdadeiramente oprimidas sabem disso, mesmo que não se comprometam com a resistência organizada ou não seja possível articular, por escrito, a natureza de sua opressão. O que não significa que não possam fazê-lo. Existem muitas outras formas de articulações, quando pensamos nas organizações em associações, grupos de mulheres, sindicatos, e os diferentes escritos de mulheres em situações de subalternidades, escritos como os já citados em outros momentos desta dissertação.

Nossa sociedade brasileira é estruturada de forma racializada. Esse fator incide sobre a vida de todos, negros, brancos, povos originários, estrangeiros (pois a xenofobia está imbricada em elementos de racialização). A heteroidentificação que os sujeitos em sociedade realizam a todo instante influencia tratamentos e tomadas de decisão, mas a consciência racial não é algo inerente, tal qual processos de racialização que foram construções sociais. O entendimento racial também é processo.

O lugar social ocupado por um grupo não determina a consciência discursiva sobre esse ele. São as elaborações realizadas a partir das experiências vivenciadas que promovem consciência discursiva. Numa sociedade onde há uma constante negação do conflito, apresentada por meio da ideia da mestiçagem, os processos de “consciência racial” são sublimados, e a formação de uma consciência racial crítica passa por interações e percepções das relações de poder envolvidas na estruturação racial. Pois as relações de raça são também relações de poder, e a consciência racial é definida como o resultado dialético do antagonismo entre grupos sociais justamente definidos como raças no curso de um processo histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta trajetória de olhares, interrogações e escutas que constituiu nossa pesquisa, retomo a palavra no singular, para expressar meu contentamento pelas possibilidades de compreensão que obtive como integrante dos grupos LITERALISE - Grupo de Pesquisa em Literatura Infantil e Juvenil e Práticas de Mediação Literária (UFSC), liderado por Eliane Santana Dias Debus, e ALTERITAS: Diferença, Arte e Educação, liderado por Joana Célia dos Passos –, ouvinte de intelectuais negras que possibilitaram inúmeros momentos de fala e encontros de outras possibilidades epistemológicas que, em partes, encontram-se aqui nesta pesquisa. Percorrer a trajetória de letramento político de Lenira Maria de Carvalho se apresentou como lugar de potências e reconhecimentos necessários à caminhada de diálogo e produção de conhecimentos.

O objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar a trajetória de letramento político de Lenira Maria de Carvalho, uma mulher negra, trabalhadora doméstica, para perceber como realiza leituras da realidade que a cerca. Nós, com o propósito de identificar, dentro de uma leitura possível, qual tipo de participação/interação promoveu a conscientização (FREIRE, 1980) de Lenira Maria de Carvalho, na forma de seu letramento político (COSSON, 2011), motivadas pela necessidade de ampliação do tempo presente, por meio das realidades que outrora estavam ausentes ou ignoradas, buscamos o reconhecimento dessas realidades, pois este movimento amplia a diversidade, temporalidades e reconhecimento das diferentes formas de produzir saberes.

O esforço desta dissertação foi de “escutar” os textos de Lenira Maria de Carvalho e pensar e escrever a partir e com ela. Constatamos uma produção de conhecimento que se opõe ao mito da democracia racial e ao mito da boa senhora ou do bom senhor. O que se percebeu foi uma realidade diametralmente oposta à anunciada pelos mitos citados. A luta de resistência às opressões e a exploração levada a cabo por Lenira é também um movimento de re-existência individual e de re-existência coletiva, por meio da luta de sua categoria.

Foi-nos fundamental o conceito da conscientização, no sentido da obtenção de consciência crítica em que essa se equipara à constituição da forma histórica coletiva devida “a estímulos concretos decorrentes da percepção dos fatores que determinam tais estímulos” (RAMOS, 1958). A consciência crítica surge, portanto, quando o sujeito reflete sobre os fatores determinantes de sua condição e se conduz diante deles como sujeito, em diálogo com a “conscientização em si” (FREIRE, 1980), que decorre das relações que os sujeitos travam no mundo e com o mundo,

ambos pensando a conscientização como implicando ação, isto é, uma relação particular entre o pensar e o atuar, buscando uma ação crítica. De Ramos (1958), absorvemos a ideia de que essa consciência deve ser crítica para ser transformadora. De Freire (1980), o reconhecimento de que esse processo se dá em espaços cotidianos, na atuação dos sujeitos.

O conceito de experiência também foi muito importante em nossa análise, não somente nos sentidos de “experiências de discriminação” ou de “experiência de opressão” (COLINS, 2013), mas também no sentido de que as múltiplas experiências de mulheres negras nos espaços de trabalho e nas suas famílias criam condições para que as contradições entre as experiências do dia a dia e as imagens controladoras da condição de mulher negra se tornem visíveis. E poder perceber as contradições presentes em suas realidades fez e faz com que essas mulheres se abram para a desmistificação, tornando-se potência (COLINS, 2013; HOOKS, 2013).

Consciência crítica (RAMOS, 1958), conscientização (FREIRE, 1980) e experiência (COLINS, 2013; HOOKS, 2013) balizaram nossa compreensão sobre o letramento político, sobre como ocorre, quem são seus agentes e quais são suas possibilidades. O letramento político tomou então uma (re)configuração de possibilidade de (re)conhecimento das elaborações realizadas por sujeitos que não estão nos espaços institucionais de produção de políticas públicas, ou nos espaços legitimados de produção de saberes.

Ter a escrita de si como nossa fonte para a percepção desse letramento político foi carregado de um sentido particular. A escrita de si tem esse elemento característico de sua constituição, os tempos se sobrepõem. Com isso, queremos dizer que lembranças do passado e situações do presente se misturam e deixam fissuras que, nas escritas de Lenira Maria de Carvalho, tornam-se demandas políticas para quem vive condições específicas de ser mulher, trabalhadora doméstica, pobre e negra. Não é de maneira isolada que as categorias de gênero, raça e classe perpassam na vida de Lenira e de mulheres que compartilham de experiências semelhantes. Essas categorias definem as suas relações cotidianas mais profundamente envolvidas em estruturas anteriores aos seus próprios nascimentos.

Quando temos como foco as relações imbricadas no emprego doméstico, talvez menos do que reafirmar a politização do espaço privado, torna-se necessário repensar as dicotomias privado/público, político/não político. Pois não há um domínio estritamente privado, quando tratamos de uma sociedade que tem, estruturalmente presentes em toda a sua história, unidades domésticas compostas de relações familiares e de

relações entre desiguais (classe, raça, gênero, sexualidade). Pensando concretamente, os exemplos de escravizados domésticos, empregadas domésticas. Para nós, tem mais importância a posição estrutural dos agentes sociais do que a divisão entre as esferas pública e privada.

De forma alguma estamos desconsiderando os aspectos peculiares a cada uma dessas esferas, o público e o privado mas, ao pensar a esfera “doméstica”, buscamos englobar tanto as relações familiares como as de trabalho e as de outras ordens, que se inserem neste espaço cotidiano. Doméstico se coloca como a possibilidade de pensar um espaço onde não estamos diante de relações estritamente familiares, íntimas e afetivas, e nem o oposto, no espaço do trabalho, com interações baseadas apenas no fato de se tratarem de classes desiguais. Doméstico tem o caráter de conter essas duas dimensões e seus sentidos, é um universo comum – onde mulheres se diferenciam entre patroa e empregada doméstica – em que se misturam compartilhamento e exclusão (KOFES, 2001).

Se a diferença pode ser concebida sem a desigualdade, há de se reconhecer que a desigualdade cria e recria diferenças, neste caso, entre mulheres que têm lugar na esfera doméstica. No jogo de constituição da identidade, entre mulheres que interagem como patroas e empregadas domésticas, existem movimentos de aproximação e de distanciamento. Como é o caso da interpretação que Lenira Maria de Carvalho faz do feminismo. Este não lhe cabe, por pertencer, num primeiro momento de contato, às mulheres que correspondem às patroas, tanto a sua como as de suas companheiras de categoria. Ambas são mulheres, mas socialmente desiguais.

Ainda no âmbito das categorias, reafirmamos que a compreensão de raça, aqui entendida não somente como uma categoria analítica, mas também como uma categoria nativa, é então usada por agentes sociais para os quais ela é relevante. Esse elemento da categoria raça tornou fundamental entender a interação entre as relações raciais como constante no olhar sobre o que escreveu Lenira Maria de Carvalho.

Sobre elementos nativos, cabe ainda falar da palavra escravidão, constante no discurso das narrativas, referindo-se, por um lado, à explicação de sua própria existência como trabalhadora doméstica, com um sentido histórico propriamente dito, onde antes era uma escravizada e hoje é a empregada doméstica; e, por outro lado, referindo-se a uma situação presente, expressando a ausência de tempo e espaços livres, a ausência de liberdade, um sentido metafórico. Há todo um percurso – que não é linear – entre a origem das relações entre patroas e trabalhadoras domésticas no Brasil. Esta dissertação não se propôs a traçá-lo, nem as

origens nem o percurso, mas não poderíamos ignorar este aspecto, pois está intrínseco nesta interação.

Retomando nossa busca central, partimos da problemática de pensar a identificação de qual tipo de participação/interação promoveram a conscientização de Lenira Maria de Carvalho, o que torna possível a sua percepção das contradições da sociedade, na forma de seu letramento político.

Entendemos que Lenira Maria de Carvalho é um sujeito, constituída dentro de estruturas compartilhadas com outras mulheres negras, mulheres pobres, e sua constituição tem poder, poder que é poder epistemológico-político, pois carrega outras formas possíveis de olhar, falar, ouvir, ler e escrever. É político, pois tem potencialidades emancipadoras, e é epistemológico, por se fazer a partir de formas de existir que não estão contempladas nos discursos científicos vigentes. Criam formas de negociação e embate diante das relações postas, suas experiências são resultados e possibilidades dessas (re)formulações.

Os espaços compartilhados por trabalhadoras domésticas, neste caso, são lugares de resistência e subversão realizadas no cotidiano. Desde a conversa das empregadas domésticas na calçada, ao final de tarde, às assembleias da Associação ou do Sindicato, são espaços de construção compartilhados de significados, a partir da interação produzida através de diálogos, onde se forjam letramentos coletivos.

Assim como a interação coletiva, ou seja, a participação em espaços compartilhados é fundamental nos processos de letramento político, os espaços dessas interações também são fundamentais. Estar trabalhando como doméstica influenciou diretamente a forma como Lenira Maria de Carvalho passou a pensar a organização coletiva e a representação como categoria. Assim como a atuação na JOC alterou as formas de pensar e se colocar na relação de trabalho. O contato com o feminismo da SOS Corpo, quando em diálogo com a realidade do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, possibilitou críticas ao movimento feminista, como estava posto, e reelaborações sobre a lógica de trabalho na qual trabalhadoras domésticas estão inseridas. A trajetória como mulher negra, de camada pobre, perpassou todos esses espaços, e a colocou em um lugar de interação onde a busca por cidadania passa pela luta antirracista e processos contínuos de buscas por liberdades.

Então, ao olhar para nossas duas hipóteses iniciais: 1) a condição de trabalhadora doméstica permite uma inserção em dois “mundos/realidades”, complexificando o olhar e a munido de elementos para leitura e compreensão da realidade social que narra?; ou 2) os espaços de sociabilidade, como a Juventude Operária Católica, o convívio com

outras empregadas, a atuação no Sindicato, a interação e parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas instrumentaliza as leituras de Lenira Maria de Carvalho sobre a realidade?, percebemos, ao longo de nossa “escuta” dessas narrativas, que não há dissociabilidade entre a condição de trabalhadora doméstica e a sua atuação em distintos espaços coletivos. Sendo assim, as duas hipóteses se somam e se complementam. Andam conjuntamente às vivências de cada um desses locais, dizendo de outras práticas sociais de letramento. Práticas em que percebemos o caráter social e plural das práticas de letramentos adquiridas em processos e espaços das esferas cotidianas. Práticas estas que são educativas, compartilhadas e produzidas na esfera do cotidiano, onde Lenira Maria de Carvalho atribuiu-lhes significados, objetivos e tornou-as próprias. Esses espaços de letramento político – que se somam – capturam, em certa medida, a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de usos e produção dos conhecimentos.

Percebemos, então, que a soma dos espaços abria margem para pensar outra possibilidade de organização do letramento político, não só pelos lugares, mas a partir das práticas que ocorrem nos espaços de letramento e que os transcendem, aglutinando as vivências e experiências dos locais onde Lenira Maria de Carvalho atuava. Chegamos então a duas práticas de letramento político, que são catalizadoras de outras práticas que as constituem: a luta pela valorização; e a luta por moradia. Identificamos nas narrativas o letramento político como se fortalecendo em torno dessas duas demandas, que mobilizam elaborações discursivas e práticas.

A vida de Lenira Maria de Carvalho é a matéria-prima de seu conhecimento, teorizado, de forma autoconsciente ou não, por meio de processos históricos de aprendizagem. Mulheres que foram historicamente silenciadas e/ou segregadas politicamente, economicamente e culturalmente nas representações dominantes de mundo social, produziram, tal qual Lenira, uma quantidade significativa de testemunhos, escritas de si, histórias de vida e experiências que desafiam as previsões hegemônicas sobre quem são. Esses formatos discursivos são importantes não porque “falam” sobre “problemas” de mulheres “marginalizadas”, mas porque neles estão imbricadas relações de conhecimento e poder que nos cabem (re)pensar.

Algumas perguntas ficam: quais os outros e múltiplos letramentos podem ser percebidos em trajetórias como a de Lenira Maria de Carvalho? Qual o lugar de memória dessas práticas educativas? Quantas e quais outras práticas de letramento político da esfera cotidiana não são apreendidas nas narrativas escritas? E pensando em nível macro, as

recentes mudanças na legislação trabalhista têm quais impactos na naturalização dos lugares que mulheres negras têm ocupado na sociedade brasileira? Muitos outros questionamentos nos acompanham, eles abrem caminhos de reflexões contínuas. A pesquisa se encerra, mas continuamos escutando, não por curiosidade, mas por necessidade, como já dissemos, de alargar o tempo presente e nossas possibilidades de e como potência.

Em última análise, precisamos levar em conta o contexto econômico, político e social pelo qual o país tem passado. Numa conjuntura de governo de golpe de Estado desde o dia 17 de abril de 2016, onde menos de um mês depois, por meio de uma “reforma ministerial” a agenda política do governo – criada por demandas populares – foi alterada e ministérios como o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos” foram suprimidos, ministério que era fruto da opção do segundo mandado do governo Dilma em extinguir as pastas de Mulheres e Igualdade Racial e juntar todas em uma só, integrando os ministérios sociais.

São crescentes os discursos e práticas sobre a “flexibilização do trabalho” e vivenciamos uma realidade de aumento do desemprego, queda do número de trabalhadoras e trabalhadores com carteira assinada e aumento do número de pessoas empregadas sem carteira assinada (IBGE, 2018). Os discursos sobre a “flexibilização do trabalho” resultaram nas mudanças na lei trabalhista, em vigor no Brasil desde novembro do ano de 2017. A regulamentação mudou a relação entre patrão e trabalhadores. Ao todo, a lei 13.467/17 modificou mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As alterações pautam-se em negociações entre patrão e trabalhadores sobre as férias, banco de horas, férias fracionadas e contratos intermitentes, questões onde muitas vezes as relações de poder impedem possibilidades reais de negociação e escolha por parte das trabalhadoras e trabalhadores.

Essas realidades impactam sobre as condições de vida, acentuando as desigualdades e promovendo exclusões sociais. Demarcar esse contexto é fundamental, pois nossa pesquisa diz de possibilidades de práticas educativas no e pelo mundo do trabalho – e para além dele, em outros espaços – e entendemos que, em condições de precarização, essas possibilidades tornam-se inviáveis. Essa conjuntura se desvela num cenário de golpe de governo, em que suas decisões, a favor de elites industriais, grandes proprietários e investidores internacionais, afetam diretamente e prejudicialmente a população pobre na sociedade brasileira. E esta é, em sua maioria, a população negra, onde se encontram muitas mulheres, trabalhadoras domésticas como Lenira Maria de Carvalho, hoje aposentada. Uma realidade – a aposentadoria – que não se vislumbra no

horizonte de muitas e muitos trabalhadores de hoje. É por realidades como essas que acreditamos que a luta por liberdade é sempre a soma de muitas lutas, pois “liberdade é indivisível”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fábio Henrique de. *Do Ecumenismo libertador à libertação ecumênica: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974 - 1994)*. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

ALBERTI, Verena. Literatura e Autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81.

ALVAREZ, Sonia E. *Feminismos e antirracismo: entaves e interseções: entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)*. Rev. Estud. Fem. [online]. 2012, vol. 20, n. 3, p. 833-850.

AQUINO, Evely Cristine Pereira de; BRITO, José Eustáqui; COSTA, Vania Aparecida. Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra. *37ª Reunião Nacional da ANPED –4 a 8 de outubro de 2015*, UFSC, Florianópolis.

BAIRROS, Luiza. Mulher Negra reforço da subordinação. In: *Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. P. 177-193, 1991.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos feministas*. Nº 2|95. vol. 3. 1995.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Perspectiva: São Paulo, 1987.

BASSANEZI, Carla; DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto: Ed. da Unesp, 2004.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. A escrita e os excluídos. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOU, Enric. *El diario: periferia y literatura*. Revista de Occidente, Madrid, n. 182-183, p. 121-135, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, J. L. *A justa memória*: Paul Ricouer explora as relações entre memória, história e esquecimento. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>> Acesso em 7 de nov. de 2016.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 14-15.

BRITES, Jurema. *Afeto, Desigualdade e Rebeldia*: bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado. UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2000.

BRITO, Ingrid Zacarelli. *Cadernos íntimos diários publicados*: um estudo das práticas da escrita de diários, no âmbito das práticas sociais disseminadas. 2011. p. 89. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

BUENO, Belmira Oliveira. SOUSA, Cynthia Pereira de. CATANI, Denice Barbara. Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 299-318, jan. 1993.

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: Perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista da ABPN*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 18-27, mar.-jun. 2010.

CAMINHA, Heda Maciel; MOREIRA, Alice Therezinha Campos. Por uma leitura do prefácio. In: *Revista Letras Hoje*. Porto Alegre, PUCRS, v. 22, n. 1. 1987. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e historia literária. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

CANDIDO, Antônio. O direito a literatura. In: *Vários escritos*. 5ª edição, corrigida pelo autor. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras Falas*: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero),

Programa de Pós-Graduação, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDOSO, Maria Helena. *Vida-vida: memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1973.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Lenira Maria de. *A luta que me fez crescer*. Org. C. Parisius. Recife: DED; Bagaço, 2000.

CARVALHO, Lenira Maria de. In: *Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra*. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CARVALHO, Lenira Maria de. *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*. Rio de Janeiro: Vozes/NOVA, 1982.

CERTEAU, Michael de. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CERTEAU, Michael de. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: BOURDIEU, Pierre et al. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Natália Luchini. Seminário Teoria Feminista, CEBRAP, 2013.

COSSON, Rildo. *Escolas do legislativo, escola de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

- COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. In: Revista *E-legis*, Brasília, n.7, p. 49-58, 2º semestre 2011.
- COSTA, Beatriz. *Para analisar uma prática de educação popular*. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes; Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Em coedição com Nova - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação, 1981.
- COSTA, Claudia de Lima. Rigoberta Menchú. In: *Estudos Feministas* 307 Nº 2/93. 306-320.
- COSTA, Maria Elisa (Organização). *Com a palavra, Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos feministas 1*, p. 171-189, 2002.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 2005,
- DALCASTAGNÈ, Regina. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 44, p. 289-302, jul./dez. 2014. Disponível em < <http://www.redalyc.org/html/3231/323132708014/>> Acesso em: 29 ago. 2017.
- DAMASCENO, Maria N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, J. e DAMASCENO, M. N. (orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.
- DAVIS, Angela Y. I used to be your sweet mama. Ideology, sexuality, and domesticity. In: *Feminismos negros: Una antologia*. Traficantes de Sueños: Espanha, 2012.
- DAVIS, Angela Y. *Mulher, raça e classe*. Tradução livre: Plataforma Gueto, 2013.
- DAVIS, Angela Y. *Mulheres, raça e classe*. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.
- DAVIS, Ângela Y. *Mulher, raça e classe*. Boitempo: São Paulo, 2016.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Terceira Margem, v. 14, n. 23, p. 113-138, jun. 2017. Disponível em: ????. Acesso em: 12 ago. 2017.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Global Ed., 1986.

ESLAVA, Fernando V. Literatura marginal: o assalto ao poder da escrita. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n. 24, 2004.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Trad. de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FEREIRA, Amanda Crispim. *Escrevivências, as lembranças afro-femininas como um lugar da memória afro-brasileira*: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. 2013. P. 115. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFMG, Belo Horizonte, 2013.

FERREIRA, João Francisco (org.). *Crítica literária em nossos dias e literatura marginal*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1981.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

FERRÉZ. *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. São Paulo: Agir, 2005.

FIGUEIREDO, Eurídice. Autoficção feminina: a mulher nua diante do espelho. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, n. 4, p. 91-102, apr. 2010. ISSN 1984-1124. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/46790/50551>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 5, 2004.

FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 46ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. O Papel da Educação na Humanização. *Revista Paz e Terra*, Ano IV, nº 9, Outubro, 1969, p. 123-132.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Pedagogia do oprimido*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. *Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution?* Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

GARCIA, Inez Helena Muniz. Escrita, escritura e sociedade escriturária no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais de um assentamento de reforma agrária. *35ª Reunião Anual da ANPEd*, 2012.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GOMES, Ângela de Castro, (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GOTLIB, Nadia. *Avaliação e Perspectivas: Curso de Letras*. CNPQ, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. A historiografia feminista: algumas questões de fundo. In: FUNCK, Susana B. (Org.). *Trocando ideias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

HOOKS, bell. *Alisando o nosso cabelo*. Pele negra. 18 maio 2009. Publicado originalmente em: *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artistas de Cuba*, jan./fev. 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: <<https://pelenegra.blogspot.com.br/2009/05/alisando-o-nosso-cabelo.html>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: *Otras inapropiables*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

IBGE. *Mulher no mercado de trabalho*. Perguntas e Respostas, 2012
Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>.

Acesso em: 7 nov. 2016.

IBGE. *Mulher no mercado de trabalho*. Perguntas e Respostas, 2016.
Disponível em <

http://trabalho.gov.br/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 31 mai. 2018.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?* Boitempo: São Paulo, 2016.

JOSEF, Bella. (Auto)Biografia: os territórios da Memória e da História. In: KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita*: uma perspectiva psicolinguística. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento*: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, Coleção Letramento, Educação e Sociedade, 1995.

KLEIMAN, Angela B. O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização. Fev, 2007. Disponível em:

<www.conhecer.org.br/download/ALFABETIZACAO/Anexo3.doc>.

Acesso em: 10 out. 2017.

KLINGER, Diana Irene; JUNIOR, Italo Moriconi; CHIARA, Ana Cristina de Rezende; PEREIRA, Victor Hugo Adler; RESENDE, Beatriz Vieira de. *Escritas de Si, Escritas do Outro*: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

Kofes, Suely. *Mulher Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre empregadas domésticas e patroas*. Campinas-SP, Ed. Unicamp, 2001.

LACERDA, Lilian Maria de. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 81-107.

LARA, Luisa Castiglioni. *Por Que as Crianças Não Gostam da Escola?*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LEJUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rosseau à Internet*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOBO, Luiza. *Critica sem juízo: ensaios*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1993.

LUCIO, Iara Silva. MACIEL, Francisca Izabel Pereira. *Relações entre o analfabeto e o alfabetizado: reflexões sobre a leitura e a escrita como atividades socialmente situadas*. 31ª Reunião Anual da ANPED.

MACIEL, Sheila D. (2004). A literatura e os gêneros confessionais. In: Antonio Rodrigues Belon & Sheila Dias Maciel (Orgs.). *Em diálogo: estudos literários e linguísticos*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. p. 75-91.

MEDEIROS, Ana Vera R. de; MACIEL, Sheila D. A Configuração das Memórias em São Bernardo e Memórias do Cárcere. In: *SIGNÓTICA*, v. 19, n. 1, p. 15-31, jan./jun. 2007.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

Moretti, Franco. *A literatura vista de longe: gráficos, mapas, árvores*. Porto Alegre: Arquipélago. 2008.

MOURA, Ana Aparecida Vieira de. *Sociolinguística e seu lugar nos letramentos acadêmicos de professores do campo*. Tese de Doutorado. PPGL/UnB. 2015.

MUNIZ, Inez Helena. *Escrita, escritura e sociedade escriturária no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais de um assentamento de Reforma Agrária*. 35ª Reunião Anual da ANPEd, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento / Alex Ratts (org)*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1976.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. Por uma interpretação antropológica da literatura marginal dos escritores de periferia. In: *Plural*. São Paulo, n. 12, 2005.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tanto preto quanto branco*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. in: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

OLIVEIRA, Cícera Fernandes de; PRADO, Danda (org.). *Cícera, um destino de mulher: autobiografia duma emigrante nordestina, operária têxtil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Maria do Socorro; KLEIMAN, Ângela. *Letramentos múltiplos*. Natal (RN): UDUFRN, 2008.

PARISIUS, Cornélia. In: *A luta que me fez crescer*. Org. C. Parisius. Recife: DED; Bagaço, 2000.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. In: *EJA em debate*, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012.

PAULINO, Graça. *Deslocamentos e configurações do letramento literário na escola*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 67-78, 1º sem. 2004.

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. In: *Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 49, p. 19-32, set./dez. 2016.

PERPÉTUA, Elvira Divina. A escrita autobiográfica. In: ALMEIDA, M. I. (Org.). *Para que serve a escrita?* São Paulo: EDUC, 1997, p. 169-73.

PERPÉTUA, Elvira Divina. Literatura Brasileira Confessional: Uma Leitura De Memórias Marginais. *Anais do SILEL*. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9 n. 18, ago./set. 89, p. 9-18, 1989.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. *Fronteiras culturais*. Porto Alegre: AE, 1998.

PINHEIRO, Luana Simões et al. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nota técnica n. 24. 2016, p.3-28.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. 2. ed. corrig. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RATTS, Alecsandro JP. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: Encontro anual da ANPOCS, XXVII, 21 a 25 de outubro de 2003. Caxambu, Minas Gerais. *Anais*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. A preservação da vida na escrita: o diário de Getúlio Vargas. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2015/1154> Acesso em: 20 jul. 2017.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

REVISTA DE LETRAS. Edição *Mulheres e Literatura*. v. 44, n. 2, 2004.

- RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Unicamp, 2007; Jacques Le Goff. *História e Memória*. Unicamp, 1990.
- RONCADOR, Sonia. Criadas *no more*: notas sobre testemunhos de empregadas domésticas. *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 21, p. 55-71, jan. 2011.
- RONCADOR, Sonia. Escritoras de avental: nota sobre o testemunho de uma doméstica *Revista de Letras*, São Paulo, 44 (2): 163-187, 2004.
- ROSEMBERG, Fulvia. Instrução Rendimento Discriminação Racial e de Gênero. In: *Revista de Estudos Pedagógicos* Brasília, v. 68, n. 159, p. 324-355 maio/ago, 1987.
- SANTAELLA, Lucia. *Semiótica Aplicada*. São Paulo. Pioneiros Thomson Learning, 2002.
- SANTIAGO, Silvano. Prosa literária no Brasil. In: SANTIAGO, Silvano. *Nas malhas da Letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Marcela. Ernesto (2009). *Mulher e negra*: As memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2009.
- SANTOS, Marcela. Ernesto. (2014). *Resistindo à tempestade*: A interseccionalidade de opressões nas obras de Carolina Maria e Maya Angelou. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2014.
- SANTOS, Tereza. CARNEIRO. Sueli. *Mulher negra*. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.
- SANTOS, Zâmbia Osório. *Um olhar sobre Infância de Graciliano Ramos*: Reflexões. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- SCHUCMAN, Lia; NOVAES, Lia. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* [online], 2012, vol. 12, p. 288-311.
- SILVA, Denise Almeida. Espaço, memória e agência em Ponciá Vicêncio. In: *Antares*, vol. 3, nº 6, jul./dez. 2011. p. 161-174.
- SILVA, Francisca Sousa. *Ai de vós!* Diário de uma doméstica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE versão para PDF .pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%C3%A3o%20para%20PDF.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo*. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 25, p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Mazagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p. 89-113.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Odete de Azevedo. *Uma história de desafios: JOC no Brasil – 1935/1985*. Rio de Janeiro: Sem editora, 2002.

SOUSA, Elizeu Clementino de; ABRHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre/Salvador: EDIPUCRS/EDUNEB, 2006.

SOUSA, Rosineide Magalhães de. *Gênero discursivo mediacional da elaboração à recepção: uma pesquisa na perspectiva etnográfica*. 2006. 257 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREET, Brian Vincent. *Letramentos sociais*. São Paulo: Parábola, 2014.

Suely KOFES. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

THIES, Vania Grim. O autor-criador e o(s) outro(s): a estética da vida na escrita de diários de irmãos agricultores. *36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 2 de outubro de 2013, Goiânia (GO)*.

THIES, Vania Grim; PERES, Eliane. Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor - uma prática de escrita "masculina". *Rev. Bras. Educ.* [online]. vol. 14, n. 41, 2009, p. 216-231.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola. 2008.